UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS

FACULDADE DE EDUCAÇÃO

DISSERTAÇÃO DE MESTRADO EM GERONTOLOGIA

Velhos à Margem na Margem das Ruas: a experiência de uma moradia provisória no município de São Paulo

Roberta Cristina Boaretto

Orientadora: Profª Drª Neusa Maria Mendes de Gusmão

Campinas

2005

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS

FACULDADE DE EDUCAÇÃO

DISSERTAÇÃO DE MESTRADO EM GERONTOLOGIA

Velhos à Margem na Margem das Ruas: a experiência de uma moradia provisória no município de São Paulo

Autora: Roberta Cristina Boaretto

Orientadora: Profª Drª Neusa Maria Mendes de Gusmão

Dissertação apresentada para obtenção do grau de **Mestre em Gerontologia** pela Faculdade de Educação da UNICAMP, sob a orientação da Profª Drª Neusa Maria Mendes de Gusmão

BANCA EXAMINADORA

_____

Profª Drª Neusa Maria Mendes de Gusmão

_____

Profª Drª Anita Liberalesso Neri

_____

Prof. Dr. José Moura Gonçalves Filho

_____

Suplente: Profª Drª Olga Rodrigues de Moraes Von Simson

_____

Suplente: Profa. Dra. Zula Garcia Giglio

Campinas

2005

© by Roberta Cristina Boaretto, 2005.

Ficha catalográfica elaborada pela biblioteca da Faculdade de Educação/UNICAMP

Boaretto, Roberta Cristina.
B63v Velhos à margem na margem das ruas : a experiência de uma moradia provisória no município de São Paulo / Roberta Cristina Boaretto. – Campinas, SP: [s.n.], 2005.

Orientador : Neusa Maria Mendes de Gusmão.
Dissertação (mestrado) – Universidade Estadual de Campinas, Faculdade de Educação. Programa de Pós-Graduação em Gerontologia.

1. Gerontologia. 2. Pessoas desabrigadas. 3. Políticas públicas. 4. Idosos – Condições sociais. 5. Velhice. I. Gusmão, Neusa Maria Mendes de. II. Universidade Estadual de Campinas. Faculdade Educação. III. Título.

05-139
BFE

Keywords: Gerontology; Homeles; Public policies; Elderly homeless
Área de concentração: Gerontologia
Titulação: Mestre em gerontologia
Banca examinadora: Profa. Dra. Anita Liberalesso Neri
Prof. Dr. José Moura Gonçalves Filho
Profa. Dra. Olga Rodrigues de Moraes von Simson
Profa. Dra. Zula Garcia Giglio

Data da defesa: 25/08/2005

Para Joaquim (in memoriam) e todos os outros moradores, tão especiais, que conheci na Casa-Lar

e, claro,

à "vó" Jacira e à "nona" Tereza, minhas eternas fontes de inspiração.

Agradecimentos

Muitas foram as pessoas que passaram por este trabalho. Vejo sua presença em cada parte dele.

Agradeço, primeiramente, à Profª Drª Neusa Maria Mendes de Gusmão minha orientadora, que soube ser paciente nas horas necessárias; incentivou a criatividade e o desejo de conhecer mais sobre o que me propus a estudar. Ensinou-me também a necessidade de manter a postura crítica e a ser cuidadosa com as palavras. Esta dissertação contou com sua dedicação e, além disso, sua confiança foi fundamental para a conclusão do trabalho.

Agradeço à Profª Drª Anita Liberalesso Neri e à Profª Drª Guita Grin Debert pela paciente leitura e pelas contribuições valiosas da qualificação, reorientando o trabalho.

À Profª Drª Olga Rodrigues de Moraes Von Simson, pelo conhecimento e pela generosidade em nos ensinar "o caminho das pedras" da história oral; e à Profª Drª Zula Garcia Giglio pela disponibilidade em ler o material.

Ao Prof. Dr. José Moura Gonçalves Filho, não somente pela leitura deste trabalho, mas principalmente por ter mostrado as trilhas da Psicologia Social e por ter incentivado a prática neste campo de atuação, com uma disponibilidade rara e incansável para seus alunos.

À CAPES, pelos recursos que viabilizaram esta pesquisa.

À produtora O2 Filmes, que cedeu prestativamente o documentário ***Do outro lado da sua casa****.*

À Cica, Lia e Olga, pelo aprendizado de vida e de militância.

À Glaucia, por compartilhar o trabalho na Casa-Lar.

A todos os meus amigos, os novos e os velhos.

Roger, amigo redescoberto, com quem tive conversas intrigantes e acolhedoras, me fez rever muitas coisas sobre a pesquisa; Marcelo e Izaurinha, os "primos" adotados que

sempre ofereceram guarida; Régis, amigo querido, soube cobrar na hora certa, sua coragem e tranqüilidade me ensinam muito.

Baloo, agradeço pelo livro do Hermann Hesse, você não faz idéia de como foi importante para este trabalho! Ao Turtle, por estar perto novamente nesta fase da vida. À Ericka, velha amiga de todas as horas, pelas contribuições para o projeto, seu apoio me rondou por diversas vezes. Você me ensinou o quanto é importante nos preocuparmos com os outros.

A todo o pessoal do NISIS, meus companheiros de trabalho: Tânia, Flaviano, Chagas, pela doçura e presteza; Luiza, que batalha intensamente por tudo e por todos, pelo incentivo e pelo apoio dado neste período; Iracema e Virginia, companheiras e amigas na hora do desespero; Jucilene, com quem compartilhei as horas do trabalho; Lauro, pelas dicas argutas; Umberto, pela exigência com as palavras e explicações esclarecedoras; Tereza Cristina por me questionar sobre a "relevância do meu projeto para eles"; Jorge e Olinda, pelas indicações bibliográficas preciosas e pela experiência na prática da pesquisa; Tato e mais recentemente Renato e Danilo. Meu muito obrigada a vocês.

Aos amigos da turma da Geronto, foi muito importante conviver com vocês, pena que foi pouco tempo! Alessandra, Régis, Wanda, Andréa, Samila, Dani, Peterson, Traudi e Eduardo que se foi, mas está em nossas lembranças e em nosso coração. E aos colegas mais recentes que tive oportunidade de conhecer no Seminário da Geronto.

À Patrícia Pazinato, que agüentou os choros e as agruras, cúmplice nas horas mais difíceis, do trabalho, da pesquisa e da vida. É muito bom poder partilhar este momento de alegria com você.

A toda minha família. Agradeço aos meus irmãos e meus pais, pelo apoio e pela presença; sem vocês, não sei o que seria de nós.

Ao Hernandes, meu companheiro de vida, meu poeta. Agradeço por ter me mostrado o sol e os caminhos possíveis; pela presença e carinho constantes nesse momento atribulado e pela disposição infindável nas noites em claro. Obrigada.

"Ele não tinha ido a nenhuma parte. Só executava a invenção de se permanecer naqueles espaços do rio, de meio a meio, sempre dentro da canoa, para dela não saltar, nunca mais. A estranheza dessa verdade deu para estarrecer de todo a gente. Aquilo que não havia, acontecia."[1]

"...
vida mínima, essencial; um início; um sono;
menos que terra, sem calor; sem ciência nem ironia;
o que se possa desejar de menos cruel: vida
em que o ar, não respirado, mas me envolva;
nenhum gasto de tecidos; ausência deles;
confusão entre manhã e tarde, já sem dor,
porque o tempo não mais se divide em seções; o tempo
elidido, domado.
Não o morto nem o eterno ou o divino,
apenas o vivo, o pequenino, calado, indiferente
e solitário vivo.
Isso eu procuro."[2]

[1] ROSA, João Guimarães. **Primeiras Estórias**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2001. p.80.
[2] ANDRADE, Carlos Drummond. **A Rosa do Povo**. Rio de Janeiro: Record, 1996. p.64.

LISTA DE SIGLAS

AEB	Associação Evangélica Beneficente
BPC	Benefício de Prestação Continuada
CMTC	Companhia Municipal de Transportes Coletivos
FABES	Secretaria Municipal da Família e Bem-Estar Social
FEPASA	Ferrovia Paulista S.A.
GARMIC	Grupo de Articulação para Moradia para o Idoso da Capital
GCMI	Grande Conselho Municipal do Idoso
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
ONG	Organização não-Governamental
SADS	Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social
SAS	Secretaria Municipal de Assistência Social
SBGG	Sociedade Brasileira de Geriatria e Gerontologia

LISTA DE TABELAS E GRÁFICO

Tabela 1 Percentual de entrevistados segundo faixa etária em Campo Grande..... 40

Tabela 2 Percentual de entrevistados segundo o tempo de permanência nas ruas em Campo Grande, 2002..... 41

Tabela 3 Percentual de entrevistados em relação às faixas de idade em Brasília, 1997..... 43

Tabela 4 Distribuição de homens e mulheres encontrados nas ruas e albergues na faixa etária de mais de 56 anos, município de São Paulo, 2000..... 51

Gráfico 1 Tempo de permanência nas ruas segundo percentual da população de rua localizada em logradouros e em albergues, município de São Paulo, 2000..... 52

RESUMO

Este trabalho discorre sobre um grupo de velhos que viveram nas ruas por um período de suas vidas e que posteriormente fizeram parte de um projeto de moradia provisória denominada Casa-Lar e Convivência São Vicente de Paula, no município de São Paulo. População de rua é um tema estudado mais intensamente a partir da década de 1990 e, desde então, foram criadas definições para conceituar quem vive *na* e *da* rua, criando tipologias para os moradores de rua e segmentando as diferentes fases da vida. Aos velhos, no entanto, dedicou-se menor atenção. No caso da população de rua e, especialmente dos velhos de rua, foi necessário identificar quais processos transformaram este segmento social em *problema* e objeto de ação política. O trabalho teve como objetivo geral analisar a efetivação de uma política pública para idosos de rua, a partir da criação da Casa-Lar e Convivência São Vicente de Paula. Os objetivos específicos foram analisar a passagem dos idosos pelas ruas e como a mudança para a instituição afetou seu cotidiano. O método usado foi a pesquisa-ação. Como resultado, observou-se que a história pregressa desses idosos era diversa, mas houve em comum o empobrecimento ao longo da vida e seu agravamento com a entrada na velhice. Neste contexto, pode-se estabelecer uma associação entre velhice e desamparo, entre a velhice e as ruas, o que configura uma situação duplamente marginal; para estes idosos, envelhecer significou entrar na decadência. Além disso, a pesquisa mostrou que estes velhos passaram por uma situação de liminaridade, de humilhação social e de desenraizamento. O grupo de moradores da Casa-Lar promoveu uma visibilidade política para os velhos de rua, redefiniu seus papéis e seu campo de ação. O relato dos velhos da Casa-Lar mostrou que a passagem pelas ruas foi uma vivência abrupta e traumática de rompimento, confirmando os achados de outros estudos sobre população de rua. No entanto, a narrativa de suas vidas pregressas mostrou que esta situação de rompimento ocorreu de forma gradual ao longo da vida; esses sujeitos constituíram suas histórias num espaço liminar e no trânsito entre uma situação mais formalizada e outra caracterizada pelo mundo das ruas, pelo trabalho informal e pela clandestinidade política. Os idosos pesquisados mostraram um alto grau de resiliência, tal como propõe o paradigma do curso de vida, o *life-span*. Observou-se um hiato entre a proposta da instituição e sua prática direcionada aos moradores. O tratamento dispensado aos moradores da Casa-Lar acabou por reproduzir uma estrutura que associa os velhos e os moradores de rua à decrepitude e à vadiagem. A criação da Casa-Lar originou-se por meio de uma ação política permeada por interesses das diferentes instituições - governamentais e particulares - que incorporaram a necessidade de uma ação direcionada aos idosos de rua, mas sem necessariamente atender suas demandas prioritárias. A criação desta instituição configurou-se como ação isolada, ainda que comprometida com a realidade vivida pelos idosos de rua, o que mostra a dimensão restritiva de uma ação política que atua, não com a dimensão social que lhe compete, mas em função de demandas imediatas e interesses específicos, sem uma reestruturação da concepção vigente sobre os idosos que vivem nas ruas e sem políticas efetivas e abrangentes.

PALAVRAS-CHAVE: Gerontologia; população de rua; velhice; políticas públicas.

ABSTRACT

This work talks about a group of elderly people who lived on the streets for a period of time in their lives and later on took part into a temporary housing project called "Casa Lar e Convivência São Vicente de Paula", in the city of Sao Paulo. Homeless population is a topic which has been more intensely studied since the beginning of the 90's, and from then on many definitions were created concerning who lives *on* the street and *from* the street, generating typologies for the homeless and segmenting the different phases of live. Therefore, the elderly people were given less attention. Concerning the homeless and, mainly the elderly homeless, it was necessary to identify which processes turned this social segment into a problem and an issue of political action. This paper work had, as a general objective, the intention of analyzing the implementation of a public action for the elderly homeless, from the opening of "Casa-Lar e Convivência São Vicente de Paula". The specific objectives were to analyze the life style of the elderly homeless while living on the streets and how the moving to the institution influenced their routine. The method applied was the action-search. As a result, we could observe that the previous lives of these elderly were diverse, although they had in common the impoverishment through out their lives, getting worse with the beginning of old age. Into this context we can establish an association between old age and abandonment, and between old age and the streets, what configures a duplicated marginal situation; to these elderly getting old meant the beginning of decadence. Besides, the search showed that these elderly people went through a situation of liminarity, of social humiliation and uprooting. The group of residents from "Casa-Lar" promoted a political visibility for the elderly homeless, redefined their roles and their field of action. The reporting from the elderly living in "Casa-Lar" showed that the experience of living on the streets was abrupt and caused a traumatic rupture, confirming the results from other studies about the homeless population. However, the narrative of their previous lives showed that the situation of rupture occurred gradually, through out their lives; these people constituted their histories into a liminar space and in between a more formalized situation and another situation characterized by the streets environment, by informal work and a clandestine political action. The searched elderly showed a high degree of resilience, as it's proposed by the paradigm of the span of live, the *life-span*. A gap was observed between the proposal of the institution and its practice directed to the residents. The treatment offered to the residents of "Casa-Lar" ended up reproducing an structure which associates the elderly and homeless to a decrepit reality and to idleness. "Casa-Lar" originated from a political action pervaded by interests of different institutions – governmental and private – that incorporated the necessity of an action directed to the elderly homeless, but without necessarily attending to the main demands. The creation of this institution was configured as an isolated action, yet committed to the reality lived by the elderly on the streets, what shows the restricted dimension of the political action in function, not into the social dimension proposed, but concerning the immediate demands and specific interests, without a valid restructuring conception about the elderly people who live on the streets and without effective and encircling policies.

KEY WORDS: Gerontology; homeless; old age; public policies.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO..... 1

CAPÍTULO 1 - POPULAÇÃO DE RUA E OS DIVERSOS OLHARES..... 11

1.1. Os termos usados e os conceitos criados para população de rua..... 16

1.2. Moradores de rua e mendicância..... 21

1.3. A arte e a prática: o senso comum..... 28

1.3.1. Órgãos Públicos: um outro olhar..... 32

CAPÍTULO 2 - OLHARES SOBRE A VELHICE: QUESTÕES E MÉTODOS..... 39

2.1. Conceitos e metodologia para estudar a população de rua..... 39

2.2. A velhice e a questão da idade cronológica..... 56

2.3. Pesquisa-ação e relato oral: um olhar qualitativo..... 60

2.3.1. O primeiro contato: a definição do campo de pesquisa..... 64

2.4. Entre o cotidiano e o curso de vida: a Gerontologia e as Ciências Sociais..... 70

2.5. O universo da Casa-Lar e sua particularidade..... 78

CAPÍTULO 3 - CONSTRUÇÃO DE UM PROBLEMA SOCIAL E POLÍTICAS PÚBLICAS 83

3.1. A velhice nas ruas como problema social..... 84

3.2. A perspectiva dos moradores sobre o processo..... 98

3.3. Entre o morar e o viver: a Casa-Lar e Convivência São Vicente de Paula..... 128

CAPÍTULO 4 - OS VELHOS QUE PASSARAM PELAS RUAS..... 131

4.1. A passagem pelas ruas e a vida pregressa..... 137

4.2. As histórias e seus contadores..... 152

CONSIDERAÇÕES FINAIS..... 167

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS..... 173

Anexo..... 179

INTRODUÇÃO

Esta pesquisa teve como foco um grupo de velhos que viveram nas ruas durante um período de suas vidas e que posteriormente fizeram parte de um projeto de moradia provisória em uma instituição denominada Casa-Lar e Convivência São Vicente de Paula, situada no município de São Paulo. População de rua é um tema que vem adquirindo importância nas últimas décadas ao ser estudado em seus aspectos econômicos e sociais. Apesar disso, existem poucos trabalhos dedicados, especificamente, à pesquisa com população de rua idosa.

O número de pessoas que vivem nas ruas de grandes centros urbanos teve um crescimento significativo nas últimas décadas, inclusive entre o segmento dos mais velhos. A preocupação das administrações municipais em contabilizar a população de rua que reside em sua área e em promover ações voltadas a ela confirmam este fato e indicam que se trata de um desafio social e público, o que desencadeia a necessidade de configurar a população de rua e conhecê-la mais profundamente.

Os idosos, por sua vez, também vêm constituindo-se como uma população mais representativa do ponto de vista numérico. No entanto, levar isso em conta não implica em, como aponta DEBERT (1999), desconsiderar os processos pelos quais o envelhecimento transforma-se em *problema* que adquire expressão e legitimidade no campo das preocupações sociais. É partindo deste pressuposto que a velhice pode ser considerada uma categoria social, uma vez que o conceito de velhice, ou ainda, a idade em que os indivíduos são considerados velhos, bem como sua posição social e o tratamento que lhes é dado pelos

mais jovens possuem significados distintos, de acordo com o contexto histórico, social e cultural.

Este trabalho foi realizado fundamentado nessa perspectiva, significando que a idade não é considerada como um dado natural (DEBERT, 1998), ou seja, a velhice é dependente da maneira como é elaborada simbolicamente por cada sociedade e em todas elas existem grades de idades específicas para definir as fases da vida. É nesse sentido que a velhice constitui-se numa realidade social e, sendo assim, criar uma categoria tem como objetivo manter ou transformar posições em espaços sociais determinados.

Para LÉNOIR (1989 *apud* DEBERT, 1998), a construção de uma categoria social parte de um problema, constituído por quatro dimensões: o reconhecimento, a legitimação, a pressão e a expressão por parte do social.

O *reconhecimento* confere visibilidade a uma situação que é particular e, por isso, é necessário conquistar a atenção pública, o que supõe a ação de grupos socialmente interessados em produzir uma nova categoria de percepção sobre o real. A *legitimação*, por sua vez, trata-se do esforço realizado para promover esse problema e inseri-lo no campo das preocupações sociais do momento, implicando uma mobilização e incorporação como objeto de luta política. A *pressão* é realizada por atores sociais que ocupam posições privilegiadas, atuando como porta-vozes e tornando a categoria social uma questão pública. O passo seguinte é a *expressão* do problema. No caso da velhice, não são os velhos que possuem instrumentos para fazê-lo, mas sim os representantes que se colocam como porta-

vozes por meio da Gerontologia, que adquiriu competência científica oficialmente reconhecida e determinou a importância do estudo do envelhecimento[1].

Da mesma forma, não é suficiente para o estudo da população de rua e, especialmente dos velhos de rua, apenas enfatizar seu crescimento numérico, é necessário ver quais processos os transformaram em *problema* e objeto de ação política. Este é um segmento social que, semelhante aos idosos, não dispõe de uma posição privilegiada para tornar-se porta-voz de si mesmo. Atualmente, é possível verificar a existência de atores e instituições que atuam neste papel, legitimando e pressionando para que os velhos de rua adquiram expressão pública.

A realidade das pessoas que estão na rua, os velhos entre eles, traduz-se em expressão, estabelecendo uma nova imagem para esse segmento por meio de uma classificação e criação de um vocabulário específico para tratar do assunto. Desta maneira, população de rua, como um todo, passou a ser estudada mais intensamente a partir da década de 1990. Neste percurso, foram criadas várias definições para conceituar quem vive *na* e *da* rua, processo que contemplou também a diversidade dos que dela fazem parte, criando tipologias de cada morador de rua e segmentando as diferentes fases da vida. A exemplo do que ocorre na sociedade contemporânea existem, portanto, os meninos de rua, os adultos e, conseqüentemente, os velhos de rua. Aos velhos, no entanto, dedica-se menor atenção.

[1] LOPES (2000) realizou uma pesquisa sobre a criação da Sociedade Brasileira de Geriatria e Gerontologia – SBGG –, evidenciando a utilização de recursos para convencer a sociedade brasileira de que eram necessários estudiosos neste campo, por meio da institucionalização, profissionalização e divulgação do saber gerontológico e demandando políticas públicas voltadas ao idoso em articulação com o poder público. Dessa maneira, a SBGG instituiu a velhice como um problema social num momento em que ela não era vista como tal e constituiu a Gerontologia como especialidade autorizada a "gerenciar os assuntos relativos ao envelhecimento" (p.29).

Considerando esse enfoque mais genérico sobre a população de rua, insere-se a preocupação do presente trabalho, o estudo de um grupo de idosos de rua que passou a viver em regime de moradia provisória na Casa-Lar e Convivência São Vicente de Paula. A instituição foi criada pela Secretaria Municipal da Família e Bem-Estar Social – FABES[2] – com o auxílio do Grande Conselho Municipal do Idoso – GCMI[3] – e de instituições assistenciais que trabalhavam com população de rua, juntamente com estes idosos que viviam em albergues e reivindicavam melhores condições.

O primeiro contato com esse grupo aconteceu ainda em 1999, ano da criação da Casa-Lar. As situações descritas por eles nas reuniões, oficinas e encontros acompanhados continham aspectos de violência e maus tratos, indicando que os velhos que vivem nas ruas são mais frágeis do que a população de rua em geral, pois além da situação instável em que se encontram, gerada pela falta de moradia, alimentação adequada e segurança, os velhos estão sensíveis às doenças crônicas, aos efeitos do trabalho exercido em más condições por longos anos e às conseqüências do alcoolismo, que marca a desestruturação de suas vidas pregressas e os faz ter nos albergues uma possibilidade de acolhimento.

Os albergues são instituições de abrigamento, em geral gerenciados por instituições filantrópicas e conveniados com a prefeitura. Eles possuem horários e procedimentos rígidos: a entrada ocorre no período entre 17 e 18 horas e a saída é por volta das 7 horas da manhã seguinte. Os usuários têm uma carteira de identificação e há um prazo máximo para usar seus serviços - de três meses a um ano, dependendo do albergue. É proibida a entrada

[2] Posteriormente esta Secretaria passou a designar-se Secretaria de Assistência Social – SAS – e, em 2005, recebeu o nome de Secretaria de Assistência e Desenvolvimento Social.
[3] O Grande Conselho Municipal do Idoso é o fórum legítimo de representação dos idosos em São Paulo. Está vinculado diretamente ao Gabinete do Prefeito e tem como atribuição a intermediação entre os movimentos de idosos e a administração municipal.

de pessoas armadas ou alcoolizadas, mas nem sempre se consegue seguir a norma. Quem entra no albergue precisa deixar seus pertences num "guarda-volumes"; depois, recebem uma roupa de cama e é obrigatório tomar banho. Há também horários para o jantar e para dormir.

Esses locais são amplos e variam em sua arquitetura, comportando desde cem até mil pessoas aproximadamente. Alguns albergues visitados situavam-se sob grandes viadutos e estavam próximos a regiões muito pobres e precárias da cidade, principalmente na região central; nos arredores do albergue é comum observar moradores de rua que ficam fora da instituição. Internamente, os espaços dos albergues são amplos; em geral, existe um grande refeitório e os quartos são divididos por sexo – nos quais as crianças ficam com as mulheres – e comportam várias camas. Os banheiros também são coletivos e os pertences das pessoas ficam confinados em pequenos armários.

Furto de roupas e de dinheiro obtido em trabalhos informais ou pela aposentadoria, agressões físicas e humilhações sofridas por outros moradores de rua e por funcionários de albergues são relatos constantes no cotidiano desses idosos. Isso significa que, conseqüentemente, pessoas que vivem nas ruas possuem o mínimo de objetos pessoais, pois eles atentam contra a segurança e a movimentação constante. Além disso, envelhecer nas ruas, ou ainda, envelhecer e ter que viver nas ruas pode acentuar características de debilidade física e psicológica, como decorrência das condições de vida a que estão submetidos esses velhos.

Surge, desta forma, a questão: como os velhos de rua tornaram-se problema e objeto de ação política? Partindo da visibilidade alcançada pelos idosos que viviam nas ruas e do processo de publicização de suas questões, a pesquisa teve como objetivo geral analisar o

processo de criação da Casa-Lar e Convivência São Vicente de Paula. Os objetivos específicos foram analisar a passagem desses idosos pelas ruas e como a mudança para a instituição afetou seu cotidiano.

A Casa-Lar e Convivência São Vicente de Paula conformou a primeira instituição de moradia provisória para idosos no município de São Paulo. Esse projeto foi orientado por três ações principais: moradia provisória, convivência com a comunidade do entorno e geração de renda. O projeto sofreu dificuldades internas – conflitos entre moradores e funcionários – e externas – com a administração municipal – e foi reestruturado e reformulado em 2004, alterando a proposta original.

A partir da convivência com esses idosos, foi possível acompanhar a dinâmica da instituição, dos albergues e das casas de convivência. Estas não se destinam ao pernoite, são locais onde moradores de rua podem se alimentar, fazer a higiene, lavar roupas e fazer oficinas de discussão de temas como cidadania, saúde e outros.

Uma discussão constante, presenciada nas reuniões com os moradores da Casa-Lar e Convivência São Vicente de Paula, tratava sobre o tempo de permanência nos albergues. A questão levantada pelos usuários dessas instituições era de que havia poucas chances de sua situação alterar-se neste período, o que provocava uma rotatividade entre albergues, não mudando de fato sua condição. Os albergues deixavam, portanto, de ser um local de passagem para ser um local de moradia, o que reflete a real necessidade de seus usuários e a impossibilidade de atendimento à totalidade de pessoas sem moradia.

O tema, velhice nas ruas, é pouco conhecido. Considerando isso e a experiência da Casa-Lar, o projeto de pesquisa inicial, do qual partiu este trabalho, tinha como objetivo levantar as trajetórias de vida dos idosos que se encontravam nas ruas, visando identificar o

que os levou àquela condição. No entanto, este objetivo mostrou ser abrangente com o decorrer da pesquisa. Considerando a experiência da pesquisadora com os moradores da Casa-Lar, houve uma reformulação, em que se optou por trabalhar apenas com este grupo de idosos. Por sua vez, a banca examinadora presente no processo de qualificação, composta pela Profª Drª Anita Liberalesso Neri e pela Profª Drª Guita Grin Debert, sugeriu incorporar à pesquisa a análise sobre *como* a população idosa de rua tornou-se um problema social, ou seja, de que maneira produziu-se um discurso sobre essas pessoas, o significado que a velhice nas ruas adquiriu ao longo dos últimos anos e como ocorreu a elaboração de ações políticas direcionadas a este segmento social.

O método usado neste trabalho foi a pesquisa-ação; os instrumentos utilizados foram o diário de campo contendo a experiência com os moradores da Casa-Lar desde o ano de 1999 e que permitiu obter maior profundidade nas informações, o depoimento oral dos idosos que vivenciaram o processo, como também o levantamento de documentos e informações por meio de entrevista com profissionais ligados ao projeto. Os sujeitos foram, portanto, os idosos que passaram pela experiência de criação de Casa-Lar e Convivência São Vicente de Paula. Essas pessoas tiveram em comum a passagem pelas ruas e albergues e a formulação de uma proposta de moradia provisória.

Ao assumir portanto, neste trabalho, a compreensão da velhice como uma construção social, entende-se que as noções de população de rua e de velhos de rua exigem recuperar os conteúdos que foram investidos nesta classificação, identificar quais as formas de mobilização e as condições que tornaram esta realidade visível e objeto de intervenção social. Acrescenta-se a isso a necessidade de verificar a especificidade dos atores encarregados de dar credibilidade às representações criadas com relação a esse segmento,

quais os conteúdos que foram simbolicamente produzidos e o modo como se constituíram ações direcionadas a ele e, finalmente, qual a reelaboração e incorporação desses conteúdos nas práticas e autodefinições da população de velhos de rua.

A primeira parte deste trabalho trata dos diversos olhares atribuídos à população de rua e que, na verdade, expressam toda a diversidade existente nas ruas. Dentro da multiplicidade de vivências que ocorrem nesse contexto, uma prática comum aos atores que compõem a população de rua é a mendicância que, por meio de uma contextualização histórica, oferece subsídios para entendermos as influências decorrentes dessa prática nas diferentes formas de compreender este segmento social na atualidade.

Para entender de quem se fala ao dizermos *população de rua*, agregamos ainda nesta primeira parte a forma de tratamento e os olhares dos profissionais que trabalham com esse segmento social, bem como a representação por meio da literatura e da imagem que conformam um senso comum sobre a população de rua. Todas essas representações foram relevantes para a sistematização e organização do pensamento científico e acadêmico sobre o tema.

Na segunda parte do trabalho, apresentamos os estudos sobre população de rua que compõem as primeiras sistematizações e teorizações por meio da formalização de alguns conceitos – tais como exclusão/inclusão social e marginalidade – e da elaboração de metodologias que tentam configurar essa realidade social. A finalidade deste levantamento foi verificar que tipo de discussão havia sobre idosos de rua, o que não foi observado, mostrando a ausência de uma abordagem sobre a velhice nas ruas. O mesmo, no entanto, não ocorre com outras faixas etárias, como das crianças e dos adultos em idade economicamente ativa. Assim, foi necessário levantar questões sobre os critérios de divisão

das fases da vida por meio da idade cronológica, o que suscitou uma tentativa de articulação entre conceitos das ciências sociais e algumas vertentes tratadas na Gerontologia.

Considerando esses aspectos, apresentamos o método e os instrumentos usados para realização deste trabalho, além de uma descrição inicial sobre a instituição e os velhos da Casa-Lar.

A terceira parte deste trabalho apresenta o processo de discussão gerado a partir da criação da Casa-Lar e os meios pelos quais os velhos que viviam nas ruas adquiriram visibilidade política. Além disso, mostra um retrato sobre a maneira como os moradores da instituição viveram a passagem das ruas para uma moradia provisória, as implicações em seu cotidiano e a convivência entre eles nesta etapa da vida.

A experiência de viver um período da vida nas ruas compõe a quarta parte deste trabalho. Os relatos feitos por alguns moradores da Casa-Lar e as observações contidas no diário de campo permitiram levantar alguns aspectos da vivência desses velhos nas ruas. As características da narrativa, a relação entre envelhecer e viver nas ruas e o trânsito pela cidade oferecem uma breve dimensão dessa realidade vivida por eles, bem como o desenraizamento, a humilhação e a situação liminar em que permaneceram nas ruas.

Por fim, as considerações finais do trabalho trazem alguns apontamentos elaborados a partir da pesquisa, com uma síntese sobre o processo e os desdobramentos possíveis, além das discussões geradas no estudo, que deixam pontos em aberto e mostram a distância entre a relevância do tema e o estreito caminho percorrido pela iniciativa acadêmica na elucidação de suas questões.

CAPÍTULO 1

POPULAÇÃO DE RUA E OS DIVERSOS OLHARES

A rua é um mundo diverso, é espaço que apresenta complexos significados e personagens. Dele fazem parte os pedestres que estão de passagem, na ida e volta para o trabalho, para casa, para o lazer. Um olhar mais detido, no entanto, nos faz ver que existem brechas nesse mundo e que há outras vidas nelas, menos notáveis e, portanto, menos percebidas. Ítalo Calvino criou um personagem chamado Marcovaldo[4], que diz um pouco sobre nós. Marcovaldo, em sua rotina de espera pelo ônibus que ia para o trabalho, conseguia enxergar cogumelos nas fissuras do asfalto, prevendo, ainda, a boa sopa que eles dariam. Tão difícil quanto ver sopa em cogumelos que nascem no asfalto, talvez seja encontrar, em meio às preocupações cotidianas e muitas vezes individualistas, o desprendimento necessário para olhar e ver que nas ruas existem crianças, mulheres, homens e velhos, convivendo em uma diversidade nomeada por *meninos de rua, pivetes, mendigos, loucos, artistas de rua, camelôs, ambulantes* e outras tantas definições.

No trajeto percorrido para encontrar trabalhos que fizessem referências à população de rua e aos idosos de rua, foram encontrados diversos materiais. Eles tratavam sobre diferentes grupos presentes nas ruas e de maneira distinta. O primeiro passo neste caminho foi a realização de um levantamento bibliográfico em diferentes bases de dados[5], o que

[4] CALVINO, Ítalo. **Marcovaldo ou as estações na cidade**. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.
[5] Foram consultados os bancos de dados bibliográficos da Universidade Estadual de Campinas-UNICAMP, Universidade de São Paulo-USP, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo-PUC/SP e a base de artigos Scielo (disponível em http://www.scielo.br).

permitiu verificar que não há estudos acadêmicos sobre população de velhos que vivem nas ruas, apenas sobre população de rua em geral.

Além dos estudos acadêmicos, que se distinguem por estabelecerem conceitos sobre quem é a população de rua e por adotarem uma metodologia de pesquisa específica, foram encontrados trabalhos realizados por órgãos públicos, tais como as administrações municipais e algumas de suas secretarias, e por Organizações não-Governamentais (ONGs). Esse material era constituído por levantamentos e estimativas populacionais, descrições de profissionais que trabalhavam com população de rua e publicações de seminários, que tinham como objetivo traçar um perfil e definir ações políticas para população de rua. Esses trabalhos tiveram como principal subsídio notícias de jornais, relatos de experiências de pessoas que trabalhavam com população de rua e depoimentos de pessoas que passaram pelas ruas.

Outro tipo de trabalho encontrado, distinto do precedente, foi a produção artística e literária sobre moradores de rua, composta por autobiografias, ensaios fotográficos e documentários. Esse material foi considerado relevante, uma vez que trazia em si o olhar do senso comum, mostrando diferentes formas de abordar o assunto e contribuindo para inaugurar a denúncia e incômodo da situação da população de rua.

O conhecimento também é constituído pelo senso comum. Ainda assim, não existe tradicionalmente uma incorporação do mesmo pelas ciências que valorizam o saber objetivo e científico. Boaventura de Souza Santos[6] nos alerta que estamos em tempos de crise em relação aos paradigmas das ciências do homem, o que significa o fim de um ciclo

[6] SANTOS, 1995.

em que predominou uma certa ordem científica, configurando um período de transição permeado de complexidade e ambigüidade. Desta forma, ele faz a proposta de um novo paradigma sobre o conhecimento que, dentre outros, contempla a superação da dualidade entre sujeito e objeto e reabilita o senso comum. Isso enriquece, portanto, a relação entre o pesquisador e o mundo e amplia as interfaces e os horizontes do conhecimento. O presente trabalho, fundamentado neste paradigma, considera imprescindível as noções sobre população de rua e, conseqüentemente, sobre os velhos de rua originadas a partir das representações artísticas e da prática dos profissionais que trabalham com este segmento social.

Observou-se, por exemplo, que as pesquisas sobre população de rua realizadas com finalidade acadêmica usavam informações geradas não somente pelos levantamentos de ONGs, mas também por relatos contidos nos seminários de população de rua, acumulando, desta forma, um conhecimento na área acadêmica por meio da experiência de quem trabalhava com população de rua. Os interesses demandados pelos diferentes atores sociais – como agências financiadoras, instituições filantrópicas, profissionais da área ou ainda a própria população de rua – conformam os pressupostos das pesquisas sobre este segmento social e conseqüentemente os resultados alcançados, de acordo com a finalidade para a qual foram elaborados.

Os grandes centros urbanos foram os primeiros a organizar eventos sobre população de rua como, por exemplo, o I Seminário Nacional de População de Rua realizado em 1992, em São Paulo, formulado em razão do acúmulo de pessoas vivendo nas ruas deste município. Da mesma forma, cidades como Campo Grande (Mato Grosso do Sul), Brasília (Capital Federal), Belo Horizonte (Minas Gerais) e Rio de Janeiro contaram com pesquisas

acadêmicas para explicar esse fenômeno, traçando seu perfil e contabilizando o número das pessoas que viviam nas ruas por meio de diferentes metodologias. Nessas pesquisas, um dos tratamentos dispensados aos dados encontrados foi a divisão em faixas etárias, vista como critério para traçar o perfil, além de verificar a proporção de gênero, a origem e o trabalho dos moradores de rua. No entanto, as divisões de faixas etárias não seguiram um padrão em todas essas pesquisas; elas foram feitas a partir do número de pessoas encontradas nas diferentes amostras, adequando-se à necessidade do tratamento estatístico a ser realizado.

A principal análise que norteia os estudos acadêmicos detém-se na população economicamente ativa e suas formas de inclusão, ou seja, sobre aqueles que desenvolvem maneiras de subsistência, como os catadores de papel e de materiais recicláveis, extremamente úteis sob a ótica da estrutura de produção de bens de consumo descartáveis. Não existe referência sobre a necessidade de se estabelecer um critério para definição de um grupo de idosos pela faixa etária dentro da população de rua e que tenha fundamento na perspectiva do desenvolvimento ou do curso de vida. Isto impede, nesses estudos, a comparação e o dimensionamento mais aprimorado da questão da velhice nas ruas.

No primeiro censo de moradores de rua realizado no município de São Paulo em 2000 (SCHOR e ARTES, 2001), por exemplo, os pesquisadores criaram uma divisão etária que abrange pessoas com 56 anos e mais, sem fazer descrições a respeito da especificidade que esse grupo pudesse ter em relação aos outros. Em outra pesquisa feita na cidade de Campo Grande, Mato Grosso do Sul, as faixas etárias mais velhas foram divididas em pessoas com idade entre 62 e 72 anos e acima de 72 anos, revelando a ausência de um parâmetro comum que, tomando a idade cronológica como princípio, ordene a classificação de quem é velho ou não.

Ao realizar o levantamento bibliográfico, portanto, foi necessário generalizar a procura para *população de rua*, retirando a especificidade dos idosos. Com isso, observou-se que este é um tema recente nas pesquisas acadêmicas, o que pode explicar em parte, a invisibilidade da velhice que está nas ruas. Algumas publicações sobre população de rua surgidas ao final da década de 1970 e, posteriormente uma produção no fim da década de 1990, mostra que o interesse em estudar a população de rua está associado, não apenas ao crescimento do número de pessoas que passaram a viver nas ruas, mas principalmente com o custo social e as implicações que este fenômeno passou a ter no fim do século XX.

A dificuldade em obter informações mais detalhadas sobre população de rua é um aspecto citado nas pesquisas acadêmicas como uma das dificuldades em se trabalhar com este segmento social. Isto implicou na necessidade de se realizar o trabalho em conjunto com os mesmos atores essenciais abordados nas pesquisas não acadêmicas. Contudo, a partir dessa constatação, essas pessoas passaram a ser denominadas "facilitadores do trabalho de campo" (SCHOR e ARTES, 2001, p.870).

Por outro lado, os estudos sobre população de rua, aqui referidos como não acadêmicos, foram produzidos no início da década de 1990. Um dos primeiros realizados com este caráter, no município de São Paulo, foi o de SIMÕES JÚNIOR (1992). O autor criou uma definição de *morador de rua* que posteriormente foi usada em vários trabalhos. Isso indica não somente a escassez de dados e de trabalhos sobre o tema, mas a ausência de uma discussão mais formal e institucionalizada.

De acordo com SIMÕES JÚNIOR[7], o interesse de sua pesquisa sobre moradores de rua estava direcionado às pessoas que adquiriram outras formas de sobrevivência no momento em que foram para as ruas. O grupo de pesquisa, do qual o autor participava na

[7] Em agosto de 2004 foi realizada uma entrevista com este autor para esclarecer alguns pontos do trabalho realizado em São Paulo.

época, pertencia à ONG Pólis[8], que tinha como objetivo estudar a metrópole, as condições de moradia em São Paulo e as políticas de renovação urbana. A partir disso, eles realizaram estudos sobre cortiços e posteriormente sobre moradores de rua. Segundo o entrevistado, o início da década de 1990 foi marcado por uma "explosão" do número de ONGs e também incremento no volume de recursos externos que passaram a receber, pois tinham a seu favor uma "imparcialidade" que governos e instituições privadas não possuíam para a elaboração de pesquisas[9]. Foi dessa maneira que os moradores de rua apareceram especificamente para esta ONG, ou seja, como objeto de interesse para estudo por ter implicações sobre a estruturação da cidade.

Além desta primeira definição encontrada em SIMÕES JÚNIOR (1992), há outras criadas pelos pesquisadores de população de rua, conformando diferentes abordagens.

1.1. Os termos usados e os conceitos criados para população de rua

A organização das noções sobre população de rua permitiu relacionar conceitos e definições e, conseqüentemente, traduzir o conhecimento existente sobre este segmento social.

Desta maneira, o levantamento bibliográfico realizado – que tinha por finalidade fazer uma pesquisa exploratória sobre o tema que se desejava estudar no presente trabalho –

[8] PÓLIS - Instituto de Estudos, Formação e Assessoria em Políticas Sociais, ONG localizada em São Paulo.
[9] Neste caso, não somente sobre população de rua, mas sobre temas diversos. Vale lembrar que as ONGs emergiram no contexto da redemocratização brasileira na década de 1980 e tiveram, em sua origem, uma forte relação com os movimentos sociais. Além desta, as ONGs possuem, historicamente, relações com agências financiadoras nacionais e internacionais, o que viabilizou e condicionou desde então sua própria existência. De acordo com Ana Claudia Teixeira, as ONGs estão cada vez mais envolvidas na formulação e execução de políticas públicas e sociais e acabam sendo vistas como organizações que assumem responsabilidades sociais abandonadas pelo Estado, de acordo com o modelo neoliberal existente atualmente no Brasil (Revista **Idéias** 5(2)/6(1), 1998/1999, elaborada pelo GRUPO de Estudos sobre a Construção Democrática).

mostrou a existência de diferentes termos usados para designar população de rua. Para ampliar as possibilidades de resultado da busca, foram usadas várias palavras-chave que pudessem remeter ao assunto, tais como: população e rua(s); idoso(s) e ruas(s); velhos(s) e rua(s); albergue(s); albergado(s); moradia e idoso(s); velhice e rua(s); envelhecimento e rua(s); gerontologia e rua(s); exclusão e velhice; exclusão e gerontologia; exclusão e envelhecimento; exclusão e velho(s); exclusão e idoso(s).

Com este procedimento, foi encontrada uma pluralidade de termos que também designavam população de rua, como *homeless, mendigo, andarilho, estradeiro, trecheiro, moradores de rua, perambulantes, migrantes*[10]. Numa primeira análise, pode-se afirmar que o ponto de interseção entre esses termos é o fato de que estas são pessoas marcadas pelo signo do não pertencimento ao lugar onde estão. São eles os "de fora", "estrangeiros" de uma ordem social que não lhes reconhece e que os estranha.

Em razão da carência de informações sobre população de rua e com a preocupação de indicar caminhos para a elaboração de ações governamentais direcionadas a ela, VIEIRA et al (1994) elaboraram uma pesquisa exploratória no município de São Paulo. Os autores partiram da definição usada pelas Nações Unidas de *homeless*, que considera não somente os que vivem nas ruas, mas os que moram em lugares sem condições mínimas de habitabilidade, incluindo também pessoas que residem em cortiços e favelas e aqueles que usam a rua como espaço de sobrevivência e moradia. Considerações sobre a faixa etária dos pesquisados não foram relatadas e VIEIRA et al (1994) partem do pressuposto de que a população de rua é configurada por pessoas pobres que foram expulsas do mercado de trabalho.

[10] Esta variedade também foi encontrada por SERRANO (2004).

SIMÕES JÚNIOR (1992), por sua vez, associa os moradores de rua à prática da mendicância. Para esclarecer esta associação, o autor especificou, em entrevista realizada, que os moradores de rua possuem uma origem na errância e há distinções entre estes e outros grupos de errantes, tais como os ciganos – que possuem uma cultura própria e pertencem a uma etnia, valorizam as artes, a música e o artesanato – e os peregrinos – que migram por devoção religiosa.

Nesse levantamento realizado em São Paulo por SIMÕES JÚNIOR (1992), a designação utilizada foi, portanto, *moradores de rua*. Este termo refere-se "àquele segmento da população de baixíssima renda e em idade adulta que, por uma contingência temporária ou de forma permanente estão habitando nos logradouros públicos da cidade (praças, calçadas, marquises, jardins, baixios de viadutos), em áreas degradadas (galpões e residências abandonadas, edificações em ruína, terrenos baldios, mocós, tumbas de cemitérios, carcaças de veículo etc) ou ainda, eventualmente, pernoitando em albergues públicos ou em 'camas quentes'[11] alugadas" (p.17). O autor ainda considera que este é um segmento heterogêneo, ou seja, além do "mendigo profissional", do andarilho, do alcoólatra e do deficiente físico e mental, há também os que são vítimas do desemprego e da recessão.

SIMÕES JÚNIOR (1992) também fez descrições sobre o cotidiano dos moradores de rua. O descanso, à noite, foi descrito como curto, entrecortado por ladrões, batidas policiais, fazendo com que os moradores de rua procurassem lugares movimentados, principalmente quando estavam sozinhos. Lugares como calçadões e praças eram arriscados por serem dominados por menores de rua ou bandidos. Esses locais eram

[11] "Camas-quentes" são aquelas em que há grande rotatividade de usuários, ou seja, na mesma cama dormem pessoas diferentes, em períodos consecutivos.

denominados “pontos”, preferencialmente escolhidos por oferecer acesso à água e à segurança, viabilizando o preparo de alimentos e lavagem de roupas. Além disso, os moradores de rua tentavam aliar os pontos de repouso com o de sustento. Este fato permitiu ao autor estabelecer que não se tratavam de andarilhos que percorriam diversos bairros da cidade, eram pessoas que viviam num habitat definido por eles mesmos, podendo ser extenso ou não e onde faziam o repouso, exercitavam seu trabalho e obtinham seu alimento.

Alguns dados estatísticos apresentados por SIMÕES JÚNIOR (1992) mostraram que 531 pessoas que estavam nas ruas foram atendidas em postos de atendimento no segundo semestre de 1991. Destes, 92% eram homens, 70% possuíam menos de 40 anos de idade e 87% tinham escolaridade de 1º grau. Com relação ao trabalho, 85% faziam “bicos” e, em relação a sua procedência, 46% eram naturais da região Sudeste e, do total, 28% eram naturais do estado de São Paulo, sendo 14% da capital.

Esses dados mostram que a população de rua residente em São Paulo não se constituía prioritariamente de migrantes de outras regiões do país, o que contradiz a idéia corrente de que são os nordestinos que compõem esta população. As primeiras informações sobre a origem da população de rua de São Paulo foram pesquisadas pelos censos de moradores de rua somente a partir de 2000. Isso indica que essa idéia de que são nordestinos que compõem a população de rua pode fazer parte de uma atitude que tem por função discriminadora, ou seja, ao contrário de uma constatação empírica, permanece uma noção de distinção e negação daquele que se encontra nas ruas.

As descrições sobre a população que vive nas ruas mostram que não há um local fixo de permanência, os moradores de rua sobrevivem de forma alternativa e são heterogêneos entre si. Isto significa que não há uma categoria fixa que possa definir

especificamente toda a complexidade e diferença das pessoas que estão nas ruas e de suas características, uma vez que estas não são únicas ou gerais, comuns a todos.

CANTELMO (1998) traz definições que partem da hipótese de que essas pessoas ocupam um lugar significativo na sociedade brasileira, mas como resultado de deserção social. Há dois tipos de *errantes* para este autor: o primeiro tipo são os *estradeiros*, que surgem como forma de contestação aos modelos do capitalismo moderno; eles circulam em determinadas rotas por cidades-símbolo dessa cultura – tais como São Tomé das Letras, Mauá, Chapada dos Guimarães etc. – e se sustentam por meio de produções artístico-culturais.

Há, ainda, cinco tipos de *estradeiros*: o primeiro é o "micróbio", que anda sujo, não se preocupa com o bem-estar e faz artesanato simples e barato; outro tipo são os "estradeiros constantes", que buscam o caminhar e a liberdade como única forma de vida, produzem artesanato mais sofisticado e mantém uma relação com a arte; os "alternativos", que sobrevivem em comunidades a partir da agricultura de subsistência, do artesanato, música e teatro e são estudiosos ou praticantes de religiões orientais; os "estradeiros esporádicos" residem nas cidades-símbolo da cultura estradeira, preocupam-se com o bem-estar, costumam constituir família, sobrevivem da arte e geram grupos de discussão sobre desenvolvimento local; o último grupo são os "hippies de final de semana", compostos por estudantes e trabalhadores que, nos fins de semana e feriados, vão para as cidades-símbolo e fazem da estrada a fuga do cotidiano.

O segundo tipo de errante é o *andarilho*, que surge buscando melhores condições de vida (CANTELMO, 1998). Ele perambula pelas estradas e sobrevive de mendicância ou do trabalho rural volante. Esta característica faz com que essas pessoas também sejam

chamadas de *trecheiros*. O autor atribui à modernização do trabalho no campo a passagem dos trabalhadores rurais para a condição de "sem terra" e de trabalhadores assalariados temporários. O andarilho e o trecheiro sobrevivem também da mendicância e de doações de comida e roupas. Todas as definições de CANTELMO (1998) indicam uma complexidade não imediatamente visível, de que a situação da maioria dessas pessoas está associada a um processo de migração.

Uma outra definição para morador de rua, desta vez estabelecida por MARTINS (2001), é o termo *caídos*, usado pelos educadores sociais na cidade de Belo Horizonte, Minas Gerais. Os *caídos* seriam pessoas que vivem nas ruas e mesmo assim conseguem manter consigo seus pertences, quando ainda os têm, o que mostra a possibilidade *resgatá-los* para o convívio social.

A polissemia dos termos usados para designar a população de rua pode ser entendida como um reflexo do próprio universo que se propõe a estudar. Isto significa que o mundo da rua é composto por diferentes indivíduos, originários de diversas regiões do país e, portanto, com costumes e formas de ver o mundo heterogêneas. Como nos lembra BOSI (1987), não existe uma cultura brasileira homogênea; ela possui uma característica plural, distinta essencialmente no tempo de cada cultura, que resulta "de um processo de múltiplas interações e oposições no tempo e no espaço" (p.7).

1.2. Moradores de rua e mendicância

Outra característica comum a esses grupos diversos que vivem nas ruas é a prática da mendicância, o que remete ao termo *mendigo*, também usado para designar população

de rua. STOFFELS (1977) destaca que há duas tendências na forma de olhar os mendigos: a primeira responsabiliza o indivíduo por sua condição; a segunda, o isenta de qualquer responsabilidade, atribuindo sua situação a fatores externos e impessoais.

A prática da mendicância é explicada por algumas teorias (STOFFELS, 1977) que possuem raízes na Antigüidade Clássica e deixaram resquícios importantes nas tentativas de configuração da mendicância na atualidade. São elas:

- teoria jurídica, encara a mendicância como delito que deve ser punido. Fundamenta-se na responsabilidade do mendigo/vagabundo e equivale à idéia de alguém pobre e ocioso que ameaça a ordem social;
- psiquiátrica, bastante difundida no século XIX, considerava o vagabundo como doente mental incurável;
- psicológica, trata o mendigo como deficiente. São pessoas com instabilidade emocional manifesta pelo desejo de mudança e por uma incapacidade de adaptação;
- psicopatológica, estabelece a mendicância como conjunto de atitudes e predisposições congênitas específicas ao vadio, como a mania de vaguear;
- teorias psicobiológicas, propõem um caráter degenerado e incapaz do mendigo, determinado pela hereditariedade; e
- teses que versam sobre a imaturidade do mendigo e o compara à criança por sua ausência de responsabilidade.

STOFFELS (1997), contra tais perspectivas, parte de uma contextualização histórica para localizar a gênese da prática da mendicância e a associa ao surgimento da propriedade

privada. A autora lembra que havia garantia de assistência aos necessitados sem que estes fossem marginalizados nas sociedades arcaicas. No entanto, a decomposição dessas sociedades estabeleceu a escravidão, concomitante ao surgimento das cidades e dos estados, originando a economia monetária e a divisão do trabalho, ainda características no mundo atual. A expropriação das terras comuns, por sua vez, fez com que famílias e grupos camponeses fossem para as cidades sem terem como se fixar e prover a subsistência, resultando no aparecimento de mendicantes.

Ao lado dos artesãos e mercadores urbanos, surgiram então, nas áreas urbanas, o que pode ser caracterizado como "profissionalização" da mendicância: as instituições de mendicantes profissionais[12], estabelecidas em "pátios dos milagres". Esta expressão significa que os praticantes da mendicância eram recrutados para tornarem-se porta-vozes de grupos dominados, tal como os deficientes físicos; esses mendicantes passavam-se, por exemplo, por deficientes e nos pátios dos milagres acontecia a "cura espontânea" de seus males, ou seja, deixavam de simular as doenças assim que chegavam ao local. A mendicância constituía-se, neste momento, como uma atividade complementar ou alternativa aos ofícios, e por isso profissional.

A institucionalização dessa prática como fenômeno urbano na Europa correspondeu à mesma dinâmica política e sócio-econômica, ou seja, foi decorrência de despejos rurais provocados por guerras e por exércitos dissolvidos, que afluíram para as cidades. Os mendicantes apareceram, portanto, como efeito de uma ruptura da estrutura sócio-econômica em vigor e tinham sua dinâmica formada essencialmente em torno da

[12] Ou, de acordo com SERRANO (2004), "simuladores" (p.10).

escravidão, dos distúrbios políticos e militares, próprias já do mundo antigo. Além disso, este período é caracterizado pela expansão do cristianismo e estendeu-se até à Idade Média, produzindo o que STOFFELS (1977) denomina de "contingentes de vagabundos e bandidos" (p.61).

Na Idade Média, por sua vez, a mendicância apareceu circunscrita à dinâmica religiosa, produzindo efeitos importantes no nível ideológico (STOFFELS, 1977). No sistema feudal, as relações estavam fundamentadas no servilismo e eram fortemente hierarquizadas. O trabalhador – neste caso, servo – recebia proteção de um senhor em troca de liberdade e trabalho. Os senhores que não tinham poder suficiente para manter a proteção do território sob seu domínio, também se submetiam a esta relação servil, que estava sujeita a rupturas e acabava por proliferar senhores que se recusavam a escolher um amo e subvertiam a ordem hierárquica imposta, caracterizando a noção de "senhores bandidos". Entre os vagabundos, portanto, encontravam-se camponeses e senhores expulsos de suas terras.

No mesmo período, as corporações de ofício instalaram monopólios de trabalho, transformando este em privilégio social; a igreja, por sua vez, encorajava as cruzadas e as peregrinações individuais e coletivas, fazendo com que mendicância e vadiagem aparecessem como práticas redentoras[13]. É importante ressaltar que essa motivação

[13] Hermann Hesse reuniu algumas narrativas medievais que constituíram fontes importantes para a história cultural da Europa. Dentre elas, figura um conto que trata "Da vida de santo Aleixo, filho do Imperador Eufemiano" (p.75), em que o filho de um nobre romano recusou toda sua riqueza e glórias terrenas, partindo para a peregrinação e perambulação. Passou por humilhações e penitências, retornou irreconhecível à casa de seu pai e permaneceu assim por longos anos, somente sendo reconhecido na hora da morte. Os que tocavam seu cadáver curavam-se e livravam-se do mal, sendo venerado a partir de então. O conto mostra como a peregrinação podia trazer a redenção, por meio da mendicância. Mais do que uma simples curiosidade, Hesse compilou estas histórias no intuito de entender o início da barbárie em que a Europa encontrava-se – Primeira Guerra Mundial – pois "*O traje* (dessas histórias) *é sempre antigo, mas o conteúdo não é velho nem novo, e sim intemporal, merecendo sempre o nosso interesse, como tudo que é humano*" (HESSE, 1976, p.4).

religiosa produziu também falsos mendicantes e a vadiagem dos estudantes, que era garantida por meio dos privilégios escolásticos.

STOFFELS (1977) aponta que a organização de uma mendicância profissional foi reproduzida nas cidades com o estabelecimento de locais de reunião, de linguagem e técnicas próprias. No sistema feudal, particularmente, desenvolveram-se as técnicas e subterfúgios usados na mendicância. A autora mostra que essa estrutura social, permeada por mecanismos rígidos, tinha em si uma dinâmica de *produção* da vagabundagem e mendicância, sem a interferência de medidas compensatórias – uma vez que os asilos e instituições de caridade existentes eram embrionários neste momento. Os *excluídos*, assim denominados pela autora, dentre os quais muitos se tornavam mendicantes profissionais, criaram um conjunto de técnicas e subterfúgios para sobreviver social e economicamente, produzindo um vínculo direto entre a miséria e o aperfeiçoamento dos subterfúgios.

Entre os séculos XII e XIV ocorreram revoltas camponesas, determinadas pela subordinação dos trabalhadores aos proprietários fundiários, pela crise monetária e pelo efeito das guerras e epidemias, em especial a peste negra. Novamente essas pessoas, expulsas de suas terras, tornavam-se perambulantes e empregavam-se em atividades não regulamentadas pelas associações de ofício, que mantinham os privilégios das profissões e dificultavam o acesso ao trabalho, incentivando, portanto, a mendicância (STOFFELS, 1977).

No século XVI, apesar da estrutura econômica ainda possuir outros modos de produção, acentuou-se o nível *econômico* da formação social, o que permite STOFFELS (1977) apontar que os mendicantes passaram "a constituir, a partir de então, uma categoria

peculiar do subproletariado" (p.62)[14]. Será neste século, com a desintegração do sistema feudal e início do capitalismo comercial, que a organização institucional da mendicância teve seu maior desenvolvimento. Como exemplo, STOFFELS (1977) cita a França, que teve essa atividade como uma das únicas maneiras de sobrevivência por parte deste grupo que constituía os mendicantes. Os pátios dos milagres concentravam a mendicância profissional urbana, mas ao mesmo tempo não deixavam de constituir um refúgio para os pobres e miseráveis. O grupo dos mendigos era produto de uma situação de pobreza, fosse pela composição por pessoas oriundas das camadas pobres, fosse pela burguesia decadente, que perdeu bens e prestígio.

Com o desenvolvimento do modo de produção capitalista, com a repressão do Estado e os conflitos entre os próprios mendicantes, houve uma dissolução da organização institucional desses grupos. Além disso, a repressão intensificou-se no século XVII e surgiu um novo evento no modo de produção econômica: uma escassez de mão de obra e uma expansão do modo de produção capitalista por conta de seu período concorrencial, forçando a contenção do desperdício da força de trabalho que incrementava a vagabundagem e mendicância (STOFFELS, 1977).

No entanto, ainda no século XIX, a "profissão de mendicante" continuou sendo especializada, incluindo a confecção de manuais profissionais com técnicas e subterfúgios. É interessante observar que STOFFELS (1977) cita uma tentativa de categorizar – em 1863, por uma ordenança de polícia na França – esses mendicantes, dividindo-os em

[14] A autora ainda ressalta que grande parte dos vagabundos e pedintes desde o século XVI até o século XIX é constituída pelos desempregados urbanos e camponeses expulsos de suas terras, não incorporados pelas manufaturas. Ao mesmo tempo em que parte desta população era absorvida, seu crescimento supõe a manutenção "de um exército industrial de reserva" (p.62); as relações de trabalho não tinham mais o amparo das organizações de trabalho do sistema feudal e os trabalhadores não tinham mais garantias individuais ou coletivas mediante os baixos salários e o desemprego (STOFFELS, 1977).

organistas, saltimbancos, músicos e cantores. A intervenção crescente do Estado, oferecendo garantias institucionais ao proletariado e subproletariado, circunscreveu cada vez mais a institucionalização dos grupos de mendicância, retirando, de certa forma, a autonomia de organização política destes. Nesse contexto, a legislação vigente e os antigos códigos de posturas passaram a considerar este grupo da população como preguiçosos, improdutivos, inúteis, deficientes, loucos, perigosos ou criminosos e que são, em verdade, os improdutivos na ótica do sistema capitalista. Por meio dessa imagem estigmatizada, o Estado começou a prover cuidados a esta população, oferecendo como "tratamento" medidas de correição, presídios e hospitais psiquiátricos (SIMÕES JÚNIOR, 1992), além da prática assistencialista, tão tradicional nas ações voltadas para população de rua ainda na atualidade.

No sentido contrário à responsabilização ou à isenção do indivíduo, é possível verificar como um fenômeno pode ser produto de uma organização da estrutura social. Não se trata de afirmar que o que designamos como “mendigo” na atualidade seja o mesmo sujeito de outras épocas precedentes, mas é possível compreender como a forma de organização social e econômica pode contribuir para a formação de uma prática, da mesma maneira que a sociedade contemporânea pode contribuir para a manutenção da mendicância.

Essas concepções sobre a mendicância influenciam a forma de tratamento da população de rua, freqüentemente associada à figura do mendigo e, portanto, do morador de rua. Em Belo Horizonte, Minas Gerais, MARTINS (2001) observou a distinção feita entre *mendigos* e *vadios*. Os vadios da cidade, historicamente, não tinham a tolerância social de que gozavam os mendigos, que eram amparados pelas instituições de caridade. Ambos são partes da pobreza, só que uma é considerada mais vil que a outra. O vagabundo ou vadio para a autora, na sociedade medieval, seria aquele que mora “em toda parte” e era associado à categoria do “pobre de maus costumes”, inapto, portanto, para a caridade.

Etimologicamente, o termo "vagabundo", usado no século XIX no Brasil, estava associado aos errantes, aos *sem lugar para morar* e aos que se recusam às normas do trabalho. A raiz "vag" antepõe-se a dois termos:

- ao latim *vaco*, que significa "estar vazio, vago, desocupado, (...) não ter um proprietário; ser livre; (...) ser isento de (tarefa, responsabilidade etc.); ter tempo para (...)";
- e ao termo *vagus*, que significa "que se move livremente de um lugar a outro, errante; inconstante (na maneira de ser, na aparência, no procedimento); (...) incerto, indeciso, vacilante; desocupado, ocioso" (HOUAISS e VILLAR, 2001, p.2821).

Esta distinção entre mendicância e vadiagem remete à discussão sobre estar ou não inserido no mundo do trabalho. O mendigo estaria associado à incapacidade e, portanto, é aquele que necessita da assistência social. Por outro lado, o vadio é aquele que não trabalha por opção e, para estes, só resta a ação de polícia. Os ecos dessa dupla concepção aparecem nos muitos relatos de moradores de rua, que constantemente referem-se a uma impossibilidade de trabalhar, o que os torna passíveis da caridade alheia e não mais sujeitos à ações de punição.

1.3. A arte e a prática: o senso comum

As concepções sobre moradores de rua também podem ser verificadas pela expressão da literatura e da imagem, trazendo novas possibilidades de olhar e ampliando a noção de população de rua.

Uma das noções sobre o morador de rua é a que o percebe como parte integrante do lugar, como se houvesse, em nossa sociedade, um lugar destinado ao mendigo. Assim nos

conta Herbert de Souza (1996), o Betinho, num de seus livros, que narra como era visto o mendigo em sua cidade natal: aquele que tinha um pouco de visionário, mas também de lunático. Ele sempre andava sujo e certas vezes era apanhado, aparecendo no dia seguinte de banho tomado e barba e cabelo feitos. Betinho ainda conta que a principal função deste personagem, parte integrante da cidade, era manter a higiene das crianças pois, caso alguma se recusasse a tomar banho, imediatamente era advertida de que ficaria igual àquele mendigo, ou seja, sujo, mas também louco.

Em São Paulo também temos os personagens conhecidos que vivem nas ruas: o filósofo da Praça Panamericana; a mulher que tinha vários cachorros amarrados com cordas em frente ao cemitério do Araçá, na Avenida Dr. Arnaldo; o homem que ficava na ilha que em frente à Praça Roosevelt, que tinha o hábito de gesticular com a mão como se estivesse pescando e acabou recebendo o apelido de "Pescador"; e tantos outros que são reconhecidos pelos moradores dos bairros no momento em que se fixam.

Em 2003, Jorge Cordeiro Barbosa, um morador de rua, escreveu juntamente com a jornalista Simone Paulino, um livro que relata sua vivência nas ruas de São Paulo[15], desde sua chegada à cidade até o casamento e o nascimento dos filhos; conta também sobre as formas de sobrevivência, o código de ética das ruas e a vida dentro dos albergues. Além de sua experiência, o narrador conta a história de um amigo das ruas que às vezes adoecia, voltava para a casa da mãe e depois voltava para as ruas com roupas limpas e recuperado da doença. A jornalista, também escritora do livro, faz um relato de um irmão que, por vezes, desaparecia de casa e após longo período, retornava doente e maltrapilho. Numa estranha

[15] BARBOSA, Jorge Cordeiro e PAULINO, Simone. **Identidade Perdida**: memórias de um morador de rua. São Paulo: Legnar Informática e Editora, 2003.

coincidência, irmão e amigo eram a mesma pessoa, mostrando a linha tênue que dividia os dois mundos, caracterizando uma situação liminar.

Além da literatura, população de rua também é retratada por documentários. Dentre eles, pode-se dedicar atenção para o realizado por Paulo Morelli e outros, em 1985, intitulado *Do outro lado da sua casa*. Este autor realizou o documentário coletando relatos de moradores de rua, entrevistados também por um morador de rua. O vídeo expõe a desconsideração por parte das pessoas que não estão nas ruas, o discurso de responsabilização do indivíduo e das escolhas feitas por eles. O documentário mostra que o limite entre loucura e normalidade é uma condição decorrente da vida nas ruas. Um aspecto importante é de que a pessoa escolhida para realizar as entrevistas transita entre o mundo da rua e o mundo de quem está fora dela, ou seja, o vídeo enfoca que o entrevistador mora nas ruas, mas trabalha, o que lhe confere dignidade e aproxima do mundo dos produtores do vídeo. Ele faz a interlocução e justifica a existência da população de rua – composta por negros, travestis e loucos – pelas dificuldades econômicas e pela "preguiça" de trabalhar. O documentário mostra, portanto, que são pessoas de alguma maneira situadas à margem desta sociedade, mas que ao mesmo tempo fazem parte dela, o que permite dizer que existe um lugar e uma função para o morador de rua nesse contexto.

Outro documentário, produzido em 2003 por Evaldo Mocarzel, intitula-se *À Margem da Imagem*, que também coleta depoimentos de moradores de rua, partindo da perspectiva dos mesmos, mas com um entrevistador que não pertencia ao mundo deles. Além de apresentar as justificativas dos moradores de rua para sua condição, trata de situações do cotidiano e do trabalho dessas pessoas. Um dos aspectos principais abordados no documentário é o relato de uma freira que trabalha com população de rua, apontando

que o discurso de "retirar o povo da rua" é uma fantasia, pois não há espaço para essas pessoas fora das ruas e eles já fazem parte desta estrutura em que vivemos[16].

Esta mesma freira fala sobre uma prática dos moradores de rua, o "acharque" ou "achar que". Os moradores de rua precisam, de alguma forma, sensibilizar as pessoas fora das ruas para que lhes dêem auxílio. Assim, criam histórias que justificam sua situação nas ruas e que ao incorporar-se de forma arraigada em seu discurso, passam a fazer parte de suas vidas. Nomeada de outra forma, aparece a prática da simulação descrita por STOFFELS (1977) e SERRANO (2004).

Um segmento da população de rua que recebe especial atenção são os catadores de materiais recicláveis. Este grupo foi retratado em documentário intitulado *Carroceiros,* produzido em 2005, que coletava depoimentos dos catadores, enfatizando sua forma de sobrevivência. Juntamente com este documentário, foi elaborado um acervo de imagens fotográficas, mostrando o cotidiano e dando visibilidade aos catadores, que vêm juntamente com a importância atribuída ao tema da reciclagem de lixo e da valorização do meio ambiente, sendo, portanto, peças fundamentais.

[16] Em reportagem do jornal Folha de São Paulo de 22 de maio de 2005, o morador de uma praça em bairro nobre da cidade de São Paulo, Manoel Menezes da Silva, 68 anos de idade, fora internado dias antes involuntariamente no Hospital Psiquiátrico Pinel por apresentar, segundo laudo médico, condições de demência. Ele transitava no bairro há 20 anos e o incômodo causado por sua presença – em especial as condições de higiene – levou os moradores do bairro a acionarem a Guarda Civil Metropolitana, a Secretaria de Assistência e Desenvolvimento Social e a limpeza urbana para retirá-lo da praça. O secretário municipal do desenvolvimento e assistência social afirmou que Manoel apresentava "(...) as características de uma pessoa mentalmente enferma: não trabalha, nem como carroceiro, não consegue se limpar, dorme no chão, é refratário ao uso de albergues e equipamentos municipais para alimentação e higiene. (...) Queremos institucionalizar todos os moradores de rua" (CAPRIGLIONI e BERGAMO, 2005, p.C10). Este fato mostra que retirar as pessoas das ruas não significa necessariamente uma maneira de reinserção na sociedade, mas trata-se, fundamentalmente, de retirá-las de circulação, institucionalizando-as.

Outro material fotográfico elaborado e o único encontrado especificamente sobre velhos de rua foi realizado no Rio de Janeiro[17]. O ensaio chama a atenção para o abandono dos velhos empobrecidos que não têm para onde ir nem condições de se manterem, acabam vivendo em abrigos ou nas ruas. O fotógrafo lembra que, no Brasil, muitos falam de crianças de rua, mas poucos se lembram dos velhos, cuja "(...) experiência de vida é descartada e eles passam a viver de favores. Durante a realização dessas imagens, constatei o desprezo geral pelos velhos. Estranho. Esses velhos também somos nós!" (CAVALHER, 1997, p.82).

Os contos, as fotografias e os vídeos trazem uma noção de população de rua vinculada à pobreza, à loucura e, principalmente, composta por pessoas que não pertenciam às ruas e que por alguma razão acabaram nessa situação. Indicam uma valorização, pelos próprios moradores de rua, daquele que, a despeito de estar na rua, permanece trabalhando. Mostram também que o morador de rua é parte integrante da cidade como um produto dela, são aqueles que ficaram à parte do mundo do trabalho. Estas diferentes formas de olhar o morador de rua enriquecem as noções estabelecidas sobre este grupo social e mostram sua pluralidade.

1.3.1. Órgãos Públicos: um outro olhar

Na tentativa de elaborar uma sistematização do conhecimento sobre a população de rua, a Secretaria Municipal do da Família e Bem-Estar Social de São Paulo realizou, em junho de 1992, o I Seminário Nacional de População de Rua, cujo objetivo foi trocar

[17] CAVALHER, Dilmar. Velhos de rua. **Revista Atenção**, ano 3, n.10, pp.78-83, 1997.

experiências entre profissionais que trabalhavam com este segmento da população e descobrir pontos comuns no trabalho, além de traçar diretrizes para a atuação política. Este seminário resultou em uma publicação que ancorou durante um longo período o trabalho com população de rua. Segundo o depoimento de Maria Antonieta da Costa Vieira, desta mesma Secretaria, "v*iver na rua não é, portanto, apenas dormir na rua, é a criação de um modo de vida"* (ROSA, 1995, p.20), o que remete a uma tentativa de definição da população de rua. Os relatos apresentados no Seminário tinham estruturas diferentes, alguns municípios apresentaram dados e outros foram bastante sucintos, sem maior detalhamento. É importante observar que essas descrições mostram com riqueza a concepção subjacente ao trabalho realizado com população de rua.

Um dos pontos comuns nos depoimentos contidos nesta publicação foi a escassez de dados sobre população de rua. Vários municípios fizeram relatos de experiências, dentre eles: Brasília, Porto Alegre, Rio de Janeiro, Campo Grande, Campinas, Uberlândia, Bauru, Salvador e Fortaleza. Algumas dessas experiências são aqui descritas e não se caracterizam como levantamentos estatísticos, mas resultam do contato dos profissionais que trabalham com as pessoas que vivem nas ruas; profissionais que, por sua vez, são portadores de uma multiplicidade de enfoques sobre essa realidade.

Brasília, a Capital Federal, já havia realizado em dezembro de 1991 o I Encontro de População de Rua do Distrito Federal. A Secretaria de Assistência Social fez um levantamento do perfil psicossocial dessa população e tinha como objetivo "sensibilizar a sociedade para um problema que não é apenas de responsabilidade do governo, mas dela também" (ROSA, 1995, p.21). O levantamento mostrou que a população de rua do Distrito Federal não está nas cidades satélites, onde foram encontradas 46 pessoas, e sim no Plano

Piloto, num total de 141 pessoas. Os moradores de rua encontrados estavam na faixa de idade economicamente ativa. Eram migrantes oriundos, em sua maioria, do Nordeste, tinham problemas graves de saúde, especialmente o alcoolismo, tinham baixa escolaridade e capacitação profissional e se encontravam desempregados. Na visão dos profissionais, eles se reuniam à noite para reproduzir uma situação familiar, o que à primeira vista pareceria impossível numa situação de rua.

Na cidade de Porto Alegre, Rio Grande do Sul, o trabalho com população de rua foi iniciado em 1991, com o argumento do crescimento dessa população, expandindo o universo do trabalho assistencial. A maioria dos moradores de rua era do sexo masculino, com idade entre 20 e 40 anos, migrantes do interior do estado por dificuldades econômicas ou eram egressos de hospitais psiquiátricos. Os que estavam há pouco tempo nas ruas, andavam em grupos e compartilhavam de certa solidariedade, diferentemente dos que nela estavam há mais tempo.

No Rio de Janeiro, a Secretaria de Assistência Social realizou uma pesquisa encomendada pelo governo municipal e tiveram a proposta de fazer 100 estudos de histórias de vida de pessoas que viviam nas ruas. A maioria dessas pessoas era do sexo masculino, com idade entre 18 e 40 anos, possuíam baixa escolaridade e baixa qualificação profissional e eram prioritariamente migrantes do interior do estado do Rio de Janeiro.

Em Campo Grande, Mato Grosso do Sul, as pessoas que estavam nas ruas eram de outros estados e procuravam trabalho, sendo designados como trecheiros. Tinham idade entre 20 e 35 anos com baixa escolaridade e baixa capacitação profissional, além de serem portadores de doenças infecto-contagiosas. No entendimento dos profissionais da Secretaria de Assistência Social que fez o relato para este município, os moradores de rua usavam a

violência como uma estratégia de sobrevivência. Além disso, o relato ainda dizia que "encontram-se entre eles também alcoólatras, dependentes de drogas, doentes mentais e alguns idosos" (ROSA, 1995, p.24), mostrando a heterogeneidade da população de rua de Campo Grande, composta pelos desviantes, ou seja, alcoólatras, usuários de drogas e doentes mentais. No entanto, chama a atenção a forma como os idosos foram inseridos neste relato, ou seja, eles apareceram como um grupo que deve ser ressaltado por estar à margem. Infelizmente este relato não apresentou dados sobre o número de idosos que havia nas ruas de Campo Grande.

Profissionais da Secretaria de Assistência Social de Uberlândia, Minas Gerais, apresentaram um relato bastante sintético, mas fizeram a associação da população de rua residente em seu município com os migrantes, sem discriminação de sua origem. Além disso, os profissionais citaram que os moradores de rua eram desempregados ou trabalhadores com baixa renda e alcoólatras, porém sem apresentar dados mais detalhados.

No município de Campinas, estado de São Paulo, a população de rua foi também identificada com o grupo de migrantes. O relato incluiu uma forte descrição sobre a aversão ao banho, que foi interpretada como "couraça protetora do corpo" (ROSA, 1995, p.25), mecanismo de defesa e proteção, uma vez que isso afastava as pessoas. Ainda segundo o depoimento, a pessoa renunciava a este mecanismo quando passava a confiar no serviço de atendimento, surgindo, inclusive, o desejo de tomar banho. Este relato mostra uma forma diferente de interpretação do morador de rua, levando em conta a particularidade da aversão ao banho e a relação com a instituição de acolhimento.

Na cidade de Bauru, novamente interior paulista, a população de rua foi identificada como migrante, em sua maioria do estado de São Paulo, contradizendo mais uma vez a

expectativa de que fossem de origem nordestina. Um levantamento realizado em janeiro de 1992 contabilizou 136 pessoas na cidade, que foram consideradas uma amostra para a pesquisa. A maioria era do sexo masculino, oriunda de Campinas, São Paulo e Marília; pouco mais da metade trabalhavam na construção civil, seguida do trabalho na lavoura e agropecuária. O relato apontou um grupo específico dentre os moradores de rua, denominados *trecheiros*, que se deslocavam com passes oferecidos pela Ferrovia Paulista S.A. – FEPASA.

Em Salvador, Bahia, a população de rua era resultado de problemas da seca e da inundação, que agravavam os problemas sociais e de renda no interior do estado. A prefeitura realizou uma estimativa de 400 pessoas vivendo nas ruas, sem contabilizar as favelas e invasões. Grande parte deles era originária de Salvador, seguida de pessoas do interior da Bahia, de São Paulo e do Rio de Janeiro. Eles estão nas ruas por falta de trabalho e desentendimentos familiares e foram considerados, pelos depoentes, não como moradores de rua, mas como "hóspedes", pois queriam mudar de vida. Assim foi criada a *Casa do Hóspede de Rua*, para que as pessoas permanecessem "para pensar sobre suas vidas com apoio e orientação de especialistas" (ROSA, 1995, p.33).

Fortaleza, no Ceará, tinha como população de rua os pedintes, trabalhadores sem especialização, crianças e adolescentes. A prefeitura deste município estimou 18 mil pessoas vivendo "em ruas, praias, pontos de sinais, vivendo na rua e da rua, como a prostituição, mesmo infantil, e grupos de camelôs, que procuram gerar renda com seu trabalho" (ROSA, 1995, p.34). O fluxo migratório em Fortaleza, também foi apontado como um dos principais determinantes para que essa população fosse para as ruas, como conseqüência da crise econômica nacional das últimas décadas. Além disso, essas pessoas

foram vistas como necessitadas e sem alternativas de vida; a opção levantada por esses profissionais como solução do problema social que eles representavam era a ação política do poder público, como práticas caritativas e assistencialistas dos órgãos responsáveis.

Com isso, pode-se afirmar que em todos os relatos preponderou a visão de que a crise econômica e social do país provocou um processo migratório, que por sua vez incrementou o número de pessoas que viviam nas ruas em várias cidades e estados. Cabe apontar para o fato de que os relatos foram feitos por profissionais vinculados a secretarias da área de assistência social ou que trabalhavam com instituições assistenciais filantrópicas vinculadas ao governo municipal. As descrições mostraram que não havia uma única forma de contagem e de estabelecimento de um perfil da população de rua.

Verificou-se que as estimativas numéricas feitas variavam muito de acordo com os depoimentos. Confirmando esta informação, VIEIRA et al (1994) citam que, no início da década de 1990, as estimativas chegavam a contabilizar desde cinco mil a cem mil pessoas que viviam nas ruas no Brasil, não existindo, porém, confiabilidade nos dados. A ausência de uma metodologia específica para contagem desta população foi responsável por estimativas aproximadas, como diz VIEIRA et al (1994). Partindo da definição de *homeless*, esta autora fez a estimativa de quatro milhões de pessoas vivendo nas ruas, somente no município de São Paulo.

Estes relatos mostram como os profissionais que trabalhavam com população de rua tentaram sistematizar o conhecimento a respeito deste grupo social e caracterizá-lo mais detalhadamente para poder traçar ações políticas. As experiências de trabalho também mostraram as diferentes linhas de atuação nos municípios com população de rua.

É importante registrar que as noções trazidas por estes profissionais, juntamente com o olhar da literatura, da fotografia e dos documentários mostram, num primeiro momento, uma heterogeneidade da população de rua que impede uma caracterização única e apontam para a diversidade das formas de ser e estar nas ruas. Por outro lado, no conjunto das práticas sociais – estatais, efetivadas pelos órgãos administrativos municipais, ou ainda as não estatais, realizadas pelas ONGs – analisadas, ressalta-se a busca de uma homogeneização da perspectiva a respeito da população de rua, apreendida em um bloco indistinto. Esta forma de apreensão da realidade faz com que a questão da velhice *nas* e *das* ruas perca sua singularidade, tornando-se invisível e configurando um desafio para a formulação de políticas sociais mais específicas.

CAPÍTULO 2

OLHARES SOBRE A VELHICE: QUESTÕES E MÉTODOS

Além do conhecimento sobre população de rua gerado pelo senso comum, o tema tem sido estudado no âmbito acadêmico apenas recentemente. O saber científico gerado pelas pesquisas realizadas na academia não se constitui como saber exclusivamente técnico, mas produz fatos normativos, o que significa que as qualificações e desqualificações com as quais trabalha adquirem o estatuto de um direito e de definição de normas (DEBERT, 1998). Esse conhecimento leva ao planejamento e efetivação de políticas públicas que significam uma intervenção na realidade dos que estão e vivem nas ruas. Sendo assim, as ações efetivadas neste universo têm conseqüências para a população de rua de acordo com essas concepções e princípios sob as quais se fundamentam.

Por isso, faz-se necessário discutir os diferentes conceitos originados nos trabalhos e pesquisas com população de rua, ou seja, é importante reconhecer o estabelecimento de definições que comportem ou não a especificidade da velhice nas ruas, como forma de verificar a maneira como se fundamentam e articulam as ações direcionadas a este grupo social.

2.1. Conceitos e metodologia para estudar a população de rua

Algumas pesquisas sobre população de rua realizadas em municípios com grande concentração deste grupo criaram uma metodologia para quantificá-lo e qualificá-lo. Para isso, estas pesquisas elaboraram uma contextualização dos municípios, na tentativa de compreender melhor a origem da população de rua.

Em estudo realizado em Campo Grande, Mato Grosso do Sul, TAVEIRA e ALMEIDA (2002) associam a origem da população de rua, dentre outras, à constituição histórica do país. A expulsão dos trabalhadores rurais e pequenos proprietários para as periferias urbanas, a concentração de renda e a promoção de desigualdades levou essa população a viver nas ruas, o que tem uma relação também com a constituição histórica do local originário dos grupos que passaram a constituir a população de rua. Desta forma, os migrantes foram desenraizados para que aumentasse a produtividade da terra e para que eles servissem melhor sob a forma de operários, vendendo sua força de trabalho. A população de rua, em casos como este, é considerada naturalmente desligada de qualquer sistema produtivo e, sendo esta a primeira dimensão da exclusão, estabelecem-se outras dimensões das quais os sujeitos são excluídos, a saber, a simbólica e a social.

TAVEIRA e ALMEIDA (2002) observaram que, numa amostra de 138 entrevistas realizadas com a população de rua de Campo Grande, 88% eram homens. Dentre o total da população entrevistada, a distribuição etária era a seguinte:

Tabela 1. Percentual de entrevistados segundo faixa etária em Campo Grande*

Faixa etária	**Percentual**
Menos de 18 anos	1%
De 18 a 28 anos	17%
De 29 a 39 anos	31%
De 40 a 50 anos	28%
De 51 a 61 anos	8%
De 62 a 72 anos	4%
Mais de 72 anos	2%
Em branco	9%

* Boaretto, com base em TAVEIRA e ALMEIDA (2002)[18].

[18] TAVEIRA, José Carlos e ALMEIDA, Regina Stela Andreoli de. **O morador de rua de Campo Grande** – condições de vida. Campo Grande: UCDB – Universidade Católica Dom Bosco, 2002.

A tabela 1 mostra que, dentre o conjunto de moradores de rua considerados, 14% encontrava-se na faixa etária entre 51 e 72 anos ou mais. Apesar disso, os trabalho não fez referência direta a esta faixa etária. A invisibilidade da velhice nas ruas parece ter sido considerada a partir da homogeneização do olhar dos pesquisadores, como se ser velho e estar na rua não implicasse num diferencial a ser considerado. Os demais estudos analisados mostrarão essa mesma característica.

Com relação à escolaridade, 48% dos entrevistados possuíam o primeiro grau incompleto; 23% dos entrevistados viviam com as famílias que foram constituídas nas ruas e 61% tinham filhos; 80% possuíam uma profissão, sendo que, do total dos entrevistados, 13% eram trabalhadores rurais e 9% eram pedreiros; 80% dos 138 entrevistados estavam desempregados, segundo o que consideraram "por um bom tempo". O principal motivo apontado por 42% deles como responsável por estarem nas ruas era o fato de não conseguirem um emprego e 17% dos entrevistados justificaram sua situação nas ruas por desentendimento familiar.

Com relação à procedência dessas pessoas, 57% vieram de outros estados e 29% vieram de outros municípios de Mato Grosso do Sul. O tempo de permanência dessas pessoas nas ruas varia de meses até mais de 10 anos, conforme apresentado na tabela abaixo:

Tabela 2. Percentual de entrevistados segundo o tempo de permanência nas ruas em Campo Grande, 2002*

Tempo de permanência nas ruas	Percentual
Menos de 3 meses	41%
De 3 meses a 1 ano	25%
De 1 ano a 5 anos	18%
De 6 a 10 anos	6%
Mais de 10 anos	10%

* Boaretto, com base em TAVEIRA e ALMEIDA (2002).

A forma como essas pessoas sobreviviam em Campo Grande era por meio de doações, subemprego e aposentadoria; costumavam se agrupar para se protegerem, uma vez que a violência fazia parte de seu cotidiano. Quando possível, eles tinham hábitos de higiene – disponíveis apenas em centros sociais, postos de gasolina, praças, igrejas e terrenos baldios. Eles não tinham alimentação regular, sendo que 67% fumavam, 64% bebiam e 18% usavam drogas.

Essas informações permitem dizer que grande parte dessas pessoas encontrava-se em idade economicamente ativa e não estava inserida em qualquer rede de trabalho. O tempo de permanência nas ruas e o alto percentual de pessoas que vieram de outras cidades – dentro ou fora do estado – indicavam que essa população era formada por trabalhadores rurais que haviam chegado recentemente em Campo Grande e que, naquele momento, estavam sem trabalho. As condições de sobrevivência eram precárias, uma vez que se alimentavam esporadicamente, não tendo forma constante de renda.

O estudo realizado em Brasília, Capital Federal, por BURSZTYN e ARAÚJO (1997), contextualiza a peculiaridade desta cidade que passou por um crescimento populacional acelerado e desordenado após sua constituição, justificado pelo forte componente atrativo da oferta de empregos vinculados ao Estado. Além disso, BURSZTYN e ARAÚJO (1997) descrevem a prática do *coronelismo rural* na cidade[19], que consistia na troca de voto eleitoral pela doação de lotes urbanos, apelo este que se espalhou

[19] Neste caso, o coronelismo seria a reprodução da prática promovida pela incursão do privado no poder público, em que compromissos eram estabelecidos por interesse particulares. Isto significa que o domínio e influência do coronel sobre os trabalhadores do campo derivavam de sua condição de proprietário de terras; assim, conseguia votos para uma determinada força política e, em contrapartida, o poder político garantia a continuidade e fortalecimento do prestígio do coronel, pois este assegurava benefícios para sua região (cf. Dossiê elaborado pelo GRUPO de Estudos sobre a Construção Democrática, revista **Idéias**, 1998/1999). O coronelismo pode ser considerado uma matriz que estrutura nossa sociedade que, para SALES (1994), reproduziu-se em diversos contextos das relações de poder e instituiu uma concepção de cidadania baseada na "cultura da dádiva", ou seja, os direitos são entendidos como favores dados pelos senhores. MARICATO (2003), por sua vez, aponta que, a despeito do processo de urbanização ter ocorrido praticamente no século XX, ele foi permeado por características do período colonial, tais como concentração de terra e poder, o exercício do coronelismo e da política do favor pela aplicação arbitrária da lei.

pelo país e atraiu pessoas oriundas de várias regiões. No entanto, as condições de oferta de trabalho e de infra-estrutura urbana não tiveram um crescimento que correspondesse à demanda da população migrante que chegava à cidade, fazendo com que essas pessoas fossem segregadas espacialmente, ficando às margens e conformando o entorno empobrecido da Capital Federal.

Este estudo permite outro tipo de análise a partir dos dados coletados. De 150 questionários realizados, parte da população era composta por jovens casais com filhos que fugiram das dificuldades em que viviam; 72% dos entrevistados eram negros e pardos e 55% tinham primeiro grau incompleto. A população entrevistada concentrava-se nas faixas de idade abaixo dos 45 anos, conforme a tabela abaixo:

Tabela 3. Percentual de entrevistados em relação às faixas de idade em Brasília, 1997*

Faixas de idade	Percentual
De 16 a 25 anos	31%
De 26 a 35 anos	35%
De 36 a 45 anos	22%
De 46 a 55 anos	8%
De 56 a 70 anos	4%

*Boaretto, com base em BURSZTYN e ARAÚJO (1997)[20].

À semelhança do estudo anterior, a população de rua em Brasília era de jovens em sua maioria e encontrava-se em idade economicamente ativa e 12% constituía a população

[20] BURSZTYN, Marcel e ARAÚJO, Carlos Henrique. **Da utopia à exclusão: vivendo nas ruas de Brasília**. Rio de Janeiro: Garamond; Brasília: CODEPLAN, 1997.

em processo de envelhecimento ou já envelhecida. Com relação à situação de trabalho, 27% dos entrevistados eram agricultores e 50% ganhavam até um salário mínimo no local de onde vieram. A procedência dos entrevistados mostrou que 72% eram nordestinos e este mesmo percentual tinha como última procedência o meio urbano. Grande parte dos entrevistados foi considerada por BURSZTYN e ARAÚJO (1997) como migrantes em permanente trânsito, sendo denominados *perambulantes*. Os autores, porém, nada destacaram sobre o grupo mais envelhecido do conjunto pesquisado.

Diferentemente da população encontrada em Campo Grande, a população que se encontrava nas ruas de Brasília encontrou recursos para dispor de alguma forma de rendimento, por meio da "economia do lixo". Segundo os dados levantados, 98% viviam da coleta de material e de esmolas, sendo que 2% trabalhavam com carteira assinada e 30% dos entrevistados tinham renda familiar inferior a um salário mínimo. A grande descoberta desta pesquisa foi a forma como os entrevistados encontraram estratégias de sobrevivência nas ruas por meio da reciclagem. Brasília é considerada uma das maiores produtoras de papel para reciclagem. Seu lixo é considerado valioso e o cotidiano dos moradores de rua é pautado pelos horários de funcionamento das instituições públicas e pelo despejo do material jogado no lixo, afetando a dinâmica da população de rua e da cidade.

Na cidade do Rio de Janeiro, MARTINS (2003) realizou uma pesquisa sobre moradores de rua e não os considerou como migrantes. Dois referenciais teóricos foram usados para compreender a ocupação do espaço público pela população de rua: o referencial histórico, em que mostra as estratégias usadas pela população para resolver seus problemas de moradia; e outro etnográfico, usado para apreender a diversidade de ocupação do espaço como formas de moradia.

Assim, MARTINS (2003) constatou que os habitantes do Rio de Janeiro sofreram com as transformações do crescimento urbano, assumindo uma lógica direcionada do núcleo para a periferia, em razão do impedimento de construção de habitações coletivas derivadas do discurso sanitarista e dos códigos de posturas, além de ausência de projetos habitacionais voltados para população de baixa renda. Como decorrência, a população de rua foi composta pelos próprios moradores do Rio de Janeiro que, empobrecidos e impedidos de viver na área central urbana de forma regularizada, improvisaram e construíram alternativas de moradia sob viadutos.

É importante ressaltar que a autora identificou a família como eixo principal de quem estava sob os viadutos e abordou as formas de ocupação do espaço urbano do Rio de Janeiro, mostrando o viver nas ruas como algo que representava adquirir um significado simbólico de moradia, de constituição de um lar e de garantia da privacidade.

Dentre os motivos apontados para que as famílias chegassem às ruas, estão a impossibilidade de pagarem aluguel nas favelas, o alto custo dos transportes para deslocamento da casa ao trabalho, perda da casa por acidentes naturais, conflitos familiares, expulsão de áreas invadidas e perda de moradia por ação de bandidos (MARTINS, 2003). A autora descreve normas de organização do espaço estabelecidas por moradores mais antigos, tais como acúmulo de lixo e situações de conflito e solidariedade. A estruturação do espaço sob os viadutos como *casa* reflete-se no fato deles possuírem bens domésticos e outros utensílios que traduziam estes como locais de permanência.

O principal ponto levantado na pesquisa é o significado simbólico dessa forma de moradia. Para as pessoas entrevistadas, permanecer sob os viadutos não significava uma situação de passagem, mas a posse de um lar e de privacidade. Os sujeitos dessa pesquisa

não poderiam ser considerados andarilhos ou migrantes, uma vez que não havia mobilidade física; eles incorporavam a rua como espaço privado de sobrevivência (MARTINS, 2003), um espaço pessoal, ainda que exposto.

No município de Belo Horizonte, Minas Gerais, uma pesquisa realizada sobre as redes de assistência e os moradores de rua (MARTINS, 2001) também enfatiza a relação entre a constituição histórica da cidade e os moradores de rua, tais como a influência causada por um projeto urbanístico que previa a instauração da ordem e a necessidade da prática higienista nos centros urbanos. A construção dessa cidade no final do século XIX induziu à migração, principalmente de estrangeiros, para incrementar a mão de obra local.

A ausência de espaço suficiente para alocar o contingente de trabalhadores que chegaram à cidade produziu um crescimento da periferia para o centro, contrário ao projeto urbanístico inicial. No ano de 1900, Belo Horizonte já possuía mendicantes. Foi criado um decreto neste mesmo ano impedindo que pessoas esmolassem sem estarem inscritas como mendigas no livro da prefeitura. O indivíduo recebia uma placa com a designação de "mendigo" e um bilhete com número de inscrição (MARTINS 2001), o que reflete as formas de controle do poder público da época. Nesse contexto surgem as primeiras instituições assistenciais da cidade. MARTINS (2001) considerou que cadastrar os mendigos podia ser um instrumento de controle social do Estado e enfatiza que a população de rua não é contabilizada no censo brasileiro realizado pelo IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

A despeito disso, pode-se entender que fazer levantamentos específicos para dimensionar a população de rua residente no território de um município, tendo como

fundamento o argumento de que houve um crescimento deste segmento social, pode significar também que isto implica no crescimento do gasto social, uma vez que isso se traduz na necessidade de formular políticas específicas e de financiar instituições voltadas para o trabalho com população de rua, tais como asilos, albergues e casas de convivência[21].

MARTINS (2001) mostra que a rua se constitui como a vida entre o público e o privado. No entanto, é insuficiente considerar que os moradores de rua privatizam a rua; ela é o *limite* entre o público e o privado, precariamente constituído *na* e *pela* sociedade brasileira. Ficar nas ruas seria publicizar um privado mutilado e dificilmente constituído, o que é uma imposição feita à vida privada desses sujeitos e, por isso, essas pessoas resistem à exposição de sua intimidade.

Distintamente dos outros trabalhos sobre população de rua encontrados, MARTINS (2001) parte do pressuposto de que essa população não é excluída; ou seja, a existência de população de rua significa que na sociedade moderna, a inclusão aos processos produtivos acontece de forma degradante. A vida na rua é, portanto, um processo de inclusão e exclusão perverso e, para avaliar o universo da população de rua, é necessário ir além de uma aparente homogeneização dessa realidade. Assim, a caracterização distinta de cada grupo que vive nas ruas é feita a partir das ações que cada um usa para enfrentar as condições vividas nela.

[21] Vale ressaltar que a Estatística teve seu surgimento a partir dos levantamentos populacionais no século XVII (ROUQUAYROL e ALMEIDA FILHO, 1999). A idéia subjacente a estes levantamentos era de que a riqueza principal de uma nação é seu povo, juntamente com o fato de que o poder político estava no poder dos exércitos; portanto, era necessário contabilizar o povo e os exércitos, ou seja, o Estado. A Estatística significa a medida do Estado, o termo *Statistik* deriva do vocábulo *Staat*, que é traduzido como *Estado*.

Há, portanto, vários "estilos de vida"[22] (p.130) e identidades que caracterizam o mundo da rua e, dentre esses, pode-se afirmar que existem os que seriam próprios dos velhos que estão nas ruas ou que nela envelheceram. Na rua, locais de encontro e praças, por exemplo, transformam-se em habitat dos moradores de rua, assim como as feiras significam trabalho e subsistência. É com outro modo de vida que eles se apropriam do espaço, "eles dão à rua uma conotação de uso jamais examinada de outra forma sem sua presença" (MARTINS, 2001, p.116).

Em 1998 foi realizado o primeiro censo de população de rua de Belo Horizonte (MARTINS, 2001), contabilizando, um total de 916 pessoas. Destes, 38% preferiam ficar em albergues, enquanto 39% tinham preferência pelas ruas. A hipótese de MARTINS (2001) é de que a rede assistencial existente não era suficiente para substituir a referência que as pessoas encontram na rua, ou seja, o lugar que elas passavam a ficar era sua moradia, onde os resultados do trabalho diário eram acumulados, implicando que, saindo das ruas, poderiam perder a única referência que lhes restava.

A maneira como as pessoas com residência fixa nos bairros de Belo Horizonte tratavam os moradores de rua era diferenciada segundo o local em que se encontravam: nos bairros mais centrais, os moradores das casas solicitavam a retirada dos moradores de rua

[22] De acordo com LANG (1997), Bourdieu estabelece como *estilo de vida* as "práticas e propriedades que constituem uma expressão sistemática das condições de existência" (p.111), o que significa um sistema de disposições relativamente duradouras dependente da posição social, que tem várias faces e camadas. Desta forma, o ator social pode gerar "um número enorme e diferenciado de processos, de ações e modos de comportamento relacionados à situação, os quais, por sua vez, tornam-se fundamento de percepção e avaliação de todas as experiências posteriores da práxis (...)" (p.111). E com isso é possível afirmar que a biografia e todo o meio cultural de onde o indivíduo percebe e age ficam presentes numa forma corporal, que é estabelecida por Bourdieu como hábito.

do local, enquanto nas regiões periféricas, os moradores das casas atendiam necessidades mais urgentes (como alimentação, vestuário e documentação) para depois solicitar a retirada pela prefeitura.

No município de São Paulo, SCHOR e ARTES (2001) realizaram o primeiro censo dos moradores de rua em 2000. Utilizando estudos e contagens anteriores, os autores conseguiram elaborar uma metodologia, minimizando as possibilidades de subcontagem ou de dupla contagem. Essa metodologia será descrita nos parágrafos seguintes por sua relevância e por ser a primeira criada para contar moradores de rua numa cidade desordenada e complexa como São Paulo.

Primeiramente, foi definido o perfil de quem seria incluído na contagem. População de rua poderia ser definida como *ampla* – incluiria todas as pessoas que se encontram em habitações precárias como cortiços e favelas, o que se aproximaria da definição de *homeless* – e *restrita* – incluiria apenas albergados e os que estão nas ruas.

Os pesquisadores decidiram que, metodologicamente, seria necessário fazer uma abordagem das pessoas que estavam nas ruas para se obter uma maior precisão nas informações. O levantamento deveria ser feito no menor espaço de tempo possível e o trabalho de campo deveria ser noturno. Como procedimento, optaram por quantificar a população de rua num dado momento histórico, colhendo sua posição instantânea e fizeram dois tipos de procedimento de acordo com a localização do entrevistado, a rua ou o albergue (SCHOR e ARTES, 2001).

Para fazer a contagem das pessoas que ficavam nas ruas, a pesquisa de SCHOR e ARTES (2001) dividiu a cidade em nove distritos censitários (diferentes dos distritos do

IBGE[23]), considerando limites físicos que dificultassem a circulação dessas pessoas, tais como rios e grandes vias expressas. Para cada distrito, os pesquisadores usaram apenas uma noite para coleta de dados, visando minimizar possibilidades de erro na contagem.

Os pesquisadores verificaram que a população de rua não se distribuía de forma aleatória, pois, cruzando as informações prévias de outras pesquisas com a de pessoas que trabalham com essa população, observaram que havia pontos específicos de atração. Outro aspecto verificado nessa pesquisa foi de que os fins de semana não são adequados para realizar contagens de moradores de rua, pois há um aumento do número de pessoas de baixa renda que permanecessem nas ruas no período noturno por impossibilidade de locomoção ou por estarem embriagados, o que dificulta a identificação dos moradores de rua.

Com relação aos dados encontrados, a pesquisa de SCHOR e ARTES (2001) localizou 8.706 moradores de rua, sendo que 5.013 ficavam nas ruas e 3.693 em albergues. Do total, 83% eram homens, 55% eram pardos e negros. Com relação à idade, a média das pessoas que estavam nos albergues era de 41 anos e de quem estava nas ruas era de 38 anos. A faixa etária estabelecida por este estudo para os mais velhos foi acima de 56 anos, faixa em que se encontram 936 pessoas, como mostra a tabela a seguir:

[23] Enquanto o censo de população de rua definiu os distritos a partir da movimentação dos moradores de rua e dos limites geográficos que dificultassem seu trânsito, os distritos do IBGE são unidades administrativas dos municípios definidos a partir de lei municipal, tendo como critério a continuidade territorial e outros requisitos definidos em lei complementar estadual (Disponível em http://www.ibge.gov.br).

Tabela 4. Distribuição de homens e mulheres encontrados nas ruas e albergues na faixa etária de mais de 56 anos, município de São Paulo, 2000*

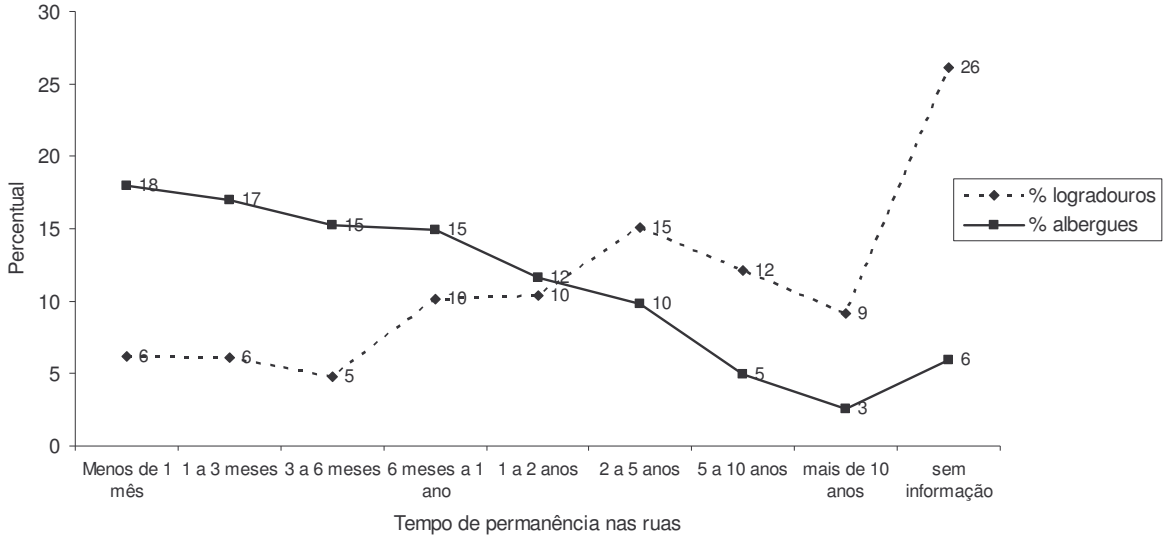
Local	Sexo	Número absoluto	Percentual na faixa de 56 anos e mais	Percentual no total
Albergues	Mulheres	65	7%	0,7%
	Homens	463	50%	5,3%
Ruas	Mulheres	60	6%	0,7%
	Homens	344	37%	4,0%
Total		**936**	**100%**	**10,7%**

* Boaretto, com base em SCHOR e ARTES (2001)[24].

SCHOR (2000) questionou os entrevistados quanto ao tempo de permanência nas ruas. Com relação a este dado, alerta que se deve ter cuidado na análise dessa informação, partindo do pressuposto que a permanência nas ruas ocasiona um "distanciamento das referências temporais" (p.28). Para uma melhor compreensão, a partir dos dados obtidos por SCHOR (2000), tornou-se possível elaborar o gráfico a seguir:

[24] SCHOR, Silvia Maria e ARTES, Rinaldo. Primeiro censo dos moradores de rua da cidade de São Paulo: procedimentos metodológicos e resultados. **Economia Aplicada,** São Paulo, v.5, n.4, pp. 861-883, out/dez. 2001.

Gráfico 1. Tempo de permanência nas ruas segundo percentual da população de rua localizada em logradouros e em albergues, município de São Paulo, 2000*



* Boaretto, com base em SCHOR (2000)[25].

A despeito das ressalvas feitas pela autora sobre o tempo de permanência nas ruas, pode-se ver que há uma diferença na distribuição de pessoas de acordo com o tempo de permanência e de acordo com o local onde se encontra. As pessoas que estavam há mais tempo sem moradia permaneciam nos logradouros, enquanto que as que se encontravam nos albergues estavam há menos tempo nas ruas. O albergue, por definição, é local de passagem e não comporta as pessoas por longos períodos, o que pode ser observado neste gráfico.

Outro dado observado foi o número de pontos em que os moradores pernoitavam nas ruas. Num universo de 2.384 pontos, 63,9% deles tinham apenas uma pessoa e,

[25] SCHOR, Silvia Maria. Censo dos moradores de rua da cidade de São Paulo. **Boletim Informações FIPE**, São Paulo, n.241, pp. 26-29, out. 2000.

seqüencialmente, 16,1% tinham duas pessoas. Esse dado indicou que, apesar de toda a violência que essa população pode sofrer, ainda assim permanece sozinha, o que configura grande diferença em relação aos estudos do Rio de Janeiro (MARTINS, 2003) e de Brasília (BURSZTYN e ARAÚJO, 1997).

Anteriormente a este censo, a Secretaria Municipal da Família e Bem-Estar – FABES – realizou algumas contagens, mas sem que se estabelecesse uma metodologia constante, inviabilizando a comparação entre os dados e o censo. No entanto, SCHOR e ARTES (2001) estabeleceram uma comparação proporcionalmente à população em geral do município. Em Nova York, por exemplo, o primeiro censo de população de rua realizado em 1990 contabilizou 10.447 pessoas, o que significava uma relação de 1,42 moradores de rua por 1.000 habitantes. Em Osaka, o censo realizado em 1998 contou 8.660 moradores de rua, o que implicou numa relação de 0,98 morador de rua por 1.000 habitantes. No censo realizado em São Paulo no ano 2000, essa relação foi de 0,83 morador de rua por 1.000 habitantes. Entretanto, os autores não especificam se os censos realizados em outros países contabilizaram a população residente em moradias precárias, o que iria de encontro com a definição de *homeless*. Em São Paulo, caso este fosse o conceito levado em consideração, o número seria superior ao encontrado pelo censo.

No ano de 2003 foi realizado outro censo da população no município de São Paulo (SCHOR, 2003), utilizando a mesma metodologia aplicada no censo anterior, em 2000. Assim, foi possível estabelecer uma comparação entre os dados dos dois censos. Houve um crescimento de 20% no número total de moradores de rua em relação à contagem realizada em 2000, passando de 8.706 para 10.400 pessoas vivendo em albergues e nas ruas. Esse aumento pode ser considerado preocupante e ocorreu de forma diferente nos albergues e

nos logradouros, uma vez que o crescimento dessa população deve-se, exclusivamente a um aumento do número de pessoas encontradas nos albergues. Estes, que contabilizavam 3.693 pessoas em 2000, passaram a totalizar 6.186 pessoas em 2003. Nas ruas, houve um pequeno declínio: enquanto eram 4.395 em 2000, contabilizaram 4.208 pessoas em 2003. Os percentuais nas distribuições por sexo e cor mantiveram-se no período.

É necessário enfatizar que existem grandes dificuldades metodológicas ao se trabalhar com moradores de rua, apontadas por SCHOR (2000) e também por VIEIRA (1994), uma vez que esse objeto de estudo é composto por uma população móvel e heterogênea, que se desloca geograficamente e pode alternar a rua com outras situações habitacionais precárias. A despeito disso, há um consenso sobre a necessidade de quantificar os moradores de rua. Isso se traduz, por exemplo, na obrigatoriedade de realização de censos periódicos para contagem da população de rua, explícita na legislação municipal de São Paulo, que tem a Secretaria de Assistência Social – SAS – como responsável.

Uma vez que o censo de moradores de rua de São Paulo estabeleceu um corte na faixa etária mais velha a partir dos 56 anos, foi necessário fazer um levantamento na SAS para se obter informações mais precisas sobre pessoas que estão nas ruas com mais de 60 anos. O número disponível, no entanto, referia-se apenas às pessoas que se encontravam nos albergues. A SAS informou o número total de pessoas nos albergues e o número dos que tinham mais de 60 anos em percentual, calculando que 15% das pessoas que estavam em albergues conveniados com a prefeitura de São Paulo estavam nesta faixa etária de 60

anos e mais, contabilizando, num universo de 3.619 pessoas cadastradas nos albergues, 569 com mais de 60 anos[26].

Com o mapeamento desses estudos, é possível considerar que estabelecer uma definição de população de rua pode ser uma tentativa de homogeneizar, no momento em que se procura um significado às suas múltiplas formas de expressão. Os primeiros trabalhos realizados pelas instituições governamentais sobre população de rua indicaram a necessidade de criar uma nova categoria mais homogênea para estabelecer um campo de ação política, ou seja, de ordenamento do Estado diante do problema social que sua existência postulava. Isso significa que, ao mesmo tempo em que há uma diversidade de termos e conceitos encontrados para designar população de rua, refletindo, assim, a heterogeneidade deste grupo social, existe também a disputa por uma ação política que tem como marca a homogeneização do diverso para poder efetivar políticas públicas.

Não foram encontrados detalhamentos sobre a faixa etária acima dos 60 anos ou alguma referência específica à velhice nas ruas. Considerando a ênfase dada à população economicamente ativa nas pesquisas descritas, que corresponde ao grupo dos mais jovens, é possível levantar a questão sobre o significado de ser velho *nas* e *das* ruas. Essas pesquisas mostram o perfil e as características dos moradores de rua, mas não tratam das particularidades dos velhos que estão nas ruas. Uma questão que permanece, portanto, é sobre a vivência dos velhos nas ruas, ou seja, em que medida ela poderia ser vista como forma de sobrevivência, a exemplo dos estudos sobre população de rua descritos? A

[26] Dado coletado em abril de 2004. Segundo informação da SAS, à época, o número total de pessoas que passava nos albergues poderia ser maior, pois não se cadastrava, por exemplo, aqueles que passavam apenas uma noite nos albergues. A prefeitura desenvolveu um Sistema de Informação da Situação de Rua – SIS-RUA – com bancos de dados sobre esta população. No entanto, o mesmo não estava disponível para consulta pública até o momento da pesquisa.

pergunta suscita a necessidade de considerar e articular o conhecimento trazido pela Gerontologia, pelas Ciências Sociais e pelos estudos sobre população de rua.

A faixa etária das pessoas com mais de 60 anos não se caracteriza, de modo geral, como "economicamente ativa". Em entrevista, Simões Júnior relatou que, na época em que realizou sua pesquisa em São Paulo, no início da década de 1990, não havia idosos nas ruas. Ele relatou que, ainda que existissem idosos, não eram as pessoas que procurava para a pesquisa, ou seja, o trabalho não tinha como sujeitos os idosos. Caso existissem pessoas dessa faixa etária, eles seriam os mendigos tradicionais, que nunca trabalharam e, por essa razão, os desconsiderou. Da mesma forma, as muitas pesquisas descritas neste item não abordam sobre velhos nas ruas, o que mostra o desinteresse pela questão do envelhecimento e sua relação com a permanência nas ruas. Levantar e aprofundar os aspectos desse grupo etário se coloca, então, como desafio e como tarefa importante para oferecer uma visão mais ampla sobre população de rua e, em particular, sobre a velhice nas ruas de uma cidade como São Paulo, no final do século XX e início do século XXI.

2.2. A velhice e a questão da idade cronológica

Existem discussões e divergências sobre a idade limite para que a pessoa seja considerada idosa, conforme aponta CAMARANO et al (1999). O estabelecimento de uma idade cronológica que determine se um indivíduo é velho ou não suscita questões. No Brasil, a legislação vigente sobre idoso, por exemplo, propõe que este "é a pessoa maior de sessenta anos de idade" [27]. CAMARANO et al (1999) afirmam que demarcar um limite

[27] Lei 8.842, de 04 de janeiro de 1994, dispõe sobre a Política Nacional de Idoso (BRASIL, 1994).

pela idade cronológica é importante para os formuladores de políticas, a despeito de suscitar objeções sob o ponto de vista científico. Isto porque os sujeitos não são homogêneos espacial ou temporalmente e não há consenso sobre o fato de que características biológicas são independentes das culturais. Além disso, existe uma função social do idoso, que é marcada por processos não necessariamente vinculados à idade cronológica.

No entanto, continuam CAMARANO et al (1999), quando os formuladores de políticas baseiam-se na idade cronológica como critério universal de classificação para os idosos, partem do pressuposto implícito de "que a idade é o parâmetro único e intertemporal de distinção e, portanto, correm o risco de afirmar que indivíduos de diferentes lugares e diferentes épocas são homogêneos" (pp.3-4).

Além disso, selecionar pessoas para que se insiram em políticas determinadas envolve disputa de interesses. Como exemplo desta luta política e redefinição de poderes pode-se citar, no Brasil, a discrepância entre alguns programas assistenciais destinados a idosos e a legislação referente a este grupo social. Enquanto a Política Nacional do Idoso (Lei 8.842, BRASIL, 1994) considera como tal a pessoa acima de 60 anos, o Benefício de Prestação Continuada[28] (Decreto 1.744, BRASIL, 1995) era destinado, no ano de sua criação, a idosos com 70 anos. No ano de 1998, essa idade foi reduzida para 67 anos (Lei 9.720, BRASIL, 1998) e, atualmente, quem tem 65 anos pode obter este benefício.

A estratégia de elevar a faixa etária para 70 anos e, juntamente com isso, a redução do que se consideraria como linha de pobreza – usada como parâmetro para permitir o

[28] Conhecido pela sigla BPC, trata-se de uma renda mensal vitalícia de um salário-mínimo para idosos e portadores de deficiência física que não tenham condições de manter a própria subsistência.

acesso ao BPC – teve como resultado a diminuição do número de beneficiados. Isto significa que, enquanto organismos internacionais, como as Nações Unidas, definem que a linha de pobreza seja estabelecida em um salário-mínimo, a legislação brasileira[29] determinou que o parâmetro para esta linha fosse de um quarto de salário-mínimo. No ano de 1997, por exemplo, de 3,8 milhões de idosos que seriam classificados abaixo da linha de pobreza, apenas 500 mil teriam acesso ao BPC, devido às redefinições dos critérios (LESSA et al, 1997).

Esse exemplo mostra como é possível determinar a inclusão ou exclusão de um determinado grupo nas políticas sociais por meio da fixação de um critério etário, que acaba por ressaltar a importância atribuída à divisão das faixas de idade na definição de um grupo social, como o dos idosos.

É importante ressaltar que a idade cronológica está baseada num sistema de datação, ou de institucionalização do curso da vida, que é próprio das sociedades ocidentais modernas.

Este sistema age como um mecanismo de atribuição de status, de definição de papéis ocupacionais e de formulação de demandas sociais, reconhecidos respectivamente por meio da maioridade legal, da entrada no mercado de trabalho e do direito à aposentadoria (FORTES, 1984 *apud* DEBERT, 1999). Sendo assim, essa institucionalização do curso da vida independe da estrutura biológica e dos estágios de maturidade do indivíduo; os critérios de idade cronológica são impostos por uma exigência de leis que determinam os

[29] Lei 8.742, de 07 de dezembro de 1993, que dispõe sobre a organização da Assistência Social, artigo 20, § 3º.

deveres e diretos do cidadão, muito mais do que por um aparato cultural que atue sobre a reflexão dos estágios de maturidade.

A padronização da infância, adolescência, idade adulta e velhice, ou ainda, a "cronologização da vida" (KOHLI e MEYER, 1986, *apud* DEBERT, 1999) pode ser compreendida como uma resposta às mudanças estruturais ocorridas na economia baseada no mercado de trabalho. O estabelecimento de categorias de idade envolve, portanto, uma luta política em que pesa a redefinição dos poderes ligados a grupos sociais distintos em diferentes momentos do ciclo da vida. Por este motivo é importante considerar que os cortes estabelecidos para dividir as fases da vida, de acordo com as faixas etárias, são criações arbitrárias (BOURDIEU, 1983 *apud* DEBERT, 1998).

A velhice, neste trabalho, é compreendida de acordo com seu fundamento histórico e social, o que significa não fixar uma idade cronológica e sim aproximar os sujeitos de modo a agrupá-los a partir da vivência em comum de uma experiência particular. A presente pesquisa trata de um grupo de velhos que viveram em albergues e nas ruas da cidade de São Paulo e que, posteriormente viveu dentro da Casa-Lar e Convivência São Vicente de Paula, nesta mesma cidade e fala, assim, de velhos que se consideram velhos e foram considerados velhos por quem os atendia, velhos que foram inseridos numa instituição destinada à moradia provisória de velhos. Isso faz questionar, por um lado, o que permitiu aos formuladores do projeto da Casa-Lar classificá-los como velhos, ou seja, qual critério usado para definir aquelas pessoas como idosos?

Por outro lado, pode-se pensar que ser velho nesse processo, aos olhos dos próprios sujeitos, dos profissionais e aos olhos dessa política, resultou menos de um critério etário e

mais da experiência do envelhecer nas ruas. A velhice compreendida desta maneira caracteriza-se por uma elaboração simbólica (DEBERT, 1998) de como este processo – o envelhecer – aconteceu num contexto particular, a saber, na passagem dessas pessoas pelas ruas. É o significado desse envelhecer nas ruas, mediante as concepções da política que constituiu a Casa-Lar e a experiência vivida pelos sujeitos nesse processo que este trabalho aborda, analisa e discute.

2.3. Pesquisa-ação e relato oral: um olhar qualitativo

No presente trabalho, o instrumento com o qual se opera é a memória de pessoas que viveram um processo em comum, levando-se em conta que, segundo BOSI (1993), a memória é constituída por um substrato móvel e fluido: o tempo. Trata-se do tempo concreto das lembranças, o que qualifica a memória como "um trabalho sobre o tempo, mas sobre o tempo vivido, conotado pela cultura e pelo indivíduo" (p.281).

Assim, uma das formas de se compreender fenômenos sociais, tal como é a experiência de vida nas ruas, a partir da experiência do indivíduo em seu contexto sócio-cultural é o relato oral (SCHMIDT e MAHFOUD, 1993), que se constitui em uma via de acesso privilegiada à experiência do indivíduo.

Nesse sentido, afirma-se, tal como o faz SANTOS (1995), que o conhecimento pode ser compreendido numa relação em que sujeito e objeto são afetados por uma consciência e perpassados por um processo histórico, social e cultural.

O método da pesquisa-ação pareceu ser o mais adequado para tal estudo, uma vez que o conhecimento sobre população de velhos que vivem nas ruas é ainda incipiente. Não existe um conhecimento teórico consolidado sobre o tema, apenas representações sobre tal realidade e a experiência de quem trabalha com este grupo social por meio de projetos de intervenção. Este método permite, devido à especificidade do objeto, revelar as relações, contradições e conflitos envolvidos na vivência deles nas ruas e na Casa-Lar, ou seja, desvendar as relações sociais presentes em seu cotidiano (GOHN, 1984). A pesquisa-ação é realizada de uma maneira que o pesquisador e o participante representativo da situação estejam envolvidos de forma cooperativa e participativa (THIOLLENT, 1986). Há uma interação entre ambos e o objeto de investigação é constituído por uma situação social e por problemas de diferentes naturezas originados por essa situação. Este tipo de pesquisa visa esclarecer os problemas encontrados, aumentando o conhecimento dos pesquisadores e do grupo a ser pesquisado. A postura do pesquisador é caracterizada por uma "atitude de 'escuta' e de elucidação dos vários aspectos da situação, sem imposição unilateral de suas concepções próprias" (p.17).

A pesquisa-ação caracterizou-se por dois momentos da minha presença na Casa-Lar e Convivência São Vicente de Paula. No primeiro momento, a proposta consistiu em observar a maneira como aquela instituição foi criada a partir de demandas dos idosos[30]. Nesse processo, além de acompanhar reuniões dos idosos com os profissionais do projeto, participei de oficinas de cidadania, acompanhei a criação de um movimento de

[30] Em 1999 eu realizava, como requisito do curso de Aprimoramento em Saúde Coletiva do Instituto de Saúde da Secretaria de Estado da Saúde de São Paulo, uma pesquisa que tinha como objetivo identificar a articulação dos representantes dos idosos no Grande Conselho Municipal do Idoso – GCMI – com a gestão administrativa do município de São Paulo (período 1997-2000) e as estratégias usadas para garantir a vigência de seus direitos.

reivindicação por moradia e organizei oficinas de trabalho sobre memória e vida cotidiana. Com o decorrer do tempo e a realização das atividades, minha inserção na instituição passou a ser vista como um trabalho voluntário. A partir dessas observações e das oficinas foi possível elaborar um instrumento essencial de análise, a saber, o diário de campo, no qual foi registrada a vivência com o grupo de idosos, desde a entrada na Casa-Lar e Convivência São Vicente de Paula, em 1999. Essa convivência suscitou as questões que deram origem ao presente trabalho.

Após um período de afastamento e desenvolvimento de outras atividades, o segundo momento da pesquisa-ação foi configurado pela retomada do processo junto aos sujeitos envolvidos, que incluía os profissionais e os sujeitos oficiais dessa política, ou seja, os velhos de rua. Nessa nova fase, o papel de observação participante foi reordenado. A elaboração da análise deste segundo momento constituiu-se pelo olhar de fora do que foi a experiência e pela retomada do contato com os sujeitos, o que implicou na utilização de outros recursos de pesquisa: a coleta dos relatos orais, da documentação e registros existentes e de informações obtidas junto a profissionais que participaram do processo de criação da instituição.

O trabalho de pesquisa com os idosos que passaram por essa experiência exigiu uma outra forma de observação, construída gradualmente no contato com os moradores da Casa-Lar. Sem isso, não seria possível compreender algumas situações inusitadas e diferentes do que o olhar condicionado está acostumado a ver. HUSSERL (1992) afirma que, para observar um fenômeno, é necessário retirar todas as certezas a respeito das coisas, das pessoas e das situações. Com o desprendimento dessas certezas, resta a tarefa de encarar as coisas como possibilidades de ser, como aquilo que aparece. O fenômeno só aparece para o

observador enquanto é percebido, recordado ou pensado e ele transcende o próprio sujeito que pensa.

Apesar do que propõe essa afirmação, um fenômeno, quando observado, não é apenas uma criação de quem o faz, não é uma ilusão. Existe uma atividade intencional da consciência em relação ao que aparece, ao fenômeno, ao objeto que se observa. Isso significa que a atividade não ocorre somente por parte do observador, mas também por parte do objeto que é visado, o que implica um trajeto de duplo sentido (HUSSERL, 1992). Assim, o objeto de pesquisa é afetado pelo pesquisador e vice-versa, tanto quem observa quanto o *que* ou *quem* é observado situam-se num horizonte alargado de possibilidades.

É nesse sentido que, já no segundo momento de elaboração desta investigação, foi coletado o relato oral de quatro moradores da instituição. Isto permitiu reconstruir parte da vida desses velhos que passaram pela criação da Casa-Lar e Convivência São Vicente de Paula, mais especificamente o período de transição entre as ruas, albergues e a instituição, verificando como essa experiência afetou suas vidas. Os idosos estavam com idades entre 62 e 78 anos e lhes foi solicitado que descrevessem o período em que viveram nas ruas, o processo de criação da Casa-Lar e o que isto significou em suas vidas[31].

O princípio considerado para obtenção e análise desses relatos foi o de tomar a experiência dos velhos da Casa-Lar como memória e, sendo assim, enquanto capacidade de recordar e de evocar, constituindo um enriquecimento de saberes, como propõem SCHMIDT e MAHFOUD (1993). A memória é presença ativa do passado em nós, como

[31] Do universo dos 16 moradores que entraram na instituição, quatro foram entrevistados, sendo que, para todos, foi elaborado um termo de consentimento informando (em Anexo) sobre os objetivos da pesquisa, garantindo o sigilo das informações e o retorno com os resultados obtidos.

dinamismo e princípio de ação. O relato destes idosos trouxe à tona fatos históricos e detalhes sobre a história da cidade; continham experiências vividas por eles enquanto perambulavam pelas ruas de São Paulo e enquanto viveram na Casa-Lar. O andar pelas ruas e ter que viver nelas permitiu configurar um mapa geográfico de suas trajetórias e de suas lembranças, bem como encontrar o significado dessa ação política em suas vidas.

A convivência e o envolvimento com o cotidiano desses idosos, obtido a partir do compartilhamento de experiências, tal como o processo de criação da Casa-Lar, foi fundamental para meu retorno e na reaproximação dos idosos e dos agentes dessa política. Participar e, sobretudo, observar e agir *com* os sujeitos foi essencial para a análise que aqui se expõe. Desta maneira, faz-se necessário relatar o contexto dos contatos estabelecidos antes e depois da efetivação da Casa-Lar, para compreender os rumos do que aqui se apresenta.

2.3.1. O primeiro contato: a definição do campo de pesquisa

A primeira vez que entrei em contato com os idosos da Casa-Lar foi em um dia de abril de 1999, quando conheci o local destinado à instituição. A região era estranha, ficava numa rua próxima à Alameda Eduardo Prado, bairro de Campos Elíseos em São Paulo. O trajeto intimidava: partindo da Praça da República, era necessário passar pela Avenida São João e assim encontrar a Rua Conselheiro Nébias. A sensação de coisa degradada predominava durante o percurso. O lugar lembrava a imagem difundida por jornais sobre a

"Boca do Lixo" e a "crackolândia"[32]. Passada a Avenida Duque de Caxias, uma nova visão: aos poucos foram surgindo casas antigas, o que provocou um alívio, pois o lugar tinha um aspecto mais assemelhado a um bairro residencial. Essa sensação repetiu-se em outras vezes quando fiz o mesmo trajeto entre o centro da cidade e a Casa-Lar.

Rua Conselheiro Nébias, 1438. Chegando ao local, tratava-se de uma casa antiga, grande e simpática, dando-me a impressão de algo familiar. Percebia-se uma movimentação dentro da casa. Fui entrando. Na porta, encontrei uma das supervisoras do projeto, que logo disse: "Puxa! Eu achei que você não viesse...".

Era um espaço grande e tinha um senhor varrendo o salão próximo à entrada. Perguntaram-me se eu não queria ajudar e prontamente fui pegando uma vassoura para varrer. Tive a sensação de ser testada: primeiro a descrença da supervisora do projeto ao me ver e depois o convite para varrer, o que me levou a querer provar que não estava ali sem um comprometimento com o que estava por vir.

Havia outros idosos fazendo tarefas na casa e não ficou claro o que acontecia. Causava estranheza o fato deles limparem a casa sem parar, embora o local apresentasse um cheiro forte e desagradável que não se sabia de onde vinha. Com o passar do tempo, percebi que se tratava do cheiro característico de um *mendigo* quando passa por nós nas

[32] "Boca do Lixo" é a região no centro da cidade localizada entre as ruas Santa Efigênia e Duque de Caxias, conhecida por sua grande concentração de prostitutas e bandidos. A "crackolândia" faz parte desta região e recebeu este nome a partir da década de 1990, concentrando vendedores e consumidores de drogas como o *crack*. Em reportagens de 21/11/2003 e de 28/12/2003 do jornal Folha de São Paulo, o cineasta brasileiro Carlos Reichenbach contou que nesta mesma região, na década de 1960, havia intensa produção cinematográfica marginal, também designada como "Boca do Lixo". A atração dos cineastas para esta região se deu, para Reichenbach, pela localização da Sociedade Amigos da Cinemateca, na rua Sete de Abril, centro de São Paulo e pela proximidade das distribuidoras de filmes junto às estações da Luz, Roosevelt e Sorocabana, além da vida boêmia que marcava o local (disponível em <http://www1.folha.uol.com.br/folha/ilustrada/ult90u39049.shtml> e <http://www1.folha.uol.com.br/folha/cotidiano/ult95u87819.shtml>, acessadas em 12/05/2005).

ruas. É cheiro de gente. Com a convivência, o cheiro pareceu diminuir, sem ficar claro se por uma alteração real ou por me importar menos com ele.

Depois de alguns minutos, todos foram chamados a fazer uma roda no outro salão da casa, ao lado do primeiro; era um dia de reunião. Havia muitos idosos com aspecto pouco saudável. A reunião contava com aproximadamente 20 pessoas. A maioria delas tinha aparência de *mendigos* e havia poucas mulheres. A reunião contava ainda com a presença das supervisoras do projeto e uma senhora com aspecto bem distinto dos outros idosos. Nesse momento, o cheiro ruim ficou muito mais intenso.

Detalhes que ficaram marcados em minha memória: eles se coçavam, o que me fez ficar com medo de pegar pulgas. Apesar do receio, quando eles me ofereceram o lugar ao lado das supervisoras, recusei: sentei-me em meio a dois deles. A recusa poderia provocar um afastamento e minha intenção era de enfrentar as situações estranhas para mim, mas comuns a eles. Os pés deles eram impressionantemente inchados e arroxeados. A causa disso, eu descobri depois: vários deles sofriam de úlcera varicosa ou de excesso de ácido úrico no sangue, mais popularmente conhecido como “gota”, conseqüência de vários anos ingerindo álcool. Muitos estavam com chinelos ou sapatos rasgados. Detalhes gerados pelo impacto de uma primeira percepção que se atenuou com a convivência.

Ao mesmo tempo em que eles tinham aspecto de pessoas que estavam nas ruas, não pareciam os mendigos que estavam em meu imaginário de criança e que durava até então. Tinham algo diferente que eu não sabia o que era. Nesses primeiros contatos, tive a impressão de que eles eram pessoas comuns como eu, como outras tantas que eu conhecia e não estavam naquela situação. De repente, experimentei uma sensação angustiante de que eu e outras pessoas poderíamos, por qualquer motivo, ficar naquela situação. Ali estavam

pessoas formadas, trabalhadoras, bem articuladas, que tinham família, tornando incompreensível o que deveria ter se passado com eles.

O discurso desses idosos, na primeira reunião que acompanhei, deu a impressão de haver uma crise avassaladora no país, fazendo com que os velhos de diferentes situações econômicas tivessem as ruas como único recurso de sobrevivência. Até encontrá-los, não fazia idéia de que havia tantos idosos nas ruas. A imagem de lugar de abandono, para mim, correspondia aos asilos, não às ruas.

Essa primeira reunião que acompanhei teve início com uma rodada de apresentação. Todos os que vinham das ruas apresentaram-se com nome e sobrenome completos. Isso tornava nítida a distinção entre quem estava ou não na rua, independente dos detalhes da aparência que indicassem isso. Além disso, os nomes e sobrenomes vieram acompanhados de longa história de infortúnios e injustiças, do trabalho árduo durante a vida, do trabalho no campo sem registro e benefícios, da injustiça que o "safado" do Collor fez, da velhice que os impediu de trabalhar, da doença e, por fim, das dificuldades encontradas nas ruas. A angústia provocada por esses relatos foi medonha, predominou um sentimento de injustiça e de como a pobreza transforma as pessoas em miseráveis.

Nessa reunião esteve presente uma ex-conselheira do Grande Conselho Municipal do Idoso – GCMI, fórum institucionalizado de participação e representação dos idosos no município de São Paulo – que atuava há algum tempo nas questões dos idosos. Ela e outros conselheiros do GCMI, juntamente com alguns funcionários da prefeitura estavam tentando implantar aquele "equipamento", assim chamado por eles.

Alguns idosos chamaram a atenção: Antonio[33], negro alto e magro, com voz grossa, fumava cigarro de palha, era de Minas Gerais e falava com sotaque de quem trabalhou no

[33] Os nomes dos moradores da Casa-Lar foram preservados e alterados para este trabalho.

campo. Carlos, magro e baixo, vinha do Norte ou do Nordeste, tinha perambulado intensamente por várias partes do país. Almir, evangélico, considerava o ex-presidente Fernando Collor seu algoz e queria trabalhar, mas estava difícil. Valter tinha aparência de um "velhinho" e era assim designado pelos outros. Era chamado pelos outros como "velho Valter", de aparência frágil, ria muito e timidamente, olhava com olhos brilhantes, mas desviava o olhar quando se olhava para ele de frente. José, não tinha dentes como muitos outros, tinha um olho "vazado" e falava muito baixo, com a boca mole. Dirceu, que falava de forma enigmática e só depois de muito tempo fui entender a profundidade das metáforas que dizia. Heródoto era baixo, tinha bigode e articulava as palavras com dificuldade. Na reunião, pouco compreendi o que disse, mas vi que os outros entendiam, o que me tranqüilizou, pois em algum momento eu também entenderia. Fernando tinha barba e cabelos brancos, usava óculos escuros e boné, era magro e não parecia ser de origem simples. Chao, chinês, usava bengala, tinha problema na perna, falava mal o português e adorava café. Marcondes, de óculos grossos, sempre com chapéu (os que não usavam algum tipo de chapéu usavam bonés de propaganda), era lutador. Manoel, nordestino, barba longa até o peito, ligeiramente grisalho, chapéu de lã colorido em estilo jamaicano, muito bem articulado. Ele falou sobre a falta de uma política de moradia e sobre as condições precárias de quem estava em albergues, afirmando que permanecer nestes locais era tão ruim quanto ficar na rua. Firmino, branco, baixo e magro, sempre de calça social, também com discurso articulado, queria trabalhar, mas não conseguia emprego, era um dos mais novos, em torno de 56 anos. Os outros tinham acima de 60 anos e o mais velho tinha em torno de 75 anos.

Nenhum dos idosos na reunião falou sobre assuntos pessoais, sobre família ou relações com outras pessoas, apesar dos relatos das mazelas que sofreram. Isso fez sentido posteriormente, num momento em que começaram a falar das pessoas que passaram por

suas vidas. Vários deles e outros idosos com quem tive contato diziam que o grande problema de suas vidas tinha sido "mulher e bebida". Mas isso somente aparecia depois de terem responsabilizado toda a crise social do país por sua situação.

Nessa reunião, ouvi pela primeira vez a frase: "Ninguém passa fome na rua". Fiquei impressionada, era algo que nunca tinha pensado, pelo contrário, sempre imaginei que viver nas ruas implicasse em passar fome. Depois entendi o que ocorre: há no centro da cidade o que eles chamam de "ponto de rango" ou “boca de rango”. São instituições ou pessoas que oferecem sopa e comida diariamente. Ou seja, ninguém passa fome na rua, mas não come necessariamente bem. Eles diziam “sempre tem alguém que dá comida. Dinheiro nem sempre se consegue, mas comida, todo mundo dá”. A existência desses "pontos de rango" gerava a hipótese, para eles, de que houvesse maior concentração de moradores de rua na região central, ou seja, por causa de acesso à comida e a um maior número de serviços filantrópicos de assistência social. A assistência social de caráter público é que, tradicionalmente, como campo das práticas, opera o cotidiano e a realidade desses sujeitos.

Após o primeiro dia de contato, saí da casa ainda com a sensação de que era um local familiar. O imóvel da Casa-Lar era alugado e, na parte de trás do terreno, ficava uma outra casa em que um médico (o proprietário do local) atendia seus pacientes. Era genro de um antigo proprietário, já era idoso e atendia naquele formato em que os médicos vão às casas das pessoas, demoram na consulta e estabelecem um vínculo de anos com os pacientes. Tive uma rápida oportunidade de dar uma espiada na parte de dentro da sala de espera e a impressão de familiaridade aumentou. Ao chegar em minha casa, comentei com meus pais sobre o “equipamento” e falei sobre a localização, quando então me disseram que ali ficava a casa de um antigo "médico de nossa família", ele era parente do atual proprietário e atendia aos pacientes daquela forma antiga, mais pessoal e próxima. Isso me

fez lembrar da infância, de quando íamos ao médico e de todos os detalhes bons e ruins que uma consulta pode ter para uma criança. Era, enfim, um lugar familiar numa estranha coincidência.

Foi assim que esse primeiro contato com os futuros moradores da Casa-Lar se impôs diante de mim, primeiro como profissional voluntária engajada no projeto e depois como pesquisadora de um Programa de Pós Graduação em Gerontologia da UNICAMP. O primeiro contato conduziu a sensibilidade e a constituição do olhar até configurar-se como um problema de investigação social, centrado na velhice nas ruas e nas políticas públicas a ela destinada.

A razão concreta deste caminho deu-se por um acontecimento do cotidiano – a participação de uma reunião em abril de 1999 – e pelo fato de que o crescimento do número de pessoas a viver nas ruas, por si só, demandava uma atenção especial. Este passou a ser, portanto, o campo da pesquisa. Os idosos que moravam na Casa-Lar configuraram um problema de investigação, uma vez que eram alvo da ação de instituições assistenciais, mas também eram considerados como responsabilidade do Estado, chamando, portanto, a atenção dos formuladores de políticas.

2.4. Entre o cotidiano e o curso de vida: a Gerontologia e as Ciências Sociais

O cotidiano, num primeiro momento, pode parecer destituído de relevância para nossa observação. Pode ser confundido com o que é rotineiro e desinteressante. No entanto, o cotidiano pode conter enigmas que revelam uma realidade repleta de significados (PAIS, 2003). Para se observar toda a complexidade do cotidiano é necessário ter a capacidade de vaguear ao acaso, num fluxo e refluxo dos acontecimentos. Ao contrário de, mais uma vez,

ficar preso à exatidão do que é considerado realidade, é preciso recusá-la, o que promoverá e preservará impressões de momentos surpreendidos apenas por meio de um olhar indisciplinado. Este parece ter sido um dos desafios do contato com os idosos da Casa-Lar.

O olhar não disciplinado torna possível ver o que está além de si e, nesse sentido, permite apreender o que está a nossa volta, torna possível comparar as diferenças entre um olhar de turista com o de um viajante, como diz PAIS (2003). O olhar de um turista segue roteiros com uma estrutura específica e seu olhar fica preso ao que já é conhecido e ao que deve ser conhecido. O viajante, por sua vez, segue apenas a rota da descoberta, através de seu olhar não condicionado, aberto ao que se apresenta diante de si. Foi como viajante, penso, que me coloquei diante dos velhos de rua na primeira reunião da Casa-Lar. Isso não significa que não havia necessidade de me situar ou de saber o que via. Pelo contrário, de minha parte, existia um compromisso, o de ver o que estava imperceptível aos olhos acostumados a seguir roteiros, tal como faz o turista.

Com isso, o cotidiano dos sujeitos, compartilhado pela vivência e expresso em suas narrativas, foi a matéria-prima da reflexão que se fez sobre eles. Como pesquisadora que viajou no cotidiano desses sujeitos, encontrei possibilidades de entender diferentes visões de mundo e seus significados, tal como propõe PAIS (2003), compreendendo assim, seu caráter enigmático. Os enigmas, por sua natureza, necessitam ser decifrados, o que implica sentir e receber o que é estranho à primeira vista; implica descobrir as mensagens ocultas e ver qual é seu sentido. Os enigmas informam sobre a realidade, por meio de seus tons claros e escuros, pela possibilidade de olhar com o olhar do outro. Diante do enigma, o observador deve se deixar intrigar pelo escuro, mas sem deixar de considerar o que vê no claro, ou seja, na superfície. É nesse trânsito entre a superfície e o abismo, entre o claro e o

escuro que se consegue decifrar os enigmas do cotidiano. É no intervalo e nas extremidades desses opostos que opera o pesquisador em busca de decifrar os enigmas que encontra pelo caminho.

Esse foi o olhar que orientou a compreensão do cotidiano dos velhos da Casa-Lar, bem como as diversas formas pelas quais se apresentaram. Assim, os pontos que passariam obscuros revelaram suas nuances, sentidos e significados. Porém, não de modo aleatório, mas orientado por dois campos de saber: a Gerontologia e as Ciências Sociais.

Como afirma PAPALÉO NETTO (2002), a Gerontologia não é um campo unificado, ela comporta diversos interesses, metodologias e teorias. Trata-se de um campo recente que enfrenta problemas de reconhecimento e tem como praticantes uma minoria que se dedica a temas das áreas biológicas, psicológicas e sociais. Esta seria apenas uma dentre outras dificuldades que envolvem a Gerontologia.

Segundo LOPES (2000), o fato que desencadeou essa diversidade de abordagens disciplinares sobre a velhice teria sido a necessidade dos estudiosos encontrarem o limite entre mudanças gerais e específicas nos indivíduos e também nos grupos, alterações que estão relacionadas ao declínio das funções corporais decorrentes do avanço da idade. Além disso, estaria em vigor o imperativo de analisar os efeitos das doenças e agressões ambientais nas capacidades humanas ao longo do curso da vida, o que permitiria a interferência de uma ampla variedade de campos de conhecimento na discussão sobre o assunto. A despeito dessa multidisciplinaridade, a Gerontologia configurou-se como um discurso legitimado para versar sobre o envelhecimento.

A transformação do envelhecimento em objeto de saber científico colocou em jogo várias dimensões, como aponta DEBERT (1998), desde o desgaste fisiológico e o

prolongamento da vida até o desequilíbrio demográfico e o custo financeiro das políticas sociais. É importante enfatizar que o discurso gerontológico é central no trabalho de racionalização e justificação das decisões político-administrativas destinadas aos idosos e é dessa maneira que aqui este discurso é considerado.

A Gerontologia, como campo multi e interdisciplinar, tem por objetivo verificar quais as mudanças ocorridas no processo de envelhecimento, de acordo com os determinantes biológicos, psicológicos e sócio-culturais. Além disso, ela compreende o estudo das experiências da velhice e do envelhecimento que ocorrem em diferentes contextos culturais e históricos (NERI, 2005). É necessário, ainda, considerar que, ao compreender a velhice como construção social e, portanto, ao entender como ocorre sua constituição em problema social e discutir quais são os pressupostos que regem o discurso gerontológico, conquista-se a politização do debate sobre o tema (DEBERT, 1998).

A preocupação com o envelhecimento não é recente, está relacionada com o surgimento de práticas curativas e profiláticas, como forma de enfrentar a inquietação provocada pelo declínio corporal resultante da velhice (LEME, 1996).

Em 1835, Quetelet investigou, por meio de estatísticas de probabilidade, taxas de nascimento na população, tendências de mortalidade por idade, transformações na moralidade e inteligência decorrentes do envelhecimento (NERI, 1995). Com base nestes estudos iniciais, em 1903, Elie Metchnicoff sugeriu a criação de uma nova disciplina científica que estudasse a velhice: a *Gerontologia*.

Estes estudos, no entanto, acabaram conformando o envelhecimento como um evento de vida associado ao declínio. Na Primeira Guerra Mundial, as Forças Armadas dos Estados Unidos realizaram uma seleção de oficiais para comandarem as tropas de seu país,

por meio da aplicação de testes de inteligência. Robert Yerkes, coordenador do projeto, publicou os resultados em 1921, indicando que os indivíduos tendiam a apresentar desempenhos piores em relação à inteligência à medida que ficavam velhos. Apesar das análises terem levado em consideração a experiência pessoal e cultural e o nível educacional de acordo com as diferenças encontradas, as ressalvas feitas não tiveram grande repercussão e prevaleceu o resultado de maior impacto, que afirmava a piora no desempenho dos indivíduos de acordo com o avanço da idade (NERI, 1995; NERI, 2002b). Assim, a Gerontologia passou a ter como fundamento um modelo deficitário de envelhecimento.

A Psicologia do Envelhecimento é um dos campos constitutivos da Gerontologia e concebe o envelhecimento como processo de transformação que se inicia em diferentes épocas para as várias partes do organismo, acontecendo em ritmo e velocidade diferentes para os indivíduos (NERI, 1995). Esta disciplina estabelece conceitos diferentes dos vigentes comumente nos estudos do envelhecimento, uma vez que considera este como continuidade do processo de desenvolvimento sem necessariamente relacionar-se a um declínio. Nesta perspectiva, considera-se que o envelhecimento é acompanhado por alterações na aparência, no comportamento, na experiência e nos papéis sociais (BIRREN e BENGSTON, 1988 *apud* NERI, 1995). Um dos princípios de que parte a Psicologia do Envelhecimento é de que as idades ou estágios da vida são causas do desenvolvimento e não construções teóricas ou artifícios sociais. Envelhecimento e desenvolvimento são, desta forma, eventos correlatos, uma vez que ambos são eventos de duração, relativos a mudanças em padrões comportamentais. As mudanças ocorridas na velhice são entendidas

em termos de ganhos e perdas e o desenvolvimento e envelhecimento são determinantes da diminuição de probabilidade de adaptação geral e da sobrevivência do organismo.

Esta mesma disciplina tem como paradigma dominante a perspectiva *life-span* de orientação dialética ou de curso de vida (NERI, 2002a). Esta corrente é derivada da pesquisa sobre o adulto e o idoso e refere-se à forma como a sociedade atribui significados sociais e pessoais à passagem do tempo biográfico, permitindo a construção social de personalidades e trajetórias de vida. Neste caso, o estudo do envelhecimento está centrado na mudança e o desenvolvimento é compreendido como uma tensão adaptativa e promotora do desenvolvimento. O foco é centrado na mudança, na interação dinâmica e preocupação com processos de mudança determinados por processos individuais e históricos (NERI, 2002b).

A perspectiva dialética do curso de vida entende que os critérios de definição dos eventos que marcam os períodos do ciclo vital dependem de parâmetros sociais e, apesar de não ser a idade que causa o envelhecimento, considera um indicador importante neste processo (NERI, 2002b). A escala de tempo, neste caso, marca o envelhecimento, é um marcador; a idade, passa a ser, com este pressuposto, um organizador para a pesquisa, o que definirá a maneira de compreender o objeto que se estuda, a velhice e os velhos.

Partindo desta perspectiva, considera-se que há três classes de influência sobre o desenvolvimento: as normativas graduadas por idade, normativas graduadas por história e as não-normativas.

As normativas graduadas por idade são compostas pelas influências biológicas e socioculturais associadas à maturação física ou aos eventos típicos da vida adulta, que

envolvem família, educação e trabalho. Com isso, adquirem-se papéis sociais específicos e determinados por cada etapa da vida.

As influências normativas graduadas por história são eventos genéricos, vividos por pessoas de uma cultura comum. Elas possuem relações com mudanças biossociais que afetam todo um grupo etário, experimentadas de modo semelhante por todo um grupo de idade, uma vez que faz parte de um contexto que atinge a todos – tais como guerras, crises econômicas e outros.

As influências não-normativas podem ser biológicas ou ambientais e não atingem todas as pessoas ao mesmo tempo e podem ser exemplificadas por uma doença, a perda de um emprego, divórcio ou ainda ganhar uma premiação.

O paradigma *life*-span parte da compreensão de que o envelhecimento e o desenvolvimento são multideterminados e, sendo assim, essas influências descritas caracterizam mudanças multilineares e descontínuas, não sendo um processo necessariamente acumulativo. Nessa perspectiva dialética, as faixas etárias são apenas uma entre as várias classes de mudanças ontogenéticas que se pode pesquisar no processo do envelhecimento (NERI, 2002b).

As Ciências Sociais, por sua vez, partem do pressuposto de que a velhice é uma construção social e, desta forma, enfoca como ela aparece em diferentes contextos e como é produzida. Além disso, o enfoque sobre a maneira como a velhice adquire expressão e legitimidade permite verificar como ela passa a ser alvo das preocupações sociais (DEBERT, 1999). Isto significa que, apesar de existir uma antiga preocupação com o envelhecimento, ele passou a se destacar como objeto de interesse juntamente com o advento da Modernidade, que coincide com a divisão do ciclo da vida pelas faixas etárias e

com a atribuição de um espaço social determinado para a infância, a idade adulta e a velhice.

O olhar e a valorização do cotidiano e a maneira como a velhice é elaborada simbolicamente pela sociedade e pelos grupos constitui, portanto, focos de interesse para as Ciências Sociais no estudo do envelhecimento. Além disso, importa saber como acontece o processo de visibilidade política a partir da expressão pública de um grupo social, verificando assim como se constitui um *problema* social, que pode ser objeto de ação política por meio das políticas sociais.

O estudo sobre os velhos que viveram nas ruas, mais especificamente dos moradores da Casa-Lar e Convivência São Vicente de Paula, pode se beneficiar da complementaridade dos referenciais teóricos que fundamentam a Psicologia do Envelhecimento e as Ciências Sociais. Identificar o processo de envelhecimento dos sujeitos da pesquisa a partir dos tipos de influência graduadas por história, pela idade ou ainda pelas influências não-normativas, mostra quais os papéis sociais que adquiriram esses velhos, bem como os eventos sociais e históricos comuns que perpassaram suas histórias pessoais.

As Ciências Sociais permitem identificar como um grupo de velhos que viviam nas ruas adquiriu destaque suficiente para garantir uma ação política direcionadas a eles. A partir da observação do cotidiano e de seus detalhes, torna-se possível descrever aspectos importantes e até então não conhecidos sobre a vida deste grupo de moradores da Casa-Lar, juntamente com o modo como foi considerado o processo de envelhecimento destes sujeitos por outros atores sociais e o significado de uma política social em suas vidas.

Da mesma forma, a Psicologia Social traz conceitos que permitem aprofundar aspectos experimentados por esses velhos com sua passagem pelas ruas e com a vivência na Casa-Lar, tais como a memória, o desenraizamento e a humilhação social.

Essa articulação entre os diferentes campos do conhecimento possibilita desvendar partes do cotidiano desses idosos e esclarecer um evento complexo, tal como é a velhice e sua relação com o mundo das ruas.

2.5. O universo da Casa-Lar e sua particularidade

A Casa-Lar e Convivência São Vicente de Paula, universo do presente estudo, foi criada para moradia provisória de 16 idosos que viviam em albergues e nas ruas de São Paulo. Não existia, até aquele momento (em 1999), uma instituição que tivesse essa finalidade de moradia provisória. Em geral, os serviços destinados à população de rua e, conseqüentemente, aos velhos de rua, restringem-se, ainda hoje, aos *albergues* e às *casas de convivência*. Ambos são conhecidos também como instituições de acolhimento, uma vez que abrigam a população de rua. Outra designação utilizada é o *abrigo*, que se destina, em geral, à população jovem que não tem onde ficar. Os *albergues* destinam-se ao pernoite e seus usuários não podem ficar no local durante o dia. As *casas de convivência* são destinadas a atividades diárias, tais como oficinas de trabalho e de discussão, almoço, higiene e lavagem das roupas; não são destinadas ao pernoite da população de rua. *Albergues* e *casas de convivência* são, em geral, mantidos por instituições filantrópicas e assistenciais de caráter religioso que possuem convênio com a Secretaria de Assistência e

Desenvolvimento Social, no caso do município de São Paulo. Algumas dessas instituições oferecem no mesmo local ambos os serviços, ou seja, durante o dia realizam atividades de uma *casa de convivência* e à noite oferece o serviço de *albergue*.

A proposta da Casa-Lar teve origem em um grupo de discussões composto por idosos que freqüentavam a Casa de Convivência Porto Seguro, mantida pela Associação Evangélica Beneficente (AEB)[34]. Essas discussões partiram de oficinas de cidadania e direitos, realizadas com os usuários da casa de convivência[35]. Desta maneira, a Casa de Convivência Porto Seguro constatou que o número de idosos que usavam seus serviços tinha aumentado. Além disso, os idosos tinham dificuldade e lentidão nas filas para tomar banho, fazer a alimentação e outras atividades, mostrando que eles tinham necessidades diferenciadas. É importante ressaltar que os chamados "idosos" correspondiam às pessoas com mais de 60 anos, mas permitia a inclusão daqueles com mais de 50 anos, uma vez que o trabalho com população de rua mostrava a existência de um "processo de envelhecimento precoce", flexibilizando a redução da idade em que considerariam as pessoas que viviam nas ruas como idosos[36].

Um dos moradores da Casa-Lar que vivenciou este processo acrescentou a informação de que essas discussões, iniciadas na Casa de Convivência Porto Seguro, foram resultado da organização do Fórum Estadual das Minorias – promovido em 1996 pela

[34] Instituição assistencial que trabalha, dentre outros segmentos, com população de rua.
[35] As informações sobre este processo foram obtidas por meio de documentos, relatos de moradores da Casa-Lar, funcionárias da Secretaria Municipal da Família e Bem-Estar Social – FABES – e da observação de campo.
[36] O projeto da Casa-Lar propunha que fosse destinada a "idosos moradores de rua, independentes e socialmente ativos, de ambos os sexos, a partir de 60 anos, com flexibilidade para o atendimento de pessoas com mais de 50 anos que apresentem evidente envelhecimento precoce" (SÃO PAULO. Secretaria Municipal da Família e Bem-Estar Social. **Projeto da Casa-Lar e Convivência**. 26 abr, 1999, Ofício nº 041/99, p.4).

Secretaria da Justiça e da Defesa da Cidadania, pelo Conselho Estadual de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana, pela Comissão de Direitos Humanos da Assembléia Legislativa e pelo Núcleo de Estudos da Violência da Universidade de São Paulo – que tinha como objetivo organizar o Programa Estadual dos Direitos Humanos. Este fórum foi composto pelos segmentos da população especialmente afetados em seus direitos humanos[37] e, dentre estes, estava a população de rua. Os idosos que freqüentavam a Casa de Convivência Porto Seguro apresentaram nesse fórum os problemas vividos nos albergues, tais como a inadequação do espaço físico e a convivência com pessoas de outras faixas etárias que não os respeitavam. A partir disso, alguns albergues e casas de convivência destinaram um tratamento diferenciado, tais como separar uma fila e horários especialmente para idosos. A necessidade de criação de uma instituição destinada especificamente a idosos surgiu, portanto, da insatisfação dos mesmos com os albergues, mas também de um pressuposto da casa de convivência de que eles não se adequavam ao serviço oferecido.

Os albergues, segundo os moradores da Casa-Lar, tinham horários de saída muito rígidos – por volta das cinco horas da manhã. Os velhos eram desrespeitados por serem mais lentos do que os mais jovens ao fazer suas tarefas e, além disso, não tinham onde ficar durante o dia e permaneciam "jogados" nas ruas.

A secretaria municipal responsável pela população de rua e pelos idosos à época era a Secretaria Municipal da Família e Bem-Estar Social de São Paulo – FABES. A Casa de

[37] SÃO PAULO. Governo do Estado de São Paulo; Assembléia Legislativa; Fundação SEADE. Cadernos do Fórum São Paulo - Século XXI. Cadernos 2 – Cidadania. São Paulo, dez. 1999. Disponível em: <http://www.al.sp.gov.br/web/forum/cadernos/Cidadania.pdf>, acesso em 23/08/2003.

Convivência Porto Seguro era conveniada com esta secretaria e ficava sob sua supervisão. Assim, as assistentes sociais responsáveis pelo segmento do idoso na região onde se localiza a Casa de Convivência Porto Seguro passaram a acompanhar as discussões com estes idosos. As reuniões realizadas indicavam para estas supervisoras da FABES e para as assistentes sociais da casa de convivência que não bastaria criar um albergue diferenciado para idosos por causa das necessidades que eles tinham, uma vez que não conseguiriam sair daquela situação, por exemplo, encontrando trabalho. Além disso, a maioria era alcoólatra e tinha dificuldade em manter os vínculos familiares. Assim, a proposta formulada deveria contemplar um espaço de permanência para os idosos durante o dia, configurando uma instituição nos moldes de uma *casa* e não de um albergue.

A designação *Casa-Lar* foi adotada no decorrer do processo de discussão para criação da instituição, como referência ao que propunha a Política Nacional do Idoso (Lei 8.842/1994), em seu artigo 10º, inciso I, sobre a competência da área de promoção e assistência social:

> *"estimular a criação de incentivos e de alternativas de atendimento ao idoso, como centros de convivência, centros de cuidados diurnos, casas-lares, oficinas abrigadas de trabalho, atendimentos domiciliares e outros"* (BRASIL, 1994, p.2)

A proposta da Casa-Lar e Convivência São Vicente de Paula não tinha intenção de substituir a rede já existente de acolhimento para população de rua, era apenas uma alternativa específica para os idosos.

Inicialmente a proposta era estabelecer um convênio entre a FABES e a Associação Evangélica Beneficente – AEB – para gerenciar a Casa-Lar. No decorrer do processo, entretanto, ocorreram divergências entre a associação e a Secretaria, finalizando o convênio para este projeto. Desta forma, a Casa-Lar foi criada para ser administrada diretamente pela FABES. É nesse contexto que a análise aqui construída como um olhar particular conduz o presente debate a refletir sobre uma realidade maior e significativa: a da velhice nas ruas e das políticas que a ela se destinam.

CAPÍTULO 3

CONSTRUÇÃO DE UM PROBLEMA SOCIAL E POLÍTICAS PÚBLICAS

De acordo com MARICATO (2003), o processo de crescimento desordenado nas metrópoles brasileiras que ocorreu no século XX implicou na extensão de áreas de concentração da pobreza e da desigualdade social. Em decorrência disso, ao mesmo tempo em que seriam necessárias políticas de atenção voltadas para estes segmentos sociais, o final do século XX foi marcado por uma flexibilização e desregulamentação das políticas sociais, afetando, por exemplo, grupos como os idosos e a população de rua.

Nesse contexto, a Casa-Lar e Convivência São Vicente de Paula foi criada como proposta de moradia provisória para idosos que viviam em albergues e nas ruas do município de São Paulo. O termo *provisório* tinha como pressuposto a reinserção social dos idosos, por meio de suas famílias ou pela obtenção de renda que garantisse sua sobrevivência e possibilitasse o pagamento de moradia. De acordo com informações das supervisoras da FABES que participaram da elaboração do projeto, este *provisório* não tinha data marcada para saída dos idosos da instituição, ou seja, somente no momento em que eles tivessem um lugar para ficar, sairiam da Casa-Lar.

A criação da Casa-Lar tratava-se de uma ação e intervenção de caráter emergencial e de transição dos idosos a uma outra condição, mais autônoma em relação a sua manutenção. A visão subjacente a essa proposta era a de responder, portanto, a um problema social que os idosos representavam e, além disso, à necessidade de buscar uma solução para os limites dos equipamentos assistenciais disponíveis para os velhos que

viviam principalmente nos albergues, de uma maneira que atendesse aos reclamos dos próprios sujeitos sociais.

3.1. A velhice nas ruas como problema social

A Secretaria Municipal da Família e Bem-Estar Social – FABES – estava dividida de acordo com as regiões da cidade de São Paulo. Em cada uma dessas regiões havia uma coordenação específica para a área do idoso. Para todos os programas dessa Secretaria existia uma coordenação central a quem os programas podiam reportar-se sobre suas ações. O projeto da Casa-Lar ficou sob a coordenação de uma das divisões regionais da área central da cidade, uma vez que havia grande concentração da população de rua nessa região. As responsáveis pela área do idoso nessa mesma divisão regional da FABES promoveram, no mesmo período de criação da Casa-Lar, uma articulação entre as instituições filantrópicas assistenciais que trabalhavam com idosos na região central de São Paulo, com a intenção de criar um diálogo entre os trabalhos realizados pelas instituições. Buscaram ainda ir além, iniciando uma articulação com as associações e federações de aposentados, que também tinham suas sedes localizadas na região central da cidade, o que resultou na discussão sobre a formalização de um fórum de representação dos idosos da região Centro, juntamente com o Grande Conselho Municipal do Idoso – GCMI. Pode-se afirmar que este processo destacou o tema dos idosos nos espaços de discussão da FABES, do movimento social dos idosos e das associações de aposentados, publicizando os problemas e as demandas dos idosos no caso da região Centro de São Paulo.

A despeito da organização efetivada para se criar a Casa-Lar e Convivência São Vicente de Paula, a coordenação central da Secretaria – FABES – desconhecia os detalhes do projeto. Ela tinha conhecimento de que era um convênio para um trabalho com idosos de rua. A prioridade estabelecida pela FABES naquele momento – 1999 – eram os trabalhos realizados com crianças[38].

A Secretaria autorizou a locação do imóvel destinado à instituição Casa-Lar e, de acordo com as supervisoras, foi necessário uma busca intensa de um local que se adequasse aos objetivos do projeto, ou seja, grande o suficiente para comportar todos os idosos e ao mesmo tempo manter as características de uma casa. A abertura da Casa-Lar demorou a acontecer, devido ao rompimento do convênio entre a Secretaria e a AEB. O trabalho de discussão com os idosos continuou a ser feito, mas como o espaço ainda não estava sendo usado, as supervisoras tinham receio de que a Secretaria destinasse o local a outro projeto, voltado para o trabalho com crianças. Desta maneira, as reuniões realizadas na Casa de Convivência Porto Seguro foram transferidas para o local onde seria aberta a instituição, como forma de ocupá-la e garantir sua destinação. Com esse propósito, agregaram-se às discussões, outras instituições assistenciais que trabalhavam com população de rua e o Grande Conselho Municipal do Idoso – GCMI – no mesmo local[39].

Houve um processo de seleção dos idosos que poderiam morar na Casa-Lar, uma vez que comportava apenas dezesseis pessoas. A casa foi adaptada e o processo de seleção,

[38] As responsáveis pela área do idoso na região central da FABES e pela efetivação da Casa-Lar encontravam-se, segundo seus relatos, numa situação, dentro da Secretaria, em que eram "orientadas" a não fazerem trabalhos que envolvessem os movimentos sociais ou provocassem grandes polêmicas. A gestão municipal deste período (1997-2000) era uma continuidade da gestão anterior (1993-1996), dirigida por Paulo Maluf, que sucedeu a primeira gestão do Partido dos Trabalhadores na cidade, administrada por Luiza Erundina, da qual estas funcionárias – assistentes sociais – participaram ativamente.

[39] Foi no interior deste processo que me inseri como pesquisadora na Casa-Lar, em reunião já descrita.

ou a *seleção de demanda*, foi aberto para as outras casas de convivência conveniadas com a Secretaria. Um dos critérios estabelecidos nas reuniões foi de que não poderiam ser idosos vindos diretamente das ruas. Seria necessário que eles já participassem de algum grupo de discussão e que já estivessem de alguma forma institucionalizados, ou seja, que seguissem regras e horários. Poderiam ser idosos que estivessem também na rua, mas que freqüentassem as casas de convivência, que seriam a ponte para a Casa-Lar.

As instituições de acolhimento e de serviços voltados para população de rua caracterizam-se como fontes de recurso e como oportunidades de deslocamento para os moradores de rua. Além disso, tentam minimizar as condições de sofrimento, atuam na construção de uma imagem junto à opinião pública e fazem o papel de mediadoras de conflitos diversos, envolvendo os moradores de rua e os agentes que provocam sua expulsão dos logradouros (FRANGELLA, 2004). Ao mesmo tempo, as redes institucionais alimentam o circuito da rua, produzindo uma clientela e sendo produzida por ela, numa contínua aliança permeada por conflitos. As casas de convivência foram, dessa forma, a passagem para a Casa-Lar e as assistentes sociais eram responsáveis pela indicação de quais idosos tinham condições de participar do projeto.

Além desses pontos, um outro critério estabelecido na seleção da demanda para a Casa-Lar era a presença do idoso em todas as reuniões preparatórias, antes da entrada na Casa-Lar. Apesar de ser conhecido o limite de pessoas para comporem a instituição – dezesseis – essas reuniões preparatórias começaram com aproximadamente 40 idosos. Com o tempo, este número foi reduzindo, num processo que as supervisoras do projeto chamaram de "seleção natural". Havia mulheres – em número de três ou quatro – nessas reuniões iniciais, que saíram do grupo por terem conseguido outro lugar para morar. Na

visão das supervisoras, as mulheres organizavam-se melhor, conseguiam que a família as acolhesse ou ainda encontravam trabalho em "casa de família" como empregadas domésticas; ao mesmo tempo, para os homens, o projeto demorou a começar e havia uma descrença entre eles pelo fato do projeto pertencer à prefeitura[40]. Além disso, eles tinham necessidades imediatas. A proposta de construir um projeto em conjunto e a responsabilização dos idosos pelos cuidados com a casa pode ter desestimulado a muitos deles, principalmente, considerando a situação instável em que viviam.

Durante todo o processo observado na Casa-Lar, as supervisoras do projeto, que coordenavam as reuniões com os idosos, enfatizavam que as decisões sobre o funcionamento da instituição deveriam ser tomadas por eles.

Os idosos não compreendiam os motivos pelos quais ainda não estavam vivendo na Casa-Lar, considerando que faziam as reuniões no local. Com isso, questionavam as supervisoras, que explicavam que o processo da prefeitura era complicado, que o projeto era considerado caro para atender apenas dezesseis pessoas e não tinha sido decretado. Não era explícito, para quem acompanhava as reuniões, os motivos pelos quais a Secretaria não permitiria a abertura do projeto, uma vez que a própria FABES estava fazendo a proposta. Havia uma noção permanente de que o projeto estava “encoberto” e, aos poucos, foi ficando claro que a proposta não era unânime dentro da Secretaria, podendo até mesmo não acontecer[41].

[40] Segundo as supervisoras do projeto, havia entre os idosos a crença corrente de que tudo que é público é ruim ou não tem continuidade.

[41] Um exemplo desta instabilidade foi com relação ao decreto da instituição. Após ser aberta em maio de 1999, a inauguração foi feita em torno de cinco meses depois e, quando saiu o decreto, constava não como instituição, mas como projeto-piloto, ou seja, experimental e temporário ou com fim já previsto.

Desse modo, as reuniões de discussão passaram a tratar sobre uma forma de ocuparem a casa. A infra-estrutura não estava montada, não havia nada na casa. Os idosos afirmavam que não havia diferença entre eles dormirem nos albergues e pegarem um colchão para colocarem dentro da casa. O argumento para a ocupação, apropriado por todos, era de que a prefeitura não teria como retirá-los da casa depois que já estivessem instalados, pois eram "velhinhos" e isso iria contra a Secretaria. Este é um exemplo claro de como um grupo destituído de poder e à margem apropria-se das representações vigentes – que os discrimina – para colocá-las a seu favor num processo de luta desigual[42].

O grupo marcou a data de 20 de maio de 1999 e os idosos combinaram que iam levar seus pertences para lá. O grupo definiu quem entraria na casa, a disposição dos idosos nos quartos e as escalas de tarefas. A participação das instituições assistenciais neste processo, segundo as supervisoras do projeto, foi essencial. Havia uma mobilização e várias contribuíram com doações de roupas de cama e banho para todos os idosos e alguns itens de alimentação (pão e café). Além disso, quem participava das reuniões também contribuía com alimentos e outras doações. As camas para os idosos dormirem foram conseguidas às pressas num almoxarifado da prefeitura, eram camas velhas e com cupins. Não havia fogão no início e, com a impossibilidade de cozinhar, os idosos teriam que continuar a fazer as refeições nas casas de convivência ou onde estavam acostumados a comer.

A Secretaria não ofereceu subsídios nesse momento da entrada dos idosos na casa, o processo contou exclusivamente com doações. Os recursos a serem destinados para o projeto permitiram apenas o pagamento do aluguel da casa e posteriormente a provisão de

[42] O mesmo acontece com a categoria *índio* para os indígenas brasileiros frente ao Estado e com a categoria *negro*, atualmente um instrumento de luta para o segmento negro organizado.

alimentos para que eles pudessem cozinhar[43]. O projeto manteve-se, por algum tempo, no limite entre a filantropia (com a participação dos outros com doações) e a responsabilidade estatal (apenas com a cessão do espaço).

No dia marcado para a "ocupação" – assim chamada por eles – vieram os idosos e todos os outros que participavam das reuniões. A instituição teve início formalmente a partir da entrada dos idosos na moradia provisória e posteriormente configuraram-se as três linhas principais de ação: além da moradia provisória, o núcleo de convivência e a geração de renda. Havia uma ênfase no caráter de "co-gestão" entre moradores e funcionários da instituição, partindo do pressuposto de que os idosos, desta maneira, manteriam a autonomia e retiraria o caráter de ação assistencialista.

A dinâmica da casa contava com as reuniões dos idosos e reuniões técnicas sobre o projeto, acompanhadas no trabalho de campo. Um dos temas tratados era a provisoriedade da Casa-Lar. Segundo as supervisoras do projeto, o caráter provisório da moradia não deveria ser entendido como um prazo determinado, mas como o tempo necessário para que todos os idosos residentes tivessem condições de garantir a sua moradia definitiva, fosse por meio do retorno à família[44], da geração de renda ou da organização e reivindicação por moradia. Assim, a instituição tinha como proposta oferecer atividades por meio de oficinas sobre vários temas, enfatizando a cidadania e a moradia.

[43] Os alimentos enviados para a Casa-Lar eram providos pela Secretaria Municipal do Abastecimento, mas eram os mesmos destinados às creches municipais, pois a FABES não tinha projetos com idosos até aquele momento. Assim, os idosos, dos quais vários eram diabéticos, recebiam alimentação com açúcar (achocolatados e outros itens já adoçados). Os funcionários destinados à Casa-Lar também eram pertencentes majoritariamente à FABES e tinham muita experiência com crianças, não com idosos. Isso gerava atitudes infantilizadas em relação aos moradores.

[44] No decorrer do trabalho, observou-se que vários idosos tinham familiares próximos, alguns vivendo em São Paulo.

Esta ênfase originou-se, segundo relato de uma das supervisoras do projeto, a partir das reuniões com os idosos, pois eles expressavam a insatisfação com os albergues, a falta de respeito por serem mais velhos e a falta de dignidade que sentiam. Partindo dessas falas, as supervisoras acabaram por traduzi-las para os idosos como a busca pela cidadania, pois o fato deles estarem nas ruas não significava que não fossem cidadãos ou que não tivessem direito de opinar sobre suas necessidades.

Após a entrada dos idosos na moradia, ficou evidente um dos maiores problemas para a instituição: o alcoolismo. No processo de "seleção de demanda", alguns idosos chegavam alcoolizados, mas era solicitado que ficassem sóbrios, ainda que fosse apenas naquele momento. Eles apresentavam traços de alcoolismo de longa data, como rostos e pés inchados e avermelhados. Apenas três ou quatro idosos não bebiam constantemente. Os funcionários, a coordenação da Casa-Lar e principalmente os moradores tiveram dificuldades de tratar essa questão. Instituíram-se regras severas de funcionamento da casa, definindo horários de entrada e saída, colocação de tranca na porta para que não fosse forçada, comissão de recepção para que cuidasse dos que, impedidos de entrar, ficassem gritando na rua, proibição de fumar dentro da casa, acionamento da Guarda Civil Metropolitana para os casos mais graves de agressão. O argumento para implantação das regras era evitar que os moradores que não bebiam fossem prejudicados pelos outros, entretanto, a rigidez das mesmas evidenciava que jamais seriam cumpridas[45].

[45] Foi institucionalizada uma reunião semanal que era chamada de “reunião dos combinados”, coordenada inicialmente pelas supervisoras do projeto e posteriormente pela coordenadora da instituição. Neste espaço, eram discutidas várias questões relativas ao funcionamento da casa – que incluíam a criação das regras – e principalmente às queixas dos moradores e funcionários sobre os outros moradores.

Com o passar do tempo e o descumprimento das regras, a equipe de coordenação da casa adquiriu um caráter de vigilância. A reunião dos combinados parecia apenas uma forma de legitimar as decisões tomadas pela coordenação. Tiveram início as agressões entre moradores, ofensas principalmente. Os que apenas se toleravam até a entrada na casa começaram a não se tolerar mais, sendo constante as comparações e atitudes racistas. Alguns moradores consideravam-se diferentes por terem mais instrução ou por não fazerem parte das ruas como os outros faziam. Diziam frases do tipo "Eu não sou negro", ou ainda reafirmavam "Eu sou paulista", numa alusão ao preconceito contra a cor e a origem nordestina de outros moradores. Ainda que todos os moradores da casa estivessem na mesma situação de não ter moradia e depender da instituição, estabeleciam uma hierarquia entre eles, pela cor, pela nacionalidade, pela região de onde vinham ou pela forma de falar.

As atividades de convivência começaram alguns meses depois e foram abertas para a participação de outros idosos que estavam em albergues e freqüentavam casas de convivência, sendo encaminhados pelas assistentes sociais dessas instituições. Houve um incômodo nos moradores com essa abertura, pois os chamados "conviventes" esperavam uma vaga para entrar na casa, o que implicava na saída de alguém que morava na casa. A proposta da convivência, segundo as supervisoras da instituição, era de aglutinar e fortalecer um grupo de pessoas que tinham um interesse comum, promovendo condições para, por exemplo, reivindicar uma moradia.

Juntamente com a abertura da convivência, teve início o processo de expulsão de alguns moradores por brigas ocorridas entre eles, o que afetou a insegurança em relação à provisoriedade. Ocorreu uma rotatividade dos moradores da Casa-Lar, reproduzindo a lógica existente nos albergues, ou seja, a casa passou a figurar como instituição de

passagem, não para uma moradia definitiva, mas de volta para as ruas ou para os albergues. Essa rotatividade também foi observada em relação aos funcionários que trabalhavam na casa, houve conflitos com os moradores e alguns funcionários chegaram a referir-se ao grupo como um "bando de vagabundos".

Houve, portanto, um hiato entre o projeto proposto inicialmente e a prática que se desenrolou após a entrada dos moradores. O caráter de "co-gestão" estabelecido pelas supervisoras do projeto visava a autonomia e reinserção na sociedade, o que foi compreendido como proposta inovadora[46]. No entanto, a proposta não repercutiu dessa maneira no cotidiano dos idosos, caracterizando uma incongruência entre o que os idosos pareciam ter como idéia de projeto e a prática vivida.

Por outro lado, o projeto aos poucos ganhou visibilidade na Secretaria, na mídia, no conselho dos idosos do município – GCMI – e nos eventos públicos sobre idosos[47] realizados na cidade de São Paulo. Em 2000, ano eleitoral, a FABES sofreu algumas alterações, passou a ser designada como Secretaria de Assistência Social – SAS – e teve nova coordenação. Iniciou-se outro projeto para população de rua e para idosos de rua, mas desta vez, com conhecimento e apoio da Secretaria. O terreno destinado à construção do

[46] As supervisoras do projeto relatavam ter estudado sobre a Política Nacional do Idoso juntamente com a Lei de Organização da Assistência Social e levantaram as instituições existentes para idosos no país. Segundo elas, existiam apenas experiências de repúblicas para idosos e asilos, e nenhuma possuía o caráter dado por elas à Casa-Lar.

[47] A FABES, juntamente com a prefeitura organizou dois seminários intitulados "O idoso e a cidade de São Paulo", que contou com a presença de várias secretarias municipais, vereadores, conselheiros do GCMI e teve como temas as políticas municipais do idoso e diretrizes a serem traçadas pelo governo municipal. O segundo seminário ocorreu em 1999 e foi o primeiro evento público da FABES em que os moradores da Casa-Lar organizaram-se, com o auxílio das supervisoras do projeto, e fizeram relatos sobre sua situação nos albergues e a mudança com a Casa-Lar. Em todos os eventos em que se apresentavam, os moradores narravam uma história de participação e reivindicação que haveria culminado na criação da instituição. Além deste evento, os moradores da Casa-Lar fizeram depoimentos na Câmara Municipal dos Vereadores de São Paulo, dentro do seminário mensal intitulado "Qualidade de Vida para um Envelhecimento Saudável", organizado pelo vereador José Eduardo Cardozo desde 1996, que contava com a participação de profissionais da área do idoso e de atores políticos.

novo projeto comportaria um albergue, construído numa grande área perto do Estádio da Portuguesa, no Canindé e, ao lado – na chamada “antiga garagem da CMTC” – construiriam 20 casas para morarem dois idosos em cada uma delas, juntamente com um espaço de convivência e uma cozinha comunitária. Os idosos da Casa-Lar foram convidados a visitar o terreno onde seria construído o projeto.

O período de finalização do albergue que estava sendo construído coincidiu com o inverno, época difícil para a população que está nas ruas pela escassez de vagas, fazendo com que o albergue fosse inaugurado às pressas. Esta inauguração ocorreu como parte de um novo projeto, o "Projeto Gente", composto pelo albergue, concluído primeiro, e pelas casas dos idosos. O grupo de idosos que iria para a moradia, construída ao lado do albergue, sairia do grupo de convivência da Casa-Lar. O relato dos conviventes que pernoitaram neste albergue na época da abertura era de que, nos primeiros dias, colocaram os colchões no chão para abrigar todo mundo e o albergue não estava com a capacidade máxima aberta. Eles também relataram maus tratos e violência, provocados por pessoas que entraram portando com facas. Uma das mulheres conviventes fez um relato sobre os banheiros do albergue. Disse que eram todos abertos e não ofereciam privacidade na hora de tomar banho. A justificativa apresentada por uma funcionária da SAS foi de que o projeto arquitetônico foi idealizado por um famoso arquiteto, que tinha como proposta promover a integração das pessoas fazendo ambientes amplos e abertos, sem divisórias, onde elas teriam mais condições de se integrar. Inconformadas, as idosas disseram: "Na hora do banho?!".

Passados alguns meses, foram inauguradas as casas dos idosos com o nome de "Sítio das Alamedas". Diferentemente da Casa-Lar, o Sítio das Alamedas era gerenciado

por uma instituição assistencial conveniada com a SAS e, segundo as supervisoras da Casa-Lar, tinha um recurso bem maior do que o destinado à Casa-Lar.

Até então, a experiência da Casa-Lar e Convivência São Vicente de Paula já havia adquirido visibilidade suficiente para que o poder público municipal incorporasse a necessidade de criação de instituições voltadas especificamente para idosos que viviam nos albergues e freqüentavam casas de convivência. Isso, no entanto, não significou uma diretriz de ação política voltada para o idoso de rua, mas afetou suficientemente os espaços de discussão para que conformasse uma noção sobre a necessidade de uma ação diferenciada para este segmento.

De acordo com uma das supervisoras do projeto da Casa-Lar, a Secretaria tinha interesse em trabalhar com população de rua, mas sem especificar ações para os idosos que estão nas ruas. No seu entendimento, fazia-se necessária uma ação direcionada para este segmento que, na verdade, entraria como uma das faces de uma política municipal para o idoso, integrando diversas secretarias municipais.

As ações direcionadas aos idosos de rua mostram, assim, a disputa de poder entre os diferentes atores envolvidos: secretários municipais, funcionários, vereadores e instituições de assistência social, dentre outros. Instituições destinadas ao atendimento de idosos de rua foram propostas posteriormente à criação da Casa-Lar, mas com linhas de atuação distinta e sem uma linha de ação política integrada em toda a cidade. Como conseqüência, os idosos que dependiam deste tipo de atendimento migravam de bairros distantes para fazerem parte de um grupo de discussão de seu interesse. Como exemplo desta situação, os idosos que viviam no Sítio das Alamedas, localizado no bairro do Canindé, entre as regiões Norte e Centro de São Paulo, participavam de oficinas de cidadania para moradia realizadas num

espaço de convivência no bairro da Vila Mariana, zona Sul da cidade. A proposta inicial do Sítio das Alamedas incluía a realização de oficinas de moradia, permitindo que os idosos se organizassem, mas os idosos não tinham atividades com esse conteúdo e buscavam um local que comportasse suas demandas[48].

A Casa-Lar e Convivência São Vicente de Paula teve fim em 2004. Após sua criação, as supervisoras da Secretaria não participavam com a mesma freqüência do período de ocupação e de seleção da demanda dos idosos, pois a instituição contava com a presença diária dos funcionários e de uma coordenadora e, além disso, havia outros projetos para serem supervisionados. Com a mudança da gestão administrativa municipal em 2001, as supervisoras ocuparam outros cargos na Secretaria de Assistência Social e, por divergências políticas internamente à Secretaria, elas foram afastadas da Casa-Lar. Com o passar do tempo, o projeto foi sendo questionado, principalmente sobre o aspecto da provisoriedade, uma vez que os moradores da Casa-Lar não tinham prazo para saírem de lá.

No período entre 2003 e 2004, houve uma movimentação na Secretaria de Assistência Social que discordava da forma como a Casa-Lar estava organizada, pois se a SAS oferecia tudo aos idosos, entendia que eles estavam sendo tutelados. Algumas audiências públicas foram realizadas na Câmara dos Vereadores de São Paulo para promover o debate entre a Secretaria e a população, especialmente os moradores da Casa-Lar, que tentavam mostrar que não eram tutelados por morarem na instituição. Nessas discussões houve um consenso de que os idosos da Casa-Lar não deveriam ser tutelados pela Secretaria. No entanto, uma vez que eles eram considerados autônomos e alguns

[48] O Sítio das Alamedas foi denunciado por seus moradores, em 2003, por sofrerem pressões para saírem rapidamente da instituição, além de descaso com a alimentação oferecida. Esta denúncia foi formalizada no Ministério Público, que convocou a SAS para prestar esclarecimentos.

possuíam aposentadoria e renda, introduziu-se a prática da remuneração de uma pequena quantia para garantir a manutenção da moradia provisória, prática esta que tem amparo no Estatuto do Idoso (BRASIL, 2003).

De acordo com uma das funcionárias da Casa-Lar, nesse período a Secretaria Municipal de Abastecimento suspendeu o envio de alimentos e o fornecimento de gás para a instituição, como forma de pressionar os idosos a pagarem por sua estada. Juntamente com este movimento, foi definido um prazo para a saída dos idosos: um ano era o tempo permitido para que eles tivessem condições de se reestruturar e de sair da Casa-Lar. A Secretaria de Assistência Social apresentava o argumento de que a Casa-Lar, tal como foi criada, não era uma política pública porque atendia um número muito pequeno de pessoas e tinha um custo muito alto. Neste percurso de desmonte da proposta inicial, a SAS firmou um convênio para uma instituição assistencial gerenciar a instituição: a Associação Evangélica Beneficente – AEB, que alterou o nome da Casa-Lar e modificou sua estrutura de funcionamento. Dos idosos que viviam na Casa-Lar e Convivência São Vicente de Paula, apenas três residem atualmente nesta nova instituição. Aqueles que não tinham renda para conseguirem ficar na nova instituição foram encaminhados para outras instituições, tais como asilos e o Sítio das Alamedas, que ainda não tinha o sistema de cobrança.

O processo de implantação da Casa-Lar mostra, como aponta GUSMÃO (2004), que a elaboração de uma política social pode, na verdade, deixar transparecer uma prática frágil diante dos desafios encontrados, a despeito de parecer buscar a efetivação dos direitos sociais. As políticas sociais são o reflexo de uma capacidade de organização em que estão envolvidos tanto o Estado quanto a sociedade civil, porém, nem sempre há, entre ambos, um diálogo satisfatório.

Por outro lado, o processo de elaboração das políticas sociais atua como um contraponto das políticas de estabilização econômicas (LESSA et al, 1997), que se intensificaram no decorrer da década de 1990, o mesmo período em que se localizou o interesse sobre a população de rua. Neste modelo de estruturação econômica, as políticas sociais não são prioritárias, o que se reflete, principalmente, na situação de vida dos mais pobres, como a população de rua. A maneira como são dirigidas e efetivadas as políticas sociais não permite sua integração como parte das decisões estratégicas do governo e, nesse sentido, atendem a necessidades maiores do Estado e nem sempre se efetivam como conquista dos segmentos que dizem atender.

Os movimentos sociais, bem como diferentes atores da sociedade civil fazem com que questões significativas de grupos específicos ganhem um lugar de relevância pública que configura um processo de publicização e obrigam, de certa maneira, a tomada de posição por parte de órgãos e agentes públicos. Por sua vez, quando estas questões são colocadas na esfera pública, elas podem constituir-se em objeto de políticas e determinar a instituição de novos direitos. Foi assim que, a partir das oficinas de cidadania e moradia realizadas na Casa-Lar e Convivência São Vicente de Paula, por exemplo, originou-se um grupo de reivindicação para moradia de idosos, o Grupo de Articulação para Moradia para o Idoso do Centro[49] – GARMIC. Esse grupo contou com a participação de representantes de movimentos sociais de moradia e dos idosos[50], o que deu suporte e impulso para sua organização. O GARMIC, por meio de negociações com a Secretaria de Habitação,

[49] Posteriormente houve uma "descentralização" das reuniões deste grupo, incorporando outras regiões da cidade, alterando o nome e passando a designar-se como Grupo de Articulação para Moradia para o Idoso da **Capital**.

[50] Participaram, neste momento de conformação do GARMIC, representantes do Grande Conselho Municipal do Idoso, do Fórum dos Cortiços, da União dos Movimentos de Moradia, do Movimento dos Sem-Teto do Centro, do Movimento Pró-Idosos e da Unificação das Lutas de Cortiços.

garantiu a elaboração de um projeto para a construção de moradias definitivas para idosos. Além disso, a articulação com os movimentos de moradia garantiu a concretização de um percentual destinado a idosos nos projetos conquistados por eles.

Em geral, o caminho trilhado pelos grupos sociais discriminados é o de se articularem, construírem consensos e se fortalecerem para enfrentar as adversidades, conquistando legitimação na sociedade[51]. Nessa tentativa de ampliação da publicidade de suas questões, ocorre uma institucionalização do grupo, ou seja, os idosos da Casa-Lar não ocupavam mais apenas aquele espaço, articularam-se com movimentos de moradia, inseriram-se no GCMI e representaram o segmento da população de rua no Orçamento Participativo da cidade, definindo, em algumas regiões, prioridade orçamentária para projetos com idosos de rua. Ampliou-se, desta forma, o grau de publicidade desse grupo nos espaços de negociação política. É importante ressaltar, no entanto, que este processo não ocorre sem conflitos, uma vez que o que está em jogo são interesses diversos entre Estado e sociedade (DAGNINO, 2002). De todo modo, importa enfatizar que tais processos têm como resultado a emergência de um espaço público, cujo objetivo é tornar públicas as necessidades de um segmento específico, neste caso, os velhos de rua.

3.2. A perspectiva dos moradores sobre o processo

Os relatos dos moradores apresentaram outras características que também descrevem a formulação do projeto da Casa-Lar. A visão deles enfocou principalmente o

[51] Conferir o Dossiê os movimentos sociais e a construção democrática elaborado pelo Grupo de Estudos para a Construção Democrática (1998/1999).

relacionamento e o incômodo com os colegas de moradia e mostrou uma noção fragmentada sobre como o projeto tinha se iniciado. Apesar disso, observou-se que eles tinham conhecimento sobre a existência de um movimento de idosos que reivindicava moradia previamente a sua entrada na Casa-Lar.

A convivência com os moradores da Casa-Lar mostrou que alguns deles não concordavam com a estrutura e organização da instituição. Com o tempo, um dos moradores explicitou que o projeto não havia saído da maneira que ele imaginava, existiam divergências entre o que viviam na instituição e o que desejavam como projeto. As críticas envolviam a descrença sobre a possibilidade de conseguirem uma moradia definitiva e sobre as atribuições e responsabilidades deles dentro da casa. Uma das propostas levantadas por este morador foi de um sistema de "locação social" que, na sua visão, funcionaria como uma pensão em que a pessoa tivesse que pagar uma quantia irrisória para permanecer durante a noite. Assim, seria um local individual e ofereceria melhores condições que um albergue.

Alguns idosos que vinham dos albergues e freqüentavam as reuniões constantemente pediam vaga na Casa-Lar. Eles não compreendiam como havia somente 16 pessoas num espaço tão grande quanto aquele: “Mas eu só queria um cantinho para colocar um colchãozinho e dormir sossegado”, disse um deles, certa vez. No momento em que isso se manifestava, as supervisoras da casa argumentavam que eles tinham que incorporar melhor a noção do que era uma casa, para querer um espaço melhor e mais digno. A concepção dos idosos que estavam nos albergues sobre o que deveria ser um espaço para idosos de rua era divergente da proposta que se concretizou.

Durante uma reunião de discussão sobre moradia com os moradores da casa e com os conviventes, foi perguntado a eles o que desejariam como alternativa para sua situação naquele momento. Todos disseram que queriam morar numa casa individual, num local onde só existissem pessoas mais velhas para não terem conflitos com jovens, como problemas de barulho e que tivesse um aluguel com um valor pequeno para poderem pagar. Uma distinção entre os homens, em maior número, e as mulheres: os homens queriam, se possível, uma mulher para lhes fazer companhia, pois assim elas cuidariam deles, fariam comida e passariam suas roupas. As poucas mulheres que estavam no grupo, dentre as idosas, foram enfáticas em afirmar que elas não queriam um companheiro, uma vez que seriam elas a cuidarem deles.

Um ponto importante levantado por essas pessoas: o desejo de viver longe de pessoas mais jovens, o que fazia sentido pois, nos albergues, eles eram desrespeitados pelos jovens. Isso também pode ser entendido como um reflexo de como a velhice é assimilada por esses idosos, um processo em que precisavam ficar longe de pessoas mais jovens como forma de proteção.

Os moradores da Casa-Lar entrevistados possuíam perfis diferentes. Dois deles tinham uma noção contextualizada sobre a Casa-Lar como uma instituição pertencente à Secretaria, que tinha o objetivo de promover autonomia, mostrando a incorporação do discurso da cidadania e da reivindicação por moradia definitiva. Os outros dois moradores possuíam uma narrativa fragmentada, desconheciam como foi o processo de criação do projeto da Casa-Lar, enfatizavam os conflitos existentes entre os moradores e o incômodo com essas pessoas por não seguirem as regras da casa. Assim, parte-se do princípio de que

todos os moradores e as peculiaridades de seus relatos são retratos daquela experiência e mostram menos um antagonismo e mais uma relação de complementaridade.

Nenhum desses entrevistados fez parte do grupo de discussões criado ainda em 1996/1997 na Casa de Convivência Porto Seguro. Por esse motivo, eles entendiam que a idéia inicial de criação da Casa-Lar surgiu a partir de queixas feitas pelos idosos a respeito das condições dos albergues, como se houvesse previamente um movimento de reivindicação por moradia para idosos. Os entrevistados eram, segundo seus relatos, bem vistos nos albergues que freqüentavam, o que indica este como um dos critérios para sua escolha pelas assistentes sociais para assim comporem o grupo de moradores da Casa-Lar.

Manoel, 62 anos, líder, morador da Casa-Lar

O primeiro entrevistado, Manoel[52], dormiu alguns dias nas ruas e estava há aproximadamente seis meses num albergue quando foi convidado, por volta de 1998, por um colega para ir à Casa de Convivência Porto Seguro, onde tomou conhecimento do grupo de discussão por moradia. Manoel participou de alguns movimentos de reivindicação ao longo de sua vida e tem dimensão da força política que o grupo da Casa-Lar adquiriu. Ele tinha 62 anos na época da entrevista e veio de Pernambuco; está em São Paulo desde 1960.

Ao chegar na casa de convivência, relatou que era diferente das pessoas que se encontravam ali e como prova disso a assistente social da instituição o tratou como se fosse "doutor". Além de participar das oficinas para criação da Casa-Lar, ele passou a trabalhar

[52] Todos os nomes foram alterados.

na instituição como jardineiro. Para ele, tudo se originou a partir dessa oficina que realizava discussões sobre moradia para idosos.

Para que a Casa-Lar pudesse se constituir como instituição e se fortalecer, Manoel apontou a necessidade de contar com a presença dos idosos nas oficinas e no local da moradia e, portanto, que aquele grupo de discussão era necessário para conformar a futura moradia:

> *"A Casa-Lar foi o seguinte: eu morava no* (albergue) *Arsenal* (da Esperança) *e tinha um velhinho, que era meu amigo, era vizinho de cama, (...) legal comigo pra carambra. A gente saiu pela rua, ele falou:*
> *— Vamos na casa de convivência?*
> *— Mas que casa de convivência?!*
> *Ele falou:*
> *— Lá na Porto Seguro.*
> *Eu não conhecia. Eu tinha outro perfil, tanto que a moça até me confundiu com doutor (...) Aí tinha um movimento pró moradia lá, tinha aquela luta por moradia (...) aquelas oficinas a respeito de moradia. Tinha aqueles movimentos por moradia, lá dentro (...) da própria Porto Seguro. O Firmino era um dos componentes. Era um dos artífices, dos incentivadores, dos líderes. (...) Aí precisava das pessoas para fazer oficina para poderem morar lá."*

Os motivos para que o projeto fosse criado foram as reclamações feitas pelos idosos que ficavam em albergues, que eram desrespeitados pela grande diversidade de pessoas:

> *"Porque havia reclamações a respeito do tratamento nos albergues. (...) É devido ao tratamento nos albergues, porque lá mora-se velhos junto com jovens, cachaceiro junto com não cachaceiro, maconheiro, lá tem de tudo no albergue, só não tem santo. (...) Mas tem maconheiro, ladrão, estuprador, pederasta, (...) tudo lá (...) gente de 18 anos, gente de 20, gente de 40 anos, tudo junto, ninguém respeita ninguém. Então, e a gente fazia essas reclamações (...)"*

Durante a realização das oficinas na Casa de Convivência Porto Seguro, Manoel coordenou algumas discussões sobre Reforma Agrária. Ele convidou uma pessoa do Movimento dos Sem-Terra e considerou a exposição do integrante do MST inadequada, tomando a decisão de fazer ele próprio a oficina sobre esse assunto:

> *"(...) eu fiz umas duas oficinas de Reforma Agrária, eu mesmo comandei, chamei um cara do* (Movimento dos) *Sem-Terra, para falar sobre Reforma Agrária; depois se enrolou todinho, aí eu tomei a conta."*

Um dos hábitos de Manoel era freqüentar bibliotecas nesse período de sua vida. A necessidade de obter informações sobre o tema da moradia fez com que fosse procurar nos livros o histórico deste processo, na tentativa de compreender por que, atualmente, há uma defasagem do número de moradias no Brasil. Nas reuniões realizadas na Casa-Lar, era comum ver Manoel apresentando dados e datas sobre processos importantes da política habitacional no país:

> *"(...) nesse tempo eu não estava muito dependendo de endereço, só para pegar livros na biblioteca. Eu pegava, mas eu passei só seis noites na rua, quando cheguei no albergue, o pessoal da Porto Seguro me dava aquele endereço, aquela conta de luz para eu pegar livros, essas coisas todas. Eu pegava livro na* (biblioteca) *Mário de Andrade aqui em cima (...)*
> *(...) só* (passou a freqüentar bibliotecas) *depois dessa situação, dessa situação de ir para a rua. É, porque antes não. Inclusive porque antes eu trabalhava, eu tinha minha casa, eu tinha, deixei bastante livro em casa. Bastante! Máquina de escrever, deixei escrivaninha, deixei livros... em casa, lá onde eu deixei a primeira mulher. (...) eu lia muito, eu li muito, eu li muito sobre Reforma Agrária, sobre moradia... Você sabe que eu conheço tudo de moradia? Por que moradia, por que o nome de favela... Moradia, tudo bem. Por que favela, sabe por que favela? Favela, muitas pessoas pensam que é devido uma frase latina,* favila, *e não é. Outras*

pessoas pensam que é por causa de... uma árvore que existia no morro da favela no Rio de Janeiro, que era chamada favela, mas também não é. Existe a favela, mas ela é, ela é do Nordeste brasileiro, da região do Nordeste, onde tem a zona da Caatinga ou agreste, na região do 'Vaza Barris', onde existiu a guerra de canudos, ali existia bastante e eu cheguei até a ver. Mas o nome favela é por isso. Vou falar para você, então. Não houve a guerra de Canudos? Não houve? Não foram as forças do Rio de Janeiro para acabar com o (Antônio) *Conselheiro e tudo mundo? Quando eles voltaram, em 1897, da Guerra, alguns soldados não tinham casas para morar. Certo? Aí o presidente, é... Prudente de Morais, que é paulista de Itu e filho de almocreves, sabe o que é almocreve? Tropeiro. Certo? Aquele que toca tropa de cavalo, de boi, de jumento, essas coisas todas. Então, forneceu, porque eles ganharam a guerra do pessoal de Canudos, e como gratificação deram umas casas, aquelas casas de madeira para os soldados que não tinham casas. E por isso favela. Porque era favela e era no pé do morro. E é por isso favela. Só que a favela é uma árvore do Nordeste brasileiro, principalmente na região do 'Vaza Barris' nos Canudos, chamada favela, é uma árvore cinzenta, que chamam de favela, outros chamam de faveleiro, mas é isso aí. E lá as tropas faziam manobras em Canudos, naquela região de favelas, por isso favela, os caras, os soldados batizaram aquelas casas de favela. Então, e foi a primeira favela oficial do Brasil, sabia? Depois que acabou a guerra, colocou o morro da favela, que ainda existe o morro da favela no Rio de Janeiro. Ali os soldados fizeram aquelas favelas. E foi a primeira favela oficial do Brasil e foi financiada pelo Presidente da República. Eu trazia para ler, trazia, às vezes trazia muito, porque tem uns livros lá que não pode trazer. E tinham outros que eu podia trazer, então eu trouxe, todos que eu podia trazer, eu pegava."*

Manoel participou ativamente da fundação do movimento de moradia para idosos, o GARMIC e, por conta disso, tinha conhecimento sobre alternativas de moradia na legislação, sobre a origem do termo *casa-lar* e de outras instituições destinadas a idosos. Manoel apontou a atuação das supervisoras do projeto da FABES como decisiva para que a Casa-Lar fosse criada daquela forma:

> *“* (O nome) *Casa-Lar fomos nós que colocamos depois. Existia a lei de Casas-Lares, você sabe que foi uma lei, não uma lei, um... como chama-se... um, é quase um decreto... portaria.*
> *(...) quando* (as supervisoras do projeto) *tomaram a parada, não fossem elas terem segurado daquela maneira, ninguém tinha Casa-Lar. Sabia? Foram elas que seguraram.”*

Ele referiu-se à Casa-Lar, ainda, como uma “escola de vida”. Ficou apenas sete meses na instituição, saiu porque encontrou uma companheira (também moradora da Casa-Lar) e foram morar juntos. Dizia que estava casado. A expressão “escola de vida” justifica-se por ele ter se sentido com esperanças novamente para constituir uma família e ter uma casa:

> *“A Casa-Lar para mim serviu como uma escola, uma grande escola (...) onde eu convivi poucos meses; desde as oficinas até a minha saída da Casa-Lar foram... 11 meses (...) Aquilo foi uma escola, aquilo foi um aprendizado, aquilo foi tudo, foi uma das melhores escolas que eu tive. Escola de vida, como um ambiente bom. Apesar de algumas coisas, mas foi um ambiente, foi uma escola de vida (...) como se fosse um bálsamo. Eu estava, sinceramente, antes de ir para a Casa-Lar, eu estava (...) um tanto quanto deprimido. Eu pensava até que não fosse mais ter uma família, ter uma casa... é. Emprego eu já sabia que não ia ter, porque eu já estava encaminhando a minha aposentadoria. Mas não é só emprego que deixa a gente feliz e não é só aposentadoria também. Às vezes você precisa viver feliz em todos os setores (...) com as pessoas, com os amigos, viver feliz.”*

A visão sobre os outros moradores da Casa-Lar é de que ali foi espaço de aprendizagem também para eles, especialmente em relação à convivência, respeito mútuo e trabalho. Manoel sempre trabalhou formalmente com carteira assinada e, no seu entendimento, os outros moradores nunca tinham trabalhado na vida como empregado,

apenas faziam “bicos”. Isso o distinguia dos outros, pois considerava que, na época em que eram jovens e podiam trabalhar, não havia falta de emprego como existe atualmente. Partia do princípio de que as pessoas devem viver a partir de seu esforço:

> *Eles aprenderam lá, (...) é que eles são (...) um pouco mal agradecidos se você analisar bem, mas, olha, a Casa-Lar foi tudo para eles. Eles aprenderam a conviver com as pessoas, aprenderam a trabalhar, porque eles não sabiam trabalhar, aprenderam a trabalhar em alguma coisa, porque eles faziam as oficinas ali dentro, trabalharam. Aprenderam a respeitar mais as pessoas, conviver com as pessoas.*
> *(...) E todo mundo lucrou com a Casa-Lar, as pessoas que moraram lá lucraram com a Casa-Lar, todo mundo. Primeiro que tinha tudo de graça, fazia às vezes trabalho, mas tinha comida de graça, ganhavam roupa, tinham médico (...). A prefeitura não arranjou trabalho para todo mundo lá? Para quem precisava? É que eu não precisava, não preciso, graças a Deus. Mas foi bom, sim, foi bom para eles sim!*
> (...) (Os moradores) *Não mudaram nada. Só mudou de, (...) nem mudou de rótulo, só mudou de endereço, não mudaram de rótulo. É a mesma coisa. Continuam acomodados, continuam esperando doações, sabia, doações de algumas coisas. É uma vida parasitária, certo? E acostuma-se a essas coisas, sabia? Acostuma-se. (...) A Casa-Lar serviu para as pessoas se conscientizarem que o homem não pode viver sem trabalhar, não pode viver sem se locomover, sem trabalhar, não pode viver sem ação.”*

Depois que se separou da companheira encontrada na Casa-Lar, Manoel sabia que poderia voltar para a instituição, mas considerou desnecessário por estar com sua aposentadoria, podendo manter-se e assim deixar uma vaga para outros que precisassem mais do que ele. Além disso, sofria de *diabetes* e não considerava a comida oferecida pela instituição adequada, preferindo alugar um local para si. A narrativa de Manoel mostra que a instituição era boa para os outros, que tinham mais saúde, mas inadequada para ele. O

aspecto que o distinguia era sua origem, veio de família rica e sempre trabalhou em bons empregos com bom salário. A Casa-Lar poderia oferecer-lhe algo apenas em uma situação de emergência.

Um aspecto importante apresentado na narrativa de Manoel foi o destaque pessoal adquirido a partir da Casa-Lar, sendo reconhecido por muitas pessoas e em vários lugares, o que para ele foi uma vantagem e só poderia ter acontecido por meio da experiência na instituição. Além disso, considerava-se uma referência para os moradores e para todos que freqüentavam o local, pois sempre perguntavam por ele após sua saída, dizendo sobre sua importância e reconhecendo sua liderança:

> *"Ela me deu um amparo, me deu ajuda, me deu respaldo, até fiquei conhecido através da Casa-Lar em muitos lugares, (...) então, tudo isso é vantagem. Para mim não, para todos eles."*

Pode-se dizer que Manoel dava um tom diferente às reuniões e motivava os moradores e conviventes da Casa-Lar. Após sua saída, houve uma insistência por parte de uma das supervisoras do projeto para que voltasse, pois ele agia como liderança para a organização do movimento de moradia. Sem este movimento, a proposta da Casa-Lar não faria sentido para ele. Apesar de se reconhecer como referência, Manoel incomodava-se por ser líder em um local como a Casa-Lar:

> *"Era bom, era bom, eu era uma referência lá, eu era uma referência. Era referência, era referência. (...) O pessoal só chegava lá e só procurava, até depois que eu saí, 'Cadê o Manoel, não está aqui?' Então, era assim, para as próprias assistentes sociais. Foi uma época, está bom, mas ser líder num lugar daqueles, eu não gostaria de ser. Porque tem que ser nivelado igual aos outros. Porque eu*

realmente era nivelado igual aos outros, porque eu não era melhor do que eles, porque se eu estou ali é porque é todo mundo igual, todo mundo no mesmo barco."

Houve pequenos conflitos entre Manoel e alguns moradores, mas em geral, considerava que se relacionava bem com eles. Um dos problemas da instituição era o fato de tudo ser gratuito, comida, roupas, médico, incluindo o trabalho que o projeto se encarregava de encontrar (as frentes de trabalho da prefeitura, por exemplo). Isso fazia com que os outros moradores se acomodassem e chegassem a mal-dizer a instituição, o que, na sua visão, era injusto. Ele reconheceu que a instituição não era ideal, mas sentiu falta da convivência com as pessoas quando saiu de lá:

"Veja bem, você vê que tinham pessoas na Casa-Lar que não queriam nada com nada. Não queriam nada com nada. São parasitas. (...) Pessoal da Casa-Lar eram boas pessoas, convivi com eles, foi uma escola, mas eram grandes acomodados. Muito acomodados. (...) Agora, aquelas pessoas que estiveram na Casa-Lar, alguns não trabalharam em tempo nenhum. E alguns até trabalharam agora, voltaram a trabalhar.

(...) Serviu para todo mundo, todo mundo sente falta da Casa-Lar, eu senti, eu senti. Não, porque não, olhando por um lado eu senti, senti falta do Heródoto, do Antônio, o pretinho, do Dirceu... O Almir, Valter, velho Valter, senti falta sim. De vocês, eu fui, eu saí porque eu tinha condições de viver sozinho, até de viver junto com alguém. Para quê aquele cara ali tomando o lugar de outro?"

Em sua avaliação, a Casa-Lar foi um projeto muito bom e único, pois serviu como modelo e paradigma para a criação de outros espaços, como o Sítio das Alamedas. A situação modelar da Casa-Lar trouxe o reconhecimento e o exemplo para outras regiões da cidade, além de atrair a curiosidade das pessoas em geral e da mídia. Apesar disso, o

projeto deveria ter reformulações, enfatizando menos as regras disciplinares e mais a conscientização das pessoas:

> *"Devia ter existido outros projetos daquele. Aliás, foi prometido, só saiu o Sítio das Alamedas, e no dia da inauguração do Sítio das Alamedas, o* (ex-prefeito Celso) *Pitta falou que ele ia fazer um Sítio das Alamedas, uma casa tipo o Sítio das Alamedas, tipo Casas-Lares em todas as regiões de São Paulo. E não fez, mas deveria ter havido outro, você sabe, ali foi um paradigma, foi um paradigma sim, serviu como modelo. Você vê que vinham as assistentes sociais, as jornalistas, jornais, essas coisas todas... entidades, veio gente de fora, gente de Minas (...) serviu de parâmetro, serviu de paradigma, serviu de referência para outras regiões, até para fora de São Paulo, então foi bom, sim. Foi um aprendizado. Eu também aprendi lá. Porque na vida, a cada dia a gente aprende. (...) Você sabe que mesmo sofrendo um sofrimento, às vezes, com um sofrimento você aprende mais. Sabia? Então, não é que eu sofria na Casa-Lar, eu vivia até bem. (...) aquela alimentação da Casa-Lar para mim não serve (...) eu sou muito enjoado para comer, ainda mais com esse problema* (diabetes). *Não dá, eu comi aquele tempo todo lá, mas também não gostava não.*
>
> (O projeto) *Foi bem preparado, mas precisava ter outras Casas-Lares, repito, (...) com um pouco de modificações, com modificações, não mais disciplina, mas conscientização nas pessoas. (...) Porque ali, sabe que ali passou-se muito a mão na cabeça. (...) Não na minha, que nem precisava, mas de muita gente ali. Então teria sido melhor. (...) todo mundo esperava que, inclusive eu, eu esperava que ali seria um lugar adequado para nós vivermos. E seria sim, foi sim! Agora, eu não me acostumava com aquela situação de viver de esmolas. Aliás, eu não concordo com essa, eu falo para você que as pessoas não deveriam ter acabado com a Casa-Lar, tudo bem, mas eu também não concordo com as pessoas viverem de esmolas, porque se as pessoas vivem de esmolas, eles se tornam uns parasitas. (...) Se eu não compro as coisas, se eu não compro nada, eu não pago para comer, eu não pago para lavar a roupa, eu não pago aluguel, eu recebo de alguém, no caso, a prefeitura. Eu estou vivendo de esmola, não é? Para mim era, até porque o homem tem que viver com seu próprio esforço. Não importa a idade dele, tem que viver com seu próprio esforço. E eu vivendo dessa forma, dessa maneira, eu estou*

vivendo com o esforço dos outros. Agora, o Estado tem culpa, também tem! Tem, o Estado tem culpa, claro que tem. Mas quem chegou naquela situação também tem. O resultado da Casa-Lar teria que ser, se acabarem as Casas-Lares tem que levar todo mundo para o GARMIC. Para uma moradia nova. Dele."

Esta narrativa mostra que a expectativa sobre o projeto era grande e ele considerava um local adequado para idosos viverem, apenas discordando da gratuidade de tudo. Com o fim do projeto, os outros moradores continuariam sem família, sem dinheiro e talvez voltariam para os albergues ou para as ruas. A única solução para essas pessoas seria participarem do GARMIC, pois assim conseguiriam passar para uma moradia definitiva, como foi o caso de outros moradores da Casa-Lar.

A reestruturação e, posteriormente, o fim da Casa-Lar aconteceram, segundo sua avaliação, porque os moradores não conseguiram organizar-se suficiente para dialogar com a Secretaria, faltou ação política dos moradores. A instituição deveria ser remanejada, mas não extinta. Ele reconheceu a Secretaria como causadora do fim deste tipo projeto para idosos. Um ponto importante sobre a instituição, narrado por Manoel, foi a controvérsia gerada por sua criação: ele entendia que não era um projeto de fácil aceitação pela Secretaria por seu custo, infra-estrutura e direcionamento, faltando uma visão social do processo:

"Veja bem, lá você (...) comia, você vivia às custas da prefeitura. Depois mudou. Agora mudou, por quê? Foi falta de (...) jogo de cintura. Dos próprios moradores, que não exigiram, que não se organizaram. Porque houve uma época que queriam acabar com a Casa-Lar e eu fui lá na Câmara. Mas... a Casa-Lar fechou, (...) aquele modelo, que ali é o piloto, ali é o modelo, o paradigma foi a Casa-Lar. (...) Então, não teria que ter fechado, faltou ação política. (...) o próprio pessoal da assistência social, da Secretaria. O próprio pessoal. E também faltou uma

> *exigência dos moradores. Dos dois lados, certo? (...) Os próprios moradores não queriam acabar. Não, quem queria acabar com a Casa-Lar, olha sinceramente, eu acho que foi a Assistência Social. A Secretaria. Certo, eu acho que foi. Eu acho que foi. E acho que o mesmo vai ser feito daqui uns dias com o Sítio das Alamedas. (...) Eu acho que não teve infra-estrutura, não teve base. Não teve base política, não teve base, não diria financeira, que isso aí é bobagem, mas não teve, não teve, não se preparou para enfrentar uma realidade futura. A própria SAS. Certo? Porque você sabe que uma casa daquele tipo, surge controvérsias, surgem... polêmicas, não é isso, essas coisas todas. Então, não souberam se estruturar ali, faltou estrutura, faltou base, faltou jogo de cintura, faltou conhecimento. Faltou visão social."*

Sobre o processo de "ocupação" da Casa-Lar, Manoel relatou que não havia comida, levou dois meses para que a Secretaria destinasse alimentos para eles. Não foi um processo fácil, não tiveram apoio institucional, mas tudo estava programado nas reuniões que faziam. A organização prévia, feita nas reuniões, auxiliou nesse processo:

> *"A entrada foi o seguinte: a entrada não teve comida, para começar. Só foi chegar comida no dia 2 de julho de 1999. Nós comíamos, sabe onde? Eles comiam lá no Coração de Jesus, na* (rua) *Dino Bueno e eu comia na Porto Seguro, porque eu trabalhava lá fazendo jardim. Então, só depois de um mês, só depois de um mês... mais de mês, no dia 2 de julho foi que chegou o primeiro fornecimento, inclusive fui eu que conferi. (...) não foi fácil, estava tudo, estava tudo programado, tudo planejado, mas demorou bastante. E as coisas não estavam assim, é... de uma vez, estava vindo aos pedaços. Chegava hoje uma coisa, outra vez outra coisa..."*

De acordo com sua concepção, Manoel afirmou que os velhos não devem trabalhar, apesar de considerar um valor importante para a vida; no entanto, ele expressou que, apenas por meio da conscientização e participação política, existe possibilidade dos idosos conseguirem fazer valer seus direitos, dentre eles, o da moradia.

Almir, 65 anos, morador da Casa-Lar

Diferente de Manoel, o relato de Almir concentrou-se nos aspectos da convivência dentro da Casa-Lar. Ele não chegou a dormir em albergues, estava há vários meses para ser despejado de sua casa e almoçava em uma casa de convivência na região central. Almir não quis relatar aspectos de sua vida antes da Casa-Lar; não é de São Paulo, mas morava há muitos anos na cidade e tinha 65 anos na data da entrevista.

Almir relatou nunca ter pensado sobre a origem do projeto da Casa-Lar, mas ouviu nas reuniões realizadas que as discussões começaram a partir das reclamações dos idosos que sofriam nos albergues, eram desrespeitados pelos mais novos e que, em geral, os serviços prestados pelos albergues eram muito ruins. No seu entendimento, essas reclamações ganharam volume e os idosos conseguiram ser "ouvidos" pelos vereadores, que criaram uma lei para beneficiá-los. Isso, associado ao pagamento de um pequeno valor dos idosos pela moradia e ao "bom senso" dos políticos, gerou ações para a população de rua:

> *"(...) eu vejo que foram essas pessoas mais velhas, aquelas pessoas mais velhas que viviam sofrendo nos albergues, que nem aqueles homens mesmo, que contavam que nos albergues, diziam que aquelas pessoas mais velhas que estão lá diz que são sacaneadas. (...) quem montou a Casa-Lar, porque eu mesmo não sei direito, mas o que eu vejo, o que eu sei, (...) foram os caras que moram, que nem o Firmino e outros que falavam lá para a chefe deles lá, aí disse que a chefe deles que tomava conta deles, reuniu com as outras, então inventaram isso que ela estava lá tomando conta deles, inventou isso aí e deu certo.*
>
> *(...) Eu tenho a impressão assim, vamos dizer, que nem você, você estava na Vila Mariana, aí você precisava de uma coisa para melhorar lá, você ia na sua chefe e você falava com ela. A sua chefe chegava e falava com a chefe dela, é por isso que*

aquilo ali via, um via ali, outro ia olhando, aí achava que estava tudo certo, aí continuava. (...) Eu penso comigo assim.

(...) eu penso que foram aquelas pessoas mais velhas que moravam lá e ficavam queixando para uma, queixando para outro, acho que caiu às vezes no ouvido dos vereadores, aqueles mais velhos lá, então surgiu isso aí para os idosos e depois dos idosos surgiu a lei, porque acho que muita gente sentiu, quer dizer, eu penso assim, que eu vi nessas reuniões aí, é só aquelas pessoas idosas, aí vai crescendo, vai crescendo, vai crescendo, aí fez esse negócio aí."

A forma como Almir entrou em contato com o projeto foi diferente. Ele fazia um serviço na região central e via todos os dias na hora do almoço uma fila de pessoas sem saber o que era. Descobriu que se tratava de uma instituição que oferecia almoço para pessoas desempregadas. Como ele estava em situação ruim, passou a comer no local todos os dias. Para Almir, este foi um dos piores períodos que passou, estava sem motivação e chegou a pensar em suicídio. Almir compreendia que foi "aprovado" para ir para a Casa-Lar e contou com o auxílio divino para isso:

"Depois me contaram que era uma entidade que dava de comer às pessoas quando estavam paradas. Aí eu fiquei lá, comendo, almoçando sabe, todo dia ao meio dia eu ia almoçar. (...) Menina, não tinha um mês que eu estava ali, um dia um funcionário chegou, um que tomava conta do povo que ficava na porta, disse:

— Olha, a prefeitura está fazendo uma experiência aí de uma casa que vai abrir para as pessoas que não têm casa, que não podem pagar aluguel, que já tem 50 anos; ela quer abrir, vai fazer uma experiência. As pessoas que quiserem assinar aqui...

Um bocado de gente assinou, só se você ver, um bocado! (...) Passado, acho que uns 15 dias, um mês mais ou menos, não me lembro mais, aí o funcionário chegou e disse:

— Ô, gente, hoje é dia do sorteio de quem assinou.

Aí quando todo mundo tinha acabado de almoçar, a funcionária chegou, pegou o livro e ele ficou assim... Aí, menina, vou te falar, foi Deus mesmo, foi Deus. Aí ela disse:

— Quem chama Almir aí?

Foi mesmo, eu falei assim:

— Eu.

Aí disse:

— Quem chama Antônio aí?

O Antônio:

— Sou eu.

— Vocês foram os felizardos de lá da casa que a prefeitura vai abrir.

Aí, chamou eu, chamou o Antônio. Pois é, só dois. Foi eu e o Antônio. Aí, assunte como Deus é bom. Ele marcou o dia de nós irmos, foi o dia, nós fomos lá, ele nos pegou, nós fomos a pé até a Casa Lar, eu e o Antônio. O Antônio não podia andar muito, nós andávamos e descansávamos, que o Antônio não, por causa do ar. Aí nós chegamos lá, entramos e já tinha aqueles outros, um bocado que estavam lá, estavam o Dirceu velho, o Fernando, estava aquele outro que bebia, estava mais outro que não ficou, estavam todos lá, de onde as entidades marcaram para ir, eles foram. Aí nós ficamos essa turma da gente lá."

O projeto demorou a ser efetivado porque era necessário "limpar a casa" e por isso foi solicitada a ajuda dos idosos nesta tarefa. Para Almir, as supervisoras foram as responsáveis por marcarem as datas da limpeza e da entrada na instituição. O principal aspecto em que a Casa-Lar contribuiu para ele, foi a disposição para trabalhar novamente e a possibilidade de encontrar trabalhos por indicação de funcionários da prefeitura:

"Aí quando foi no dia, quando foi, estava demorando um pouco, porque precisava limpar a casa, aí ela falou para os caras lá da obra que nós podíamos dar uma ajuda na limpeza. Aí marcou o dia, nós fomos lá e limpamos tudo. Tiramos a metade da sujeira, botamos para baixo, varremos, lavamos para adiantar mais. Aí

quando foi no dia que ela falou que era para nós irmos, nós fomos, e levamos as coisas, deixamos lá e fomos morar lá. E fomos morar lá.

(...) Depois que eu estou morando lá, teve uma senhora que mora ali na (Avenida) *Angélica, ela é viúva de um engenheiro. Disse que ela chegou lá na prefeitura, conversou com a* (assistente social)*, se nessa turma, ela disse que sempre ia lá conversar com as funcionárias. Conversar com a* (assistente social) *se não tinha alguma pessoa que sabia pintar, trabalhar de pedreiro... Mas eu tinha já falado para a* (assistente social) *e para todo mundo lá que eu era pedreiro, era pintor. Aí ela falou:*

— Tem sim.

Aí chegou, falou comigo, eu cheguei, fui no apartamento da mulher, a mulher me arrumou, levou lá no serviço, aí na (Avenida) *Brigadeiro Luiz Antônio. Chegou lá, empreitou o serviço comigo, eu fiz o serviço, ela gostou muito de mim, gostou do meu serviço, disse que eu era um cara honesto, direito. Bem, aí eu fiz o serviço dela todo. Quando eu fiz o serviço dela todo, que ela me dava dinheiro toda semana, ela me dava. E eu, graças a Deus, fiquei mais alegre. Aí, quando acabou lá, eu peguei o sábado e pus uma banca de chocolate aí na* (rua) *São Luiz, mas só que o prefeito perseguia muito. (...) para mim foi muito bom porque é um lugar que, se a pessoa compreendesse essas pessoas erradas, que nem aqueles bêbados que ficam andando para o meio da rua, em qualquer lugar errado, chegou lá, viu que modo que é a vida. Se eles compreenderem, quando eles saírem de lá, eles sabem que não é aquilo que é para viver no mundo. Que se tiverem bons pensamentos, se tiverem boas idéias na cabeça, eles sabem como é que é para viver. Para viver tudo direitinho, com as pessoas direitas, ser honesto, não andar com cachorrada, não andar com maldade ruim... mas tem gente que nasceu torto, acho que morre torto, não entra na cabeça deles mais não. (...) A* (ex-prefeita) *Marta* (Suplicy) *deu emprego para ele* (outro morador) *e é por isso que eu falo bem dela, um homem de setenta e tantos anos, que ninguém quer de jeito nenhum e ela deu emprego para um homem desse, de setenta e tantos anos. Pegou seu dinheirinho, juntou e hoje está morando num quarto, não sei quem foi que alugou, mas está morando num quarto. (...) Quer dizer que para umas pessoas dessas, melhorou bastante, porque tem coisa boa na cabeça."*

A Casa-Lar foi um projeto bom, segundo o relato de Almir. No entanto, havia problemas com os outros moradores da instituição. Esses eram, por natureza, "errados" e a convivência na casa com outras pessoas deveria ensiná-los como era ser "direito" para que pudessem passar da instituição para uma moradia definitiva. Ele, por sua vez, já sabia conviver com "gente"; assim, considerava as ações da casa importantes principalmente para os que não sabiam conviver com outras pessoas. O relato de Almir mostrou que um dos problemas da instituição era a adequação das pessoas às normas de funcionamento. Se os outros moradores não ficassem bêbados, a convivência seria melhor; o problema estava na falta de compreensão das normas por parte deles. O estabelecimento de regras severas era fundamental para o bom andamento da casa:

> *"Aquelas famílias, aquele povo; eu não era acostumado com esse povo de rua, sabe, um povo todo ignorante, não conversa direito... Diziam que eu era metido a bom, que eu não conversava com eles, que eu. Aí a* (supervisora) *chegava e falava assim:*
> *— Não, vocês não falem isso com ele não, que ele é gente boa, porque ele não é acostumado nesse meio.*
> *(...) eu agradeço por ter falado isso. Eu ia conversar com um, não era.... que nem a gente na vila* (onde morava) *brinca:*
> *— Ô, não sei o que...*
> *Esse povo de rua não tem essa brincadeira não. É tudo largado.*
> *(...) Você vê os bêbados, pelos bêbados você tira. Você vê, chegou a* (coordenadora), *foi uma mulher direita. Botou ordem na casa. Botou ordem, que ela fez advertência. Aí tinha mau elemento que não compreendeu a advertência, não entendia a advertência, que nem o José mesmo, todos os outros compreenderam a advertência; o Ari compreendeu, disse que não ia, falou para mim:*
> *— Ó, Almir, eu não vou beber mais porque eu não vou perder a minha comida, não vou perder minha morada.*

> *E não bebeu mais mesmo, não. Mas depois que a* (coordenadora) *botou essa lei da advertência, ele não bebeu mais e disse:*
> *— Eu quero ir para a frente.*
> *E já está morando num apartamento. (...) os maus elementos que iam morar é que faziam aquelas, que nem você via lá, aqueles maus elementos é que faziam, aí faziam as funcionárias tomar ódio, às vezes falavam lá para a diretoria que não queriam ir mais lá, que não queriam ficar lá, eu não me queixo nada de funcionário, eu me queixo foi dos moradores ruins que faziam as funcionárias se desgostar e não ir mais e ir falar para a chefe delas lá, eu penso que isso é que arruinou mais um pouquinho o negócio da Casa-Lar. Mas se não fossem os maus elementos que foram morar lá, eu penso que não tinha nada de errado, estava tudo bom. (...) Olha, o que eu vejo é o seguinte aí, esse povo que está na rua, que ganha um trocado, o aposentado, ou de outras coisas, quer dizer que eles achando, que nem a* (ex-prefeita) *Marta* (Suplicy) *fez aí esses apartamentos para a pessoa ir morar, ir pagando uma taxazinha, que dá para eles pagarem, para mim não tem coisa melhor do que isso para esse povo que pensa na vida e pensa neles. Agora, esse povo que tanto faz o rio subir para cima como descer para baixo, para eles não serve nada. Agora, as pessoas que pensam na vida, pensam nele, recebe um dinheirinho por mês e fica lá com o juízo dele sossegado, chega lá para dormir sossegado, levanta e toma o seu café sossegado, quando é no dia de pagar, paga certinho, a pessoa que pensa isso, para mim não tem coisa melhor."*

O relato de Almir reproduz a visão da instituição sobre quem vive nas ruas. Os "maus elementos" da casa fizeram com que as funcionárias se queixassem para a supervisão, o que teria resultado na mudança da estrutura da Casa-Lar. Para Almir, se todos fizessem suas tarefas corretamente, a Casa-Lar ainda existiria como foi projetada. Seu relato enfatizou o caráter punitivo necessário à instituição. Almir falou sobre a necessidade de lutar dentro da Casa-Lar, mas no sentido de seguir as regras e manter-se de acordo com a obediência às regras de funcionamento, especialmente com relação à limpeza:

"(...) eu sabia viver com todo mundo, principalmente com as funcionárias e com os caras que chegavam errados, de primeiro que era eu que era contra, e muitas pessoas às vezes me criticavam, mas os funcionários sabiam que eu andava certo, que eu só falava assim, se é o dia da limpeza do quarto, por que ele não fazia logo o dia da limpeza dele? Por que, não é para fazer tudo direitinho? Tem que fazer direitinho. Deu o dia dele, tinha que fazer. Aí não faz. O outro que fez, achava ruim, ia reclamar e eles achavam ruim. Então ia reclamar também quem não fizesse direito. Toda a vida isso eu era contra o cara que era errado. Quando ia limpar a cozinha, tinha que limpar os vitrôs (...) Nós limpávamos todos os vitrôs. O dia que não era eu, eles não limpavam. Limpavam os outros lugares, a pulso. Aí quando chegava, eu falava em reunião:

— Será possível que só eu, o Dirceu e o Ari limpamos os vitrôs, os outros não limpam?

(...) a pessoa que estava lá sabia que eu só falava a coisa que era errada. (...) Às vezes eles ficam me criticando, me dizendo que eu estou mandando na casa. Mas a funcionária mesmo, dizia assim:

— Não, ele fala, mas é que ele vê o que está errado, ele viu que ele está errado.

Mas por detrás ela falava para mim:

— Oh, o seguinte é isso, você não fica reclamando muito com eles não, que eles acham ruim.

Aí eu falava:

— Não quero nem saber! O que é certo, é certo. Agora, eu vou fazer, só eu que vou fazer as coisas certas e eles não? Por quê? Se eu faço certo, eles estão morando lá também e eles têm que fazer certo. Quem está acostumado a fazer coisa ruim por fora, mas chega lá, tem que fazer certo.

Até hoje eu sou assim, não me conformo com o que está errado."

Dirceu, 78 anos, morador da Casa-Lar

O terceiro entrevistado, Dirceu, chegou em São Paulo em 1950, veio da Bahia e tinha 78 anos na data da entrevista. Ele sempre trabalhou como padeiro e também relatou nunca ter tido dificuldade para conseguir trabalho, mas não ficava muito tempo no mesmo

emprego. Bebeu muito durante toda a vida, sempre pernoitou nas ruas e foi preso por conta disso, porque naquele tempo "pegavam para assinar vadiagem". Dirceu passou a viver nos albergues porque a vida nas ruas estava ficando muito perigosa.

Dirceu começou a participar do projeto da Casa-Lar quando as discussões estavam avançadas e não sabia sobre a origem do projeto. Ele vivia num albergue e a assistente social o avisou de que a prefeitura ia inaugurar uma Casa-Lar, que não era presídio e não podia beber. Ela fez com que ele passasse no médico e o encaminhou para a casa. De acordo com seu relato, assim que soube do projeto, garantiram que ele ficaria na instituição. O motivo pelo qual ele foi escolhido pela assistente social foi o fato dele ser conhecido no bairro da Bela Vista e de relacionar-se bem com ela:

> *"A Casa-Lar foi quando eu fui lá para a* (Casa de Convivência) *Pedroso, a* (assistente social) *me avisou:*
> *— Dirceu, vai inaugurar uma Casa-Lar e lá não é presídio; lá não pode beber e você vai para lá. Você vai no médico aqui na, como é que chama, no hospital Vitorino Camilo, passa no médico, faz o exame e vai para lá.*
> *(...) Ela nos trouxe de ônibus da* (Casa de Convivência) *Pedroso aqui na* (rua) *Humaitá* (no Hospital Humaitá). *(...) Ela me escolheu, não sei por quê, eu me dou muito com paulista, me dou mais com paulista do que com gente da minha terra. (...) Dentro do ônibus, ela garantiu. Já pegamos a sacola de roupa, cobertor e fomos morar lá."*

Dirceu costumava beber na Casa-Lar e era uma das pessoas que incomodava os outros. Seu temperamento era considerado difícil e chegou a ser ameaçado de expulsão algumas vezes. Uma das dificuldades de convivência de Dirceu com os outros moradores foi explicitada em uma das atividades feitas com eles. Houve um período em que ele varria freqüentemente a calçada em frente à Casa-Lar. Em princípio, não haveria nada a se

estranhar, a não ser pelo fato de que ele não varria o restante da casa, mas fazia questão de varrer a calçada. Os outros moradores se incomodaram, porque perceberam que a vassoura estava extremamente desgastada, sem condições de uso. Com o tempo, observaram que Dirceu varria a calçada até a esquina, onde ficava um bar que o dono, gentilmente, cedia bebida para que ele varresse a calçada em frente ao estabelecimento. Com as reclamações, Dirceu comprou uma vassoura nova, mas impediu os outros moradores de usarem-na, porque *ele* a havia comprado, não era da casa. Os moradores, em geral, tinham que negociar este tipo de situação, gerando desconforto entre eles.

As regras impostas na casa contribuíram para que Dirceu desenvolvesse formas de continuar bebendo sem incomodar tanto os outros e passar ligeiramente despercebido, tais como fazer corretamente as tarefas de limpeza da casa, trazer pastéis da feira em que fazia trabalhos eventuais e ser solícito em outras atividades.

O trabalho de campo mostrou que ficar na casa alcoolizado era um dos critérios usados como ameaça de expulsão para os moradores. No entanto, isso não valia para todos. Muitos bebiam, mas os ameaçados eram aqueles que brigavam ou faziam muito barulho. Um dos moradores tinha seqüelas graves geradas pelo alcoolismo, mas era extremamente quieto, o que não incomodou a ponto de ser expulso. A imposição de uma norma que proibia o hábito de beber não impediu que os moradores mantivessem esse costume, apenas os fez encontrar formas alternativas de negociarem sua permanência na casa.

O relato de Dirceu traz uma descrição não encontrada nos outros moradores: segundo ele, o prefeito que inaugurou a casa disse que quanto mais casas-lares fossem construídas, mais aumentaria "a gente de rua", estabelecendo uma relação proporcional. Para Dirceu, a Casa-Lar também acomodava as pessoas, pois oferecia tudo gratuitamente:

> *"O* (ex-prefeito Celso) *Pitta e o padre* (Julio) *Lancelotti que estiveram lá para inaugurar (...) É para não ficar na rua, porque o Pitta, quando foi lá inaugurar a casa, falou:*
> *— Quanto mais nós fizermos casas, mais aumenta a gente de rua, que eles têm que ficar na rua por causa da sopa, por causa da cachaça.*
> *O Pitta falou lá quando foi inaugurar.*
> *(...) Mas a gente não tem juízo, não tem juízo. Eu dava graças a Deus quando fui morar na Casa-Lar... que ali eram quinze pessoas, era um sossego. (...) Para uns é bom, para outros não. Porque lá chegava muita comida, bolacha, pão, iguais àqueles que você pega lá de Mogi das Cruzes, aquelas caixas. Sobrava muito pão. Mas se botar comida lá, chegam lá umas dez caixas de manga, duas melancias, chegava uma caixa de banana, chegava terça-feira, quando era hoje, já não tinha mais nenhuma. Era muito desperdício porque não é deles, mesmo. Eles falavam:*
> *— A casa é da prefeitura, vamos comer mesmo."*

Apesar disso, Dirceu considerou boa a experiência vivida na Casa-Lar. Por outro lado, ele também teve problemas com os outros moradores e os considera responsáveis pelo fim do projeto tal como era estruturado. Seu incômodo era gerado principalmente pelo excesso de comida feita na casa e pelo desperdício dos moradores pois, na sua avaliação, eles comiam demais:

> *"(...) quando tinha comida eles comiam demais. Chegava abóbora lá de quarenta quilos, era chuchu, era tomate de dois tipos (...) Para que queimar a máquina de lavar roupa, o cara botava os cobertores grossos, pesados, ali. O motor não agüenta, aí queimou.*
> *(...) Mas a cozinha, ali era uma briga danada. Ali eu lavava arroz, descascava batata, descascava cenoura, mas tinha um cara ali, o Heródoto e a* (funcionária) *comiam muito, demais. (...) Porque tinha uns lá que se comiam demais, jogava, estragava comida, sempre tinha que pegar dois sacos de lixo para botar na porta todo dia. Tinha até briga com o José."*

A dinâmica de funcionamento levava Dirceu a ter motivos para desconfiar dos outros, uma vez que os moradores iriam contar para as funcionárias quando ele bebia ou fazia algo em desacordo com as regras estabelecidas, provocando conflitos entre eles:

> *"(...) eles não queriam que eu conversasse com as visitas. (...) Porque eu que marcava as visitas que chegavam. (...) aí eu sentava lá e começava a marcar.*
> *(...) o cara cochichar assim de mim, eu estou na cola deles. Porque ali mesmo, eles: — É, e não sei o que, e blá, blá, blá...*
> *A gente saía, ia para lugar perigoso encher a cara. Quando eu voltava, eles estavam sabendo"*

José, 69 anos, morador da Casa-Lar

O quarto entrevistado foi José, nasceu em Minas Gerais, mas foi criado em uma cidade do interior paulista. Veio para a cidade de São Paulo com 17 anos e tinha 69 anos na época da entrevista. Chegou a dormir nas ruas e passou um longo período vivendo em albergues.

José foi selecionado para entrar na Casa-Lar por meio da participação em oficinas de uma casa de convivência que freqüentava. Certa vez, contando sobre sua vida nessa oficina, cativou os coordenadores, que solicitaram aos participantes a sugestão de temas para discussão. Um dos temas propostos por José foi *política*, o que lhe rendeu a indicação para a Casa-Lar. O processo de seleção da demanda, segundo ele, demorou cinco meses e foi adiado por duas vezes:

"A Casa-Lar, eu não sabia, eu ia toda quarta-feira, eu ia no viaduto... esqueci o nome como que é, do viaduto (...) Lá no viaduto que tem o nome do albergue, e dava, quarta-feira davam almoço, a sopa, toda quarta-feira eu ia lá, fazia parte da reunião, porque tem que lutar. Eu ia na reunião, cativaram. Lá, tinha dia de ter trezentas pessoas, mas tinha esse negócio, o camarada contar como era a vida dele, darem carão no cara... Eles iam, chamavam um tema para discutir. Todos os temas que eu punha eram escolhidos. Eu falei:

— Discutir política.

Aí o cara, mas discordou, falou:

— Ah, que política, eu não vou discutir não!

Então cada um dava opinião e aí, chegava na hora, falavam, qual que tinha vencido? A minha."

As regras de funcionamento impostas na casa, na sua avaliação, eram muito rígidas, havia as regras internas e era obrigatório freqüentar oficinas, que também colocavam regras (algumas oficinas realizadas no início da instituição tratavam sobre higiene, saúde e nutrição). Poucos obedeciam as normas estabelecidas por completo. Algumas pessoas eram favorecidas por manterem um bom relacionamento com as funcionárias da casa e tinham um tratamento diferenciado:

"(...) o que eles queriam é demais. (...) Demais, era demais. Além de ter as regras da casa, ainda vinham as de fora. Não era só uma pessoa, tinha dia que tinha quatro oficinas. (...) Tinha a casa para zelar, tinha aquele mundão de gente para cuidar, tínhamos nós, elas (as funcionárias) *não punham a mão em nada, nós tínhamos que fazer e cuidar do povo da rua. (...) nós tínhamos que ser unidos, mas não era. O fuxico era muito forte. (...) precisa ter seleção. Para fazer um projeto daquele lá, precisa selecionar gente.(...) depois que saiu fora aquele pessoal* (as supervisoras do projeto)*, acabou. Aí virou o camarada impor, tomar conta. Ele fazer o erro, não tinha nada, não tinha nada com ele. (...) O projeto era bom, mas era mal administrado."*

Este trecho do relato de José mostra que o funcionamento da Casa-Lar deveria, segundo sua opinião, ser diferente e, assim, a prática divergia da proposta de co-gestão impressa no projeto inicial. Os moradores foram obrigados a receber os conviventes. Para José, isso era uma função das funcionárias da instituição ou de outra pessoa, diferente dos moradores. Para ele, deveriam ter assistentes sociais que possuíssem preparo para receber os novos conviventes e funcionários que divulgassem os trabalhos realizados nas oficinas. José, por exemplo, participou de oficinas de desenho e teve alguns de seus trabalhos apresentados em exposições sobre os moradores da Casa-Lar. Se tivesse investimento maior nessas ações, seu trabalho seria mais reconhecido e teria uma possibilidade de trabalho:

> *"Isso era um problema. (...) Nós não tínhamos que receber aquelas pessoas. Quem tinha que receber eram elas* (as funcionárias da casa)*, que tinham que sentar lá ou arrumar uma pessoa para receber pessoas. (...) Tinha, como eu falei para você, tinha que ter as pessoas (...) que cuidam só de gente, as pessoas que cuidam do povo, e aquelas pessoas que são da casa, o estúdio, para ficar um negócio para sair fora, que nem eu, passei um ano no desenho, se elas cuidassem de mim, se interessassem pelo meu desenho, eu hoje estaria empregado, eu estava ganhando dinheiro no desenho. (...) Nós fizemos três apresentações. Nós não iríamos lá para ficar fazendo comida. Nossos desenhos foram roubados, tem desenho meu que foi roubado (...) nós não podíamos arrumar uma pessoa para colocar os desenhos, fazer publicidade para nós termos uma ajuda? Aqueles desenhos eram vendidos, depois, bater mesmo com a cabeça assim, atrás da coisa, colocar num lugar, levar numa entidade, assim como exposição para venda e ajuda, que nem instalava lá na Casa-Lar, para vender (...) ficou naquilo, e acabou."*

Com a necessidade de cumprirem as tarefas de limpeza e alimentação da casa, restava pouco tempo para que os moradores se dedicassem a outras atividades, prejudicando-os, segundo José. O projeto de geração de renda, com as oficinas de bijuterias,

foi deixado sob responsabilidade deles e não funcionou. Alguns moradores centralizavam as ações e usavam o dinheiro recebido em benefício próprio:

> *"Geração de renda foi bem fundada, mas tinha uns ratos lá (...) Os colares que eu fiz, agora quando acabou* (a Casa-Lar)*, na mudança eu achei tudo. Os colares que eu fazia eram vendidos a dez cruzeiros. Vendia o que eu fazia, porque tinha aquele negócio de cores. Eu, que nem essa coisa que está aqui, eu olhava uma cor, olhava outra, achando que dava certo na base do desenho e ela* (a moradora responsável pela venda dos colares) *pegava e selecionava tudo. Agora, quando eu estava doente, ela foi lá um dia e (...) pegou os colares; estão numa caixa de sapato, todos os meus colares, deu para ela vender. Ela vendia a dez cruzeiros e os outros colares vendido a dois, três cruzeiros. O de dez, ela guardava, escondia, vendia tudo. Tinha colar que os outros também fizeram bonito, de pedra bonita, ela escondia, que ela que era vendedora.(...) Eu sabia. Eu falava, mas não adiantava nada."*

O exercício da *co-gestão* no funcionamento da Casa-Lar apareceu, para José, como excesso de responsabilidade em assuntos que eles não tinham condições e não queriam assumir, tais como a organização da geração de renda, manter o bom relacionamento com os outros moradores e acolher os idosos que ainda estavam nos albergues. A dinâmica do favorecimento de alguns moradores provocou o que José chamou de "política" dentro da instituição. Para contornar esse problema, a solução era manter-se bem relacionado com quem liderava essa situação. José também foi ameaçado de expulsão porque bebia e, segundo ele, os outros percebiam pelos olhos e pelo cheiro. Sentiu-se perseguido pelos outros moradores, que contavam às funcionárias quando o viam no bar, fazendo com que ele entendesse sua permanência na casa como uma "luta", processo que trouxe doenças, como, por exemplo, a hipertensão:

> *"Ele* (um dos moradores) *entregava meio mundo e dava palpite para castigar os outros. (...) fora podia beber, mas não ir lá* (para a Casa-Lar). *Mas é o seguinte: eu, eram os olhos e o cheiro. Até no olhar, na conversa. (...) se eu chegasse lá cedo, não entrava, esperava dar seis horas. Era um negócio em cima de mim... Em cima de mim era muito forte. Agora no final,* (os moradores) *andavam me caçando de bar em bar. Se eu estava dentro de um bar, eles falavam que eu estava bebendo. Iam contar para a* (funcionária).
>
> *(...) Para mim, foi muita luta. Muita luta. Doença, a pressão, pressão e hipertensão, eu peguei lá. Que o camarada, trabalhando comigo, perturbando, elas* (as funcionárias) *não olhavam. O Almir pedia para ela, para a* (coordenadora) *levar, que a gente precisava se tratar. Ela dizia:*
>
> *— Será?*
>
> *E dava risada. Pois que ela queria que eu fosse embora. O fuxico era muito forte.*
>
> *(...) Sofria muito. E eu agüentei a barra firme. Agüentei, agüentei, agüentei, até que chegou o meu dia de descansar e poder falar."*

Por outro lado, a luta empreendida por ele também se referia à participação no movimento de moradia e nas reuniões do conselho dos idosos:

> *"Aprendi muita coisa lá, aprendi... Não fui dirigente porque não quis meter a cara, porque o negócio era carregado, que nem o Heródoto, o Heródoto estava sofrendo as conseqüências daquilo, correr de noite e dia, batalhando pelos outros, sem ganhar nada e carregando doença. Mas se não, eu não quis ser conselheiro por causa da saúde, eu vou andar, eu tinha meus compromissos lá na casa, eu cuidava mais do que as mulheres que tomavam conta.*
>
> *(...) Tinha que ter interesse. Participar é interessar, ir na audiência, ir na votação, levantar o projeto, quando falassem alguma coisa, ajudar, tentar, como nós andamos aqui na rua aí, fazendo passeata, tudo."*

A proposta da Casa-Lar, para José, aconteceu por iniciativa da Casa de Convivência Porto Seguro, que passou a reunir os velhos num lugar específico para que os mais jovens não os incomodassem. José também relatou sobre um reconhecimento amplo da Casa-Lar. Pessoas de outros estados visitaram a instituição e foi a partir dela que a Secretaria abriu outras instituições para idosos, como o Sítio das Alamedas. Da mesma forma, o GARMIC ganhou visibilidade e ficou conhecido por várias pessoas:

> *"Ela* (A assistente social da Casa de Convivência Porto Seguro) *fazia reunião, teve a idéia dos velhos terem um lugar para eles, para ninguém, para os novos não mexerem com os velhos. (...) Aí foi aquela escola, como se diz, fazia aquela prévia que você viu lá, cinco meses, foi adiada duas vezes a nossa entrada.*
> *(...) Quando dá flor, sai para o mundo afora, porque* (a notícia) *foi lá para o Japão, Minas Gerais, Mato Grosso. Tudo, apareceu gente desses lugares aí. Minas, Goiás... assistente social do Japão, da Nipo* (instituição filantrópica)*, passou para o Japão e o rapaz de Osasco, pela Internet, disse que ia pôr na internet... que nem agora, está o GARMIC. A mesma coisa do GARMIC. Quem está lá dentro, aprendeu. Quem teve a idéia de lutar, que nem eu, que levei o negócio à sério, eu tenho o meu lugar, agora tenho endereço. Mas não foi dado, não. Não foi, que nem eu falo, o lugar não foi escolhido, não. Foi lá, gritando, teimando e pedindo, de estar colocando gente lá e nada de eu ir, porque eu estou na fila, eu sou o primeiro da fila. (...) Eu corri, e apareceu."*

Os outros moradores, na concepção de José, também eram acomodados e não se interessavam em participar ativamente do movimento. A passagem para a moradia definitiva se faria, necessariamente, por meio de organização e luta, sem o que não se garantiria a saída da instituição.

3.3. Entre o morar e o viver: a Casa-Lar e Convivência São Vicente de Paula

Uma das dificuldades enfrentadas pelos moradores da Casa-Lar, no decorrer do processo, foi a apropriação do espaço por quem não morava no local. Havia grande circulação de pessoas e a casa ficava suja, principalmente o banheiro. A medida sugerida pelos moradores era fechar os banheiros para os conviventes, segundo eles, os responsáveis pela sujeira. Os próprios moradores, quando entraram na casa, tinham dificuldade em manter o local limpo. Com o tempo, foram trabalhando a idéia de que aquele espaço era público, o que significava que era de todos. Os moradores fizeram um trabalho de "orientação" para os conviventes, auxiliados pelas funcionárias da casa, com o argumento de que, além do local ser para todos, havia mulheres que também usavam o banheiro, provocando um constrangimento para eles.

Os relatos demarcam alguns aspectos sobre a experiência vivida pelos idosos que moraram na Casa-Lar. Observou-se uma incorporação do discurso que as supervisoras do projeto faziam sobre cidadania, moradia digna e sobre a necessidade de participação. Incorporação esta que aconteceu mais substancialmente por alguns e menos por outros.

O caráter de "co-gestão" e de participação nas decisões da casa não ficou explícito pelos relatos dos moradores e não foi observado na prática durante o trabalho de campo. Após a criação e a entrada dos idosos na Casa-Lar, as supervisoras participaram menos do cotidiano da instituição, uma vez que tinham outros projetos para supervisionar. Como resultado, a prática se afastou do que deveria nortear-se pelo projeto original. Apenas alguns idosos mais experientes na ação participativa tinham o hábito de manifestar suas

opiniões, sem receio de sofrer punições pela coordenação da instituição. Esses mesmos idosos eram os que mantinham relações estreitas com as funcionárias da casa.

As normas estabelecidas na casa adquiriram um tom de punição no decorrer do processo. Se, no início havia um discurso sobre a participação dos moradores na criação dessas regras, com o passar do tempo isso se perdeu, configurando uma espécie de "estatuto" que ninguém ao certo sabia os motivos pelo qual havia sido criado.

Logo que os moradores entraram, por exemplo, vários deles chegavam embriagados e provocavam confusão na porta, fazendo com que a vizinhança reclamasse para a Secretaria, pondo em risco o projeto. No momento em que isso era apresentado, os próprios envolvidos comprometiam-se a não repetir o delito. No entanto, como ele necessariamente se repetia, o causador do problema da vez fazia com que se estabelecessem normas para proteção da instituição e dos outros. A prioridade era manter essa proteção em detrimento da conscientização do problema e mudança de atitude. A rotatividade dos moradores – alguns foram expulsos por brigas e alcoolismo – além de mudanças na coordenação e no quadro de funcionários da casa fez com que não fosse clara a razão da implantação de determinada regra.

As regras estabelecidas na instituição tiveram como conseqüência a reprodução das práticas sociais destinadas aos moradores de rua, que se refletiu no processo de expulsão dos moradores que não se adequavam às normas. Os moradores que facilmente se adaptavam à instituição não eram visados, o que não acontecia com os mais próximos ao modo de vida nas ruas. Desta forma, foi criada e reproduzida uma hierarquia nas relações entre os moradores e entre funcionários e moradores, que os diferenciava e melhor os tratava conforme estivessem mais adaptados aos esquemas internos da instituição.

A observação de campo, as informações de funcionários da instituição e os relatos dos moradores mostraram que a Casa-Lar acabou por reproduzir uma estrutura vigente de desqualificação do morador de rua e do idoso, fazendo com que os sujeitos desta ação política fossem duplamente marginalizados, uma vez que neles se sobrepunha a velhice e o mundo das ruas. Isso resultou em uma associação da imagem negativa do velho, composta pela teimosia, intransigência e decrepitude, com a idéia de vagabundagem e desleixo que perpassa a imagem do morador de rua. Apesar de o projeto ser considerado pelos idosos e pelas supervisoras como bom e inovador, sua aplicação não aconteceu conforme idealizado e deixou de lado alguns princípios norteadores da proposta inicial, que visava a autonomia daqueles que moravam na instituição. Isso acabou por promover a segregação e manter esses velhos no lugar em que eram vistos anteriormente a sua entrada na Casa-Lar, ou seja, pertencentes ao mundo das ruas e à margem da sociedade.

Apesar disso, o projeto funcionou como objeto de publicização de uma situação vivida pelos idosos no contexto paulistano, suficiente para ser o enunciador de uma política a ser efetivada pela administração municipal. O que se viu, no entanto, foi a ação política que se fez mais em nome dos próprios gestores e das demandas de um campo político, do que em razão dos sujeitos que dizia defender.

Outro aspecto a ser assinalado é que a Casa-Lar e Convivência São Vicente de Paula não se constituiu como diretriz suficiente para organizar uma política social que afetasse a cidade como um todo. O destaque e a repercussão dos idosos como atores sociais obtido dentro dos espaços de negociação política implicou em ações pontuais e paliativas, mas sem promover uma reestruturação da concepção vigente sobre os idosos que vivem nas ruas, mostrando a ausência de uma política efetiva e abrangente.

CAPÍTULO 4

OS VELHOS QUE PASSARAM PELAS RUAS

Ao conversar com alguém que passou ou que ainda vive nas ruas, aparecem peculiaridades na narrativa pertinentes a este mundo. FRANGELLA (2004) afirma que as histórias contadas por um morador de rua possuem uma cronologia irregular, os fatos são costurados de forma a trazer inteligibilidade ao seu interlocutor. Um passo inicial para estabelecer um diálogo, portanto, com quem vive nas ruas é ouvir essas histórias.

Essas histórias são parte constitutiva do cotidiano dessas pessoas, são narradas de forma fragmentada e enunciam relações e cenas que parecem remotas para quem ouve; no entanto, são repletas de vitalidade como lembrança, mostrando dimensões de suas vidas como a profissão, trabalho e demissão; as interações e conflitos familiares; os circuitos de migração pelo país; problemas de alcoolismo, psicológicos; desilusões amorosas e dificuldades de convívio social (FRANGELLA, 2004).

Essa característica ganha mais intensidade no caso dos velhos, pois como mostra BOSI (1994), a memória dos velhos revive o passado, uma vez que se encontram livres das atividades que pressionam os mais jovens. A memória, desta forma, tem sua função social. No caso dos velhos da Casa-Lar, o momento em que se encontravam lhes permitia estarem livres das pressões do trabalho, mas não da luta pela sobrevivência.

Nesse sentido o discurso dos moradores da Casa-Lar deixou transparecer uma necessidade de mostrar que eles não faziam parte do mundo das ruas. Desse modo, a fala deles apresentou uma passagem repentina para a rua, indicando a percepção de um

deslocamento bruto, de uma ruptura violenta e que mostrou, na verdade, o espanto e a incompreensão sobre uma nova situação que lhes era pouco familiar, tal como propõe FRANGELLA (2004). A narrativa dos idosos da Casa-Lar tentou manter traços de um passado que contrastava com seu presente, confirmando o que ocorre com outros moradores de rua.

Uma característica presente nos relatos dos moradores da Casa-Lar, observada no trabalho de campo, foi a reafirmação constante da diferença existente entre o narrador e os outros que estavam na casa. Consideravam que a justificativa de sua passagem pelas ruas era legítima, diferente da apresentada pelos outros moradores que estavam naquela mesma situação. Os outros, neste caso, é que pertenciam ao mundo das ruas, eles próprios, não.

Os moradores da Casa-Lar eram originários de diferentes regiões do país e, conseqüentemente, tinham hábitos diferentes, acumulados e assentados ao longo de vários anos. Isto gerava conflitos no momento em que realizavam tarefas conjuntas, tais como a limpeza da casa e a alimentação, momento em que cada um considerava apenas seu referencial como correto.

Nos primeiros encontros realizados e acompanhados na Casa-Lar, era comum ser feita uma apresentação de todos no grupo, pois sempre havia algum integrante novo. Em todas essas reuniões os moradores apresentavam-se com nome e sobrenome e, mesmo sem ser requisitado, contavam sua história com a justificativa de terem ido para as ruas. Após alguns anos, eles deixaram de se apresentar desta maneira e incorporaram em sua fala o complemento “sou morador da Casa-Lar”, deixando para trás as histórias de sofrimento. Este e outros pontos de referência – como “sou conselheiro do Grande Conselho Municipal do Idoso” – foram agregados às descrições de acordo com o momento em que se

encontravam. Reuniões realizadas posteriormente, juntamente com outros idosos recém chegados de albergues, mostravam o contraste entre estes e os moradores da Casa-Lar.

Com o passar do tempo e a convivência, a justificativa dos moradores sobre sua passagem pelas ruas mudou: perdeu o tom trágico e diminuiu a intensidade dos fatores externos que os levou às ruas. Alguns deles passaram a dizer "Fui para a rua por causa de bebida e mulher". Os idosos recém chegados dos albergues, quando participavam conjuntamente das reuniões com os moradores e relatavam as mazelas da vida que os levou para as ruas, provocavam um incômodo nos mais antigos. Os moradores, por vezes, os interrompiam e diziam que ali todos tinham enfrentado dificuldades e não deveriam ficar se lamentando.

FRANGELLA (2004) aponta que as narrativas dos moradores de rua iniciam-se com uma fala pronta e submissa a respeito dos impasses que os levaram àquela condição, responsabilizando terceiros e assim legitimando sua situação. Com o desenrolar da conversa, a realocação cronológica de fatos ou a inserção de outros fatores que podem ter contribuído para a mudança, passam a delinear a singularidade e a complexidade de suas trajetórias. A autora enfatiza que a desvinculação deles não é repentina como os relatos tendem a expressar, ela é mais gradual. Isto significa que os vínculos familiares, o trabalho e a saída e entrada nas ruas aconteceram várias vezes. Da mesma forma, os idosos que passaram pela Casa-Lar passaram por diversas rupturas ao longo da vida, na esfera familiar e no trabalho.

Outra característica presente nas narrativas dos moradores de rua, observada nos relatos dos idosos da Casa-Lar é a história adaptativa (FRANGELLA, 2004): a trajetória de perdas segue paralela e torna-se paulatinamente distante – mas não ausente – da trajetória

de adaptação deles, da sociabilidade e interação social que são geradas a partir das ruas. Apesar das condições desfavoráveis em que viviam, relataram o quanto se sentiam queridos pelos conhecidos das ruas, como nos conta Dirceu:

> *"É, a São Domingos, ali o pessoal me conhece. Perto do elevado que vai para a Lapa. Ali é pão italiano, ali eles me conhecem. Na Conselheiro Ramalho tem a esquina com a São Domingos, tem a rua São Domingos e a padaria.*
> *Até hoje tem gente que pensa que eu sou moleque ainda, com essa idade. Eu acordava quatro e meia, ia para a Bela Vista, dia de hoje, tem uma feira lá. Bem na esquina, tem o posto de gasolina, na Maria José, ali você pode comer pastel que eles me conhecem.*
> *Eu chego na Bela Vista no dia de hoje, a japonezada gosta de mim. (...) Eu conheço São Paulo todo. Ih, em todo lugar o pessoal me conhece."*

Os moradores da Casa-Lar afirmaram que no período em que chegaram em São Paulo, não encontraram dificuldades para conseguir trabalho e consideravam que a cidade tinha uma grande oferta de emprego. José aponta em seu relato:

> *"Eu consegui dinheiro e vim para São Paulo. Aqui estava em greve, uma greve terrível. Eu vim assim mesmo (...) É, no fim do ano. Eu estava com... dezoito anos. Assim uns dezoito mais ou menos, dezoito, dezenove anos. Aí arrumei, quando foi dia sete de janeiro, comecei a trabalhar. (...) De sapateiro. E não tinha emprego ainda. Estava de greve, igual agora. Mais ou menos em 1954. Aqui a greve era uma em cima da outra. Tinha bastante sindicato. De vez em quando tinha greve, greve de ônibus. Depois, na ditadura, acabou a greve. Depois entrou a avalanche de Nordeste, de nordestinos e eles trabalhavam de graça, quer dizer que o povo agora está trabalhando e não pode comer, não podem pagar aluguel, eles trabalham, porque eles não exigem salário."*

Da mesma maneira, Manoel relatou que aqui era o "Eldorado":

> *"Porque isso aqui foi o 'Eldorado'. Isso aqui era a cidade que mais crescia no mundo, na época, era a cidade que mais crescia, a cidade mais rica do Brasil, ainda é. Mas naquele tempo era isso aí. Existia trabalho, existia mais humanidade, as pessoas eram mais humanas, não existia tanto bandido, não existia tanto desemprego, não existia tanta falsidade, desemprego não existia. Não existia. Mandava-se buscar as pessoas de carros lá no Nordeste para vir trabalhar aqui em São Paulo. Não só no Nordeste, no resto do Brasil inteiro. Então foi isso aí. Aqui foi muito bom para se viver, foi muito bom para se trabalhar (...)"*

Para Dirceu, o motivo de vir para São Paulo também foi a oferta de trabalho:

> *"Aí chegou um alagoano, que tinha muito alagoano na Bahia. Ele falou:*
> *— Dirceu, vamos para São Paulo que lá você trabalha. Vamos largar Salvador.*
> *Era influente, chegou lá bonito, em Salvador, alagoano .. e me convidou. Eu vim. Eu tinha dezenove anos. (...) Aí eu falei para o pessoal lá que eu vinha embora de Salvador. Deixei uma casinha no largo do Tanque para minha irmã, (...) que são duas irmãs, deixei uma casinha lá com uma janela e uma porta só que me deram em Salvador, tem um dique, lá no Itororó, bairro para cima da Baixa do Sapateiro, eu peguei o trem, me deram roupa, tudo e eu vim embora. (O alagoano) ele estava aqui no sindicato me esperando, que ele já era padeiro (...) Me deram uma lata de biscoito daquela que tinha, aquela do Piraquê, antigamente era de lata, encheu de frango, farofa. É, eu vim comendo. Quando eu peguei o trem de madeira, na calçada em Salvador, eu vim comendo, mas encontrei uns colegas no trem, já vim bebendo, naquele tempo, fedendo! Naquele tempo não fabricava carro, era trem de madeira igual a São Paulo, que matou muita gente, ali para os lados da Penha, Arthur Alvim, Mogi das Cruzes. O trem batia, pegava fogo, descarrilava; agora tem trem bom. Não tinha metrô, não tinha nada naquele tempo, mas sempre trabalhei em São Paulo, trabalhei no Itaim Bibi, Joaquim Floriano. É, eu ficava sentado como nós estamos aqui e chamavam o padeiro no sindicato (...)"*

A constatação da velhice para os moradores da Casa-Lar estava relacionada com a dificuldade de conseguirem se sustentar, fosse por meio do trabalho ou da aposentadoria que tardava em chegar, o que implicou na passagem para as ruas. Manoel mostrou essa situação com a seguinte fala:

> *"Eu estava parado, não tinha dinheiro mais, larguei a mulher.*
> *Eu fiquei com pouco dinheiro e aluguei uma pensão, não é uma pensão, é uma vaga, ali na antiga Estação da Luz. Eu sei que deu para 5 dias. 5 dias. Mas eu tinha um dinheiro para receber. Mas não recebi nesses dias. Aí eu fiquei, falei:*
> *— Vou dormir na rua.*
> *Aí um rapaz falou:*
> *— Vai para um albergue.*
> *Aí eu falei:*
> *— Não, não vou para o albergue não.*
> *Aí dormi na rua. Larguei minhas coisas lá com o porteiro. Larguei todas as minhas coisas... Falei:*
> *— Eu volto daqui uns dias.*
> *Aí dormi 6 noites na rua. Mas foi terrível. Uma experiência... era tempo quente, mas não tinha cobertor, não tinha nada, minha roupa ficou suja, aquelas coisas todas.*
> *(...) eu já estava cansado de São Paulo. E até porque eu estava sem dinheiro, sem trabalho também, porque eu já tinha tempo para a aposentadoria. O problema foi a minha carteira que eu perdi, as primeiras carteiras, tinha 20, 15 mais 8, 23 anos, as duas carteiras, 23 anos de trabalho, e não deu para levantar, o INPS não levantava. Só levantava de 1975 para cá."*

Da mesma forma, José viu um prenúncio de que sua situação pioraria com o avanço da idade:

> *"Quando eu cheguei com quarenta e poucos anos, foi na Lapa, eu recebi o sinal, mas foi muitos anos atrás. Só pegavam gente de quarenta e cinco anos para trás.*

Quem tinha quarenta e cinco anos pegava, mais de quarenta e cinco anos... Uma firma boa na Lapa, não pegava. Mas eu percebi. Depois veio, quando foi em 1976... ou 1978... Daí quando começou mesmo, porque o emprego estava encolhendo, mas o povo começou a selecionar gente, mas o povo não percebia que estava faltando emprego. Foi indo assim, "é velho"... não deixaram mais a gente trabalhar em serviço pesado, começou assim. Foi indo, foi indo, quem tinha cinqüenta anos era velho. No meu caso trabalhei até 1995 porque eu tinha profissão. Era sapateiro e carpinteiro. Tinha muita obra, deixei o calçado, passei de carpinteiro. Já estava.... com meus... sessenta anos, cinqüenta e nove, por aí.
(...) afetou por causa da construção civil. Quando foi em 1994, 1993, começou a fracassar a construção civil. Aí foi duro. Só bico, bico e foi indo até que foi tombo mesmo. Não teve mais jeito."

Os relatos desses idosos apontam que, primeiramente, eles não estiveram sempre nas ruas. Em segundo lugar, eles consideraram os eventos vividos nas ruas como incomuns, não se reconheceram naquela situação como parte integrante daquele mundo.

4.1. A passagem pelas ruas e a vida pregressa

A rua oferece formas de garantir a sobrevivência e a manutenção de atividades como alimentação, higiene, descanso e trabalho. As estratégias desenvolvidas por José, por exemplo, apresentam-se no relato abaixo:

"Lavar a roupa, era difícil. Eu andava em Pinheiros, ia até uma vila que tem para lá em Pinheiros, onde eu lavava a roupa (...) um lugar que tinha água, tinha lá um pessoal, lavava roupa lá. Lá a mulherada secava, lavava roupa, tinha homem, tudo, tudo morava em favela. Era uma água encanada que tinha lá, tinha bastante, era um lugar num morro, aquelas águas que caíam das casas, encanaram tudo. Tinha tipo de um rio, vala. Fizeram tudo aquilo, era morro dos dois lados, fizeram as

casas, encanaram aquelas minas, botaram aquele lugar para correr, formava um corregozinho, mas não era esgoto, era só de água mesmo. Aquela água que caía não era esgoto, aquela água assim, era uma bica, aí chegava ali, lavava a roupa e punha para enxugar. (...) Com sabão. Comprava sabão, lavava, porque a gente tinha sempre um troco, arrumava um troquinho... Banho, eu tomava banho lá também. Não era todo dia. Era meio maloqueiro."

Dirceu também relatou a maneira como fazia sua higiene e alimentação:

"(...) eu comia na rua, eu comia na rua Taguá, no Exército da Salvação, mas não dormia lá. Aqui na Liberdade, tinha o Exército da Salvação, o capitão me conhecia muito. Depois eu ia também lá para a Cruz Azul, eu ia para o hospital Oswaldo Cruz, que tem os porteiros lá que me conheciam. Entrava no hospital Oswaldo Cruz, ia na cozinha, comia, me davam marmitex no hospital Oswaldo Cruz, na 13 de Maio. Eu nunca passei fome. (...) Lavar roupa, eu lavava no posto de gasolina onde eu tomava banho. Dia de hoje, tem um posto de gasolina na feira da, onde tem a (rua) *Maria José, Bela Vista, ali eu acordava 6 horas, limpava tudo, fazia faxina, lavava roupa, porque na* (casa de convivência) *não lava roupa (...) Eu ia só comer e tomar banho, mas, eu ia levar pastel para ela* (a assistente social da casa de convivência) *hoje, pegava pastel e levava para ela, palmito... aquela senhora que tem lá, e ela me dava roupa."*

Enquanto esses moradores da Casa-Lar estiveram nas ruas, encontraram formas alternativas de trabalho, dentre elas a de vendedor ambulante. Além disso, essas pessoas mantinham relações que os permitia auxiliar em trabalhos eventuais, como a entrega de revistas para bancas de jornal, varrer e limpar as mesas de bares que freqüentavam, (des)carregar caminhões no Mercado Municipal de São Paulo e outros. Os moradores da Casa-Lar tinham conhecimento sobre onde deveriam ficar para conseguir manter-se e, desta forma, reproduzir o modo de vida das ruas.

Essa habilidade em "se virar" foi mostrada por GREGORI (2000) com os meninos de rua. A *viração* possui um caráter duplo, ou seja, ao mesmo tempo em que é uma *estratégia* de sobrevivência material, é mediadora de posicionamentos simbólicos que estabelecem quem deve ser aquele sujeito que está nas ruas e, conseqüentemente, qual deve ser a forma de tratamento e as ações destinadas a eles.

No caso dos velhos, isso aparece nas relações estabelecidas com grupos de pessoas conhecidas e com as instituições assistenciais. Pode-se dizer que existia, portanto, uma *trama* institucional (GREGORI, 2000) que alimentava tanto a viração quanto a circulação desses velhos enquanto estiveram nas ruas.

No caso das instituições assistenciais, essa trama age de forma paradoxal (GREGORI, 2000), pois ao mesmo tempo em que acolhe, alimenta a situação em que as pessoas que vivem nas ruas se encontram, impedindo o rompimento com essa maneira de viver. Quem depende das instituições assistenciais transforma-se em objeto de disputa e, conseqüentemente, passa a pertencer a essas instituições. No processo de criação da Casa-Lar, a seleção da demanda ficou sob a responsabilidade das assistentes sociais das casas de convivência, que decidiam, sob seu critério, quem seria o idoso apto a ocupar aquele espaço.

Manoel relatou, por exemplo, a obrigatoriedade de seguir a religião das instituições que mantinham as casas de convivência ou os albergues e a "peneira" para conseguir vaga:

> *"Depois de 6 noites na rua eu fui lá* (no albergue)*. Falei com, não foi C.? Do GARMIC? Conhece? Tive a maior discussão com aquela C.! Eu lembro até que um dia ela falou assim:*
> *— Manoel, você é de onde?*

Eu falei:

— Sou nordestino.

— Está há quantos anos em São Paulo?

Eu falei:

— Quarenta e oito anos, 48 não, 38 anos.

Falou:

— É, tem tempo, você viu como é que você pode viver, hein? (...) Você tem estudo?

Eu falei:

— Um pouco.

— Um pouco ou não tem nenhum?

Falei:

— Eu tenho um pouco só, eu tenho um pouco.

Ela falou:

— Você, você é católico?

Falei:

— Sou católico apostólico romano e até estudei em colégio de padre.

— Tudo isto?

Falei:

— Tudo isto.

Ela falou:

— É, porque tem uns que chegam aqui e falam que são católicos e depois pregam a bíblia. Pregam a bíblia, pregam o evangelho aqui dentro e nós não queremos.

Ah, mas sabe o que eu respondi para ela? Falei:

— Senhora, no Brasil, existe, o Brasil é um país de católicos. Só que no Brasil existe a liberdade de culto. Você pode ser o que quiser, macumbeiro, protestante, padre, ateu, o que quiser. Existe a liberdade de culto. E, se existe uma entidade, que isso aqui é uma entidade que procura ajudar as pessoas, não pode haver discriminação.

Falei. Ih, a mulher quis morrer. Ela recebia as pessoas. Aí depois ela chamou o F., F. era o outro, acho que era assistente social. A peneira era passada por ela. Se ela queria, ficava:

— Ô, F., leva esse moço para você.

Aí começou a sabatina. Era forte. Passei limpo. (...) Passei e elas (as assistentes sociais) *me adoravam! Elas, nas missas eu cantava com o pessoal, lá, elas*

cantavam, eu cantava, é também, com o pessoal. Toda hora na missa de sábado eu estava. Eles não queriam que eu saísse!"

Manoel repetiu, em seu relato, essa mesma passagem pelo albergue, com elementos mais detalhados:

"(...) É, eu cheguei de manhã, eu cheguei de manhã. Não... olha, nesse dia eu não estava sujo porque eu fui na pensão e troquei a roupa. Tinha tomado banho (...) Estava uma tremenda fila lá. Eu era o número 18. Tinha um rapaz chamando, um assistente social (...) O nome dele é F. (...)

— Só vai entrar 18.

Aí eu fui, eu fui o décimo oitavo. Dormia gente lá, esperando. Tudo bem. Falou:

— Você já morou aqui?

Eu falei:

— Não, nunca morei.

— Não morou mesmo?

Falei:

— Não morei.

— Tem todos os documentos?

Falei:

— Tenho documentos, tenho sim.

Ele falou:

— Porque aqui sem documento não entra, nem com xerox!

Falei:

— Tudo bem.

— Não morou mesmo?

— Não morei mesmo.

— Olha, se você morou, você não vai ficar.

Falei:

— Tudo bem, eu não morei!

— Tem passagem na polícia?

Eu falei:

— Não tenho passagem na polícia.

Ele falou:

— Olha, se você tiver passagem na polícia é melhor você falar...

Eu falei:

— Mas por quê? Tenho cara de cadeeiro? Eu tenho cara de cadeeiro? Cara de cadeeiro e de anjo todo mundo tem, chefe!

Falei na cara, falei na cara.

— E outra coisa, ninguém julga ninguém pela aparência!

Falei na cara. Tudo bem. Aí fui direto falar com a dona, dona (...) da assistente social (...) é a chefe de todas elas, uma fera. Falou se eu era católico, falei que não era católico praticante, inclusive tinha estudado em colégio de padres e essas coisas todas, falei que era católico praticante. Ela falou que não poderia ser crente lá dentro, ser protestante, não ficar usando Bíblia. Eu até discuti com ela que existia no Brasil uma liberdade de culto, que você podia ser qualquer coisa, macumbeiro, feiticeiro, crente, presbiteriano, batista, evangélico, qualquer coisa e católico e que todos os caminhos levavam a Deus. Aí foi quando ela me entregou outra vez para o F., que era também assistente social. Aí ele já falou legal comigo, direitinho:

— Desculpe eu ter falado assim com o senhor e tal, eu sei que o senhor é inteirado e tal...

Falei:

— Não, inteirado eu não sou, se fosse inteirado não chegaria a uma situação de albergue. Acho que não tem nenhum gênio aqui dentro, morando, não.

— Mas tem gente inteligente aí.

— Não é inteligente, porque o sujeito que chega a morar em albergue, desculpe mas...

Aí falou:

— Esse é uma fera...”

Os benefícios de ser bem aceito na instituição vieram com o tempo:

“Aí ficou meu amigo, chegou a levar para almoçar na casa dele algumas vezes, então é isso aí. Não queriam que eu saísse de lá, não queriam que eu saísse! Dez

meses, não queriam que eu saísse! Lá se faz esse negócio de faxina por escala, sabia, lá também faz isso. Falou:
— 'Você, não é para fazer faxina. Se o S.', que era do plantão da noite, ' invocar para colocar você na faxina, manda ele falar comigo amanhã.
— Tudo bem.
Não queriam que eu saísse."

Nas reuniões realizadas com os conviventes na Casa-Lar, era comum ouvir depoimentos sobre as dificuldades da relação com os filhos. Em geral, eles dependiam de parentes para que tivessem moradia. No entanto, aconteciam conflitos entre eles e, especialmente com noras ou genros, levando-os a procurar outros lugares para morar. Um outro relato comum presente nos depoimentos desses conviventes era a necessidade de não ficar em casa para evitar os conflitos; assim, tinham o costume de fazer sua alimentação nas instituições assistenciais ou em programas estatais como o restaurante "Bom Prato"[53]. O fato de não terem aposentadoria para complementar o orçamento da casa os deixava em situação de dependência.

Outra característica presente nos relatos de alguns moradores da Casa-Lar foi a ruptura entre eles e a família de origem, ainda quando jovens. Manoel, por exemplo, passou por uma decepção com sua família e considerava-se muito diferente deles, tanto na maneira de viver quanto no modo de pensar:

"Ah, eu tive uma vida de rico, hein? Tive uma vida de rico. Nasci em Pesqueira (estado de Pernambuco) *no dia 25 de agosto de 1942, um dia de terça-feira. (...) Meu pai era rico, rico mesmo. Mandava numa região inteira. Era um caudilho.*

[53] Programa desenvolvido pela Secretaria de Agricultura e Abastecimento do governo do Estado de São Paulo por meio de convênios com instituições assistenciais sem fins lucrativos. Os estabelecimentos servem refeições diárias a um custo de R$1,00.

Esses coronéis a título comprados, certo? (...) Mandava até na polícia, nos políticos.

(...) Então, depois eu era muito, muito magro, muito raquítico, tive aquele problema de paralisia, meu pai gastou uma fortuna comigo, eu só fui entrar na escola, comecei a estudar com 6 anos. Muito problema de doenças. (...) Meu pai me trouxe várias vezes no Rio de Janeiro, em Belo Horizonte. Então, e entrei numa escola, fiz a escola primária, escola Alice de Brito, certo, era um aluno aplicadíssimo. Cheguei a fazer dois anos, fazer dois anos, naquela época era, não era raro, não era qualquer escola, eu cheguei a fazer dois anos em um ano. A segunda e a terceira série, eu fiz num mesmo, num ano. E a quarta e quinta também em outro ano. E era muito aplicado. Depois eu fui para um colégio de padres, fiquei em 1953, 1952 até janeiro de 1960. Quase oito anos no colégio de padre, meu pai queria que eu fosse padre, ele era muito 'carola', sabe 'carola', aquela pessoa que gosta de santo, de padre, de missa, sabe como que é? (...) ele era um tremendo caudilho. É, caudilho, é. Mas gostava muito de santo. Na nossa casa tinha um oratório, era um quarto que era um oratório mesmo. Aí ele levava todos os dias de manhã, essas coisas, eu fui criado nesse ambiente. Depois eu vim, depois eu tive, houve uma decepção comigo lá, aí eu me mandei para São Paulo.

(...) eu tive uma decepção com a minha família. É, eu não vou dizer porque fica chato (...) é que a minha família era uma família muito conservadora, muito 'nariz arrebitado', essas coisas todas, muito chique para aquela época e onde nós vivíamos era, então aquilo foi um escândalo. Era novinho, era rapazinho novo, eu tinha o que... na época, quando foi descoberto, eu tinha... 17 anos, mas eu comecei com uns 15 (anos)*. Namorar uma freira! Namorar uma freira. E meu pai que queria que eu fosse padre! (...) porque nós tínhamos, tinha engenheiro, (...)* (o irmão) *era médico, a minha irmã que é gêmea comigo, depois foi jornalista. É, eu sou gêmeo. E eu era o último dos pigmeus e ele queria que eu fosse um padre. Mas eu não queria ser padre, naquela época o padre usava batina, usava uma roupa parecida com vestido de mulher e homem tem que casar, não tem esse negócio. Eu era o caçula, só que eu era o capeta da família, eu era encapetado. Entendeu, eu era uma espécie de 'ovelha negra'. Mas foi isso."*

Da mesma maneira, José desvinculou-se cedo de sua família de origem e começou a trabalhar ainda jovem:

> *"(...) já era desligado. Já era, da minha família, porque eu saí da família com 14 anos. (...) só estávamos eu e meu irmão, meu irmão. Ele casou e eu não combinei com a minha cunhada. Falei com ele e saí, fui trabalhar em Getulina* (interior de São Paulo)*, fazer uma rodoviária lá, isso é trinta quilômetros de Lins, para os lados de Marília. Para os lados de Marília, Tupã... E de lá, eu trabalhei lá, acho que um ano e... oito meses, aí eu juntei um dinheiro e vim para Lins de novo; e em Lins, entrei na estrada de ferro e da estrada de ferro eu montei uma sapataria de sócio. Era um baiano lá de Lins. Ele tinha sapataria, mas não podia, não tinha capital para comprar as coisas. Eu entrei de sócio com ele, aí compramos vitrine, formamos uma lojinha na rodoviária. Daí foi o meu desespero, eu trabalhei com ele, aprendi a ser sapateiro, foi quando veio a falência. Mas não era 'falência'. Ele combinou uma falência falsa, ele, o fiscal de renda lá de Lins e levou tudo o que eu tinha. O fiscal chegou lá, multou ele 'de araque', fingindo e vendemos todas as coisas para pagar uma dívida, uma multa grande, mas... não era nada. Quer dizer que a loja, a parte da lojinha que eu tinha, perdi tudo. Isso eu estava com 16 anos."*

O relato trazido pelos moradores da Casa-Lar mostrou semelhanças entre suas vidas pregressas e o período em que passaram nas ruas, como, por exemplo, a mobilidade, a circulação e o trânsito entre uma vida mais formalizada (com casamento, trabalho e filhos) e uma situação fora dos padrões tradicionais, que envolve o trabalho informal e os relacionamentos eventuais.

Manoel rompeu com sua família, descrita como tradicional do Nordeste brasileiro, conservadora e mergulhada em relações de mando e subserviência. Ainda quando estudava

no seminário, soube da existência das Ligas Camponesas[54] por um professor-padre e inseriu-se no movimento. Manoel considerava essa experiência um contraponto aos valores de sua família e acabou deixando as Ligas Camponesas por um pedido de sua mãe. Apesar de ter sido uma importante fase em sua vida, houve hesitação em relatar esta e outras histórias de alguns períodos da vida, como, por exemplo, o relacionamento com a freira que o levou a romper com a família e a passagem pelas ruas. O rompimento com a família não foi definitivo, em alguns momentos Manoel manteve contato com eles. Além de morar em São Paulo, Manoel viveu um breve período no Rio de Janeiro. Nesta fase de sua vida, também relatou formas alternativas para sobreviver, incluindo tirar fotos na praia para vender às pessoas:

> *"Depois eu soube que minha mãe, eu soube que a minha mãe estava doente em Pernambuco, eu pedi a conta para voltar para Pernambuco, ver minha mãe. Quando eu cheguei lá, minha mãe não estava doente nem nada, fiquei com uma raiva, era para eu voltar, meu irmão falou, o que era engenheiro, e orientou toda a família, falou:*
> *— Manoel, então quer dizer que tu não vem ver a minha mãe?*
> *Falei:*
> *— Ah, um dia eu vou*
> *— É, mas se você vier daqui alguns dias ela morre.*
> *Aí quando chego lá, a velha está mais viva do que eu. Fiquei com uma bronca! Aí eu passei o mês lá, eu já tinha pedido a conta aqui, aí fui para o Rio, cheguei no Rio e fui trabalhar num escritório (...) Era uma firma de, era uma firma construtora. Fui trabalhar no escritório, só que o Rio era diferente de São Paulo, só passei um ano e meio. (...) lá eu morava num cômodo e cozinha, é um cômodo e cozinha. É uma vila de cômodo e cozinha, no Rio tinha muito disso. Um portão lá*

[54] Movimento formado por associações de trabalhadores rurais que reivindicavam direitos trabalhistas e a reforma agrária, foi fundado em 1955 no estado de Pernambuco, na região da Zona da Mata (BASTOS, 1984).

fora bem grande assim e lá dentro tinha, lá era 36 casinhas cômodo e cozinha. Cômodo e cozinha. Eu morava no 36. Então, mas o Rio era muito ruim para salário, mas o meu negócio era o Rio de Janeiro. Todo nordestino tem negócio com o Rio de Janeiro. Você sabe disso? O rio era, naquele tempo (...) era bom porque tinha trabalho, não tinha tanta malandragem, mas só que eu trabalhava de nove, não, trabalhava de oito às duas horas no escritório e à tarde sabe o que eu fazia? Batia fotografia na praia. Faturei horrores. Aquela mini-máquina de 35mm meio-quadro, aquela que batia 73 fotos, lembra? Ainda existe aquilo (...) Mas, ainda existe, tem aí usada, tem, tem, então ela batia até 73 fotos, 73 fotos. Ganhava horrores para fazer, monóculo, sabe monóculo? Isso, na praia então você faturava. De duas horas até, que era na beira da praia quase, até lá para sete horas da noite e às vezes também eu tinha flash, ficava à noite, faturava horrores, morava perto. (...) eu fui fotógrafo mesmo, eu era enjoado, eu batia bem. Porque eu tinha hobby já de bater fotografia, desde criança. Desde criança, eu tinha hobby."

Dirceu, de acordo com seu relato, desde que veio para São Paulo perambulou pelas ruas, tinha o hábito de beber muito e gostava de se divertir. Ele teve alguns relacionamentos, mas sempre transitou entre a rua, a cadeia e as pensões:

"Eu bebia muito e ninguém me alugava pensão. Isso foi de... 1980, por aí, eu já estava na rua, na (rua) *Condessa* (de São Joaquim, bairro Liberdade)*, dormindo naqueles carros velhos. Carro que fica na rua, dos mecânicos (...) Aí eu não arrumava serviço, aí arrumei companhia, se é para arrumar serviço, não achava serviço, começava a beber, ia para o aeroporto... ia arrumado, pegava o Diário Popular, que era em frente à rua do Carmo, que era o Diário Popular de antigamente. Você arrumava emprego. (...) Eu procurava serviço, mas eu achava mais é amizade. Eu ia para o albergue, esse albergue do... onde tem o INSS. Tem um albergue ali. (...) Você pode ver, quando são quatro horas hoje, tem uma sopa debaixo do viaduto da* (rua) *Major Diogo e a pessoa acostuma com esse negócio, não quer nada..."*

Os relatos mostram que esses velhos viveram uma situação liminar. Nas reuniões realizadas com moradores e conviventes na Casa-Lar, observou-se que trechos de suas vidas ficavam obscuros, como se suas histórias não pudessem ser reveladas. Com o decorrer do tempo, essas passagens apareceram: tratavam-se de experiências que beiravam a marginalidade e poderiam não ser aceitas por todos, fazendo com que evitassem alguns assuntos. A desconfiança sobre os moradores de rua e as noções de vadiagem e mendicância encontravam eco nessa postura dos moradores.

Em sua passagem pelas ruas, Manoel relatou um diálogo com uma pessoa que estava ao seu lado e que manteve uma postura de desconfiança sobre sua vida:

> *"(...) tem de tudo ali, viu? Aí um cara quis implicar comigo, falou, eu era barbudo:*
> *— Ô, barbudo, e essa barba aí, para que, para esconder as faces?*
> *Falei:*
> *— Não, não é, não tenho faces para esconder.*
> *— É alguma decepção?*
> *— Também não é.*
> *Falou:*
> *— É, esconder algum crime?*
> *— Também não.*
> *O cara da rua, né?*
> *— E para que raios que você usa essa barba grande?*
> *Eu falei:*
> *— Eu uso barba grande porque gosto.*
> *— Mas não seria bom que você cortasse?*
> *— Seria bom, mas eu não quero cortar, você vai me obrigar a cortar a barba?!*
> *— Não, não, não, não.*
> *Foi isso."*

Nesse sentido, a prática e a vida nas ruas faz com que os próprios moradores da rua não acreditem em quem está nelas. As histórias criadas para sensibilizar quem os vê têm como resultado essa desconfiança. Manoel relatou isso da seguinte maneira:

> *"(...) e outra coisa, não pode contar a verdade na rua. Eles não acreditam. O pessoal de rua não acredita. Não, se você disser que já teve as coisas, que já teve as coisas, que tem estudo, que já teve dinheiro, que já teve trabalho, eles não acreditam."*

O período em que passaram nas ruas foi considerado muito difícil por todos os moradores da Casa-Lar. Em seu relato, Manoel contou sobre o que sentia e que lembranças vinham à tona naquele momento:

> *"Pensava na minha família de Pernambuco, o berço que eu tive, a pessoa que eu fui, depois que eu trabalhei, vivi com meu esforço próprio, chegar naquela situação de miséria na rua. Aí não durmo mesmo, aí não dormia mesmo. Me lembra de tudo, lembrava de meus amigos, sentia até o cheiro, o perfume da relva do meu estado.Lá do meu estado, lá do meu estado de Pernambuco. Lá tem uma relva que chama de mintrasto. É como uma gramínea, sabe como é uma gramínea? É, é uma relva que lá é chamada de mintrasto. Que até eles tiram para dar para o gado comer, essas coisas todas. Quando a gente passa ali de madrugada, aquele cheiro, aquele aroma tão gostoso, certo, está caindo o orvalho da manhã, aquela brisa da manhã, aquele orvalho da manhã, fica cheiroso, perfumado. Sabe que nessa hora eu até sentia o perfume da relva? Depois de 40 anos, falei 'Caramba!'. Sentia mesmo! Então lembra tudo, lembra da mãe, dos conselhos da mãe, dos conselhos que os irmãos davam, que o pai dava, o seminário também, quando eu estava no seminário as pessoas lá do seminário, essas coisas todas. Lembra de tudo. (...) tinha sentimento de culpa. Eu tinha dúvidas. Eu falava às vezes, 'será que eu sou filho de Deus, será que eu mereço, eu que já fiz tantos favores' e fiz mesmo. Então, 'já fiz tantos favores, será que mereço mesmo essa, essa, essa culpa, mereço estar aqui? Será que eu mereço estar aqui?'. Eu pensei 'Acho que eu não sou filho de*

Deus'. Estar numa situação dessas, falei 'Tantos caras que mataram, roubaram', eu falava assim cá comigo, meus botões, 'Tantas pessoas que mataram, roubaram, estupraram, enganaram, tudo e estão bem de vida, até cresceram depois de tudo isso, e eu caí, no final de vida?!' Isso eu pensava. 'Será que eu sou mesmo filho de Deus? Ou não mereço ser filho de Deus?' Eu pensava assim. Mas que a vida da rua é, é ruim, é. É uma vida, é uma guerra, é uma guerra, não respeita ninguém... Eu vi um cara jogar uma pedra na cabeça do outro. Não sei nem se ele morreu. Um paralelepípedo, não tem esses paralelepípedos antigos? Pegou a pedra e jogou em cima do outro. Medo eu não tinha, não tinha medo de nada, você não tem medo na rua não. Quando chega na situação de rua não tem muito medo não. Não, não, você vira um bicho. Ô! Eu não tinha medo não. Eu não tinha medo não. Só, só pedia a Deus para Deus me guiar, somente, só isso. Eu tinha... sabe o que que eu pensava, eu tinha dó deles (dos outros moradores de rua). *Eu tinha dó deles, porque um dia eu falei assim com um rapaz chamado J., falei:*

— J., tu sabe que eu tenho dó de vocês, de você?

Falou:

— Por quê?

— Quantos anos você tem dormindo na rua?

Falou:

— Tenho quatro anos.

Falei:

— Ó, tenho dó de você.

Falou:

— E você, não está na rua?

Falei:

— Eu estou na rua, mas eu vou sair da rua, não vou ficar. E você vai ficar. Você já está acostumado na rua?

Falou:

— Já estou acostumado e não vou sair mais da rua. Vou morrer na rua, beber minha cachaça todo dia... se tiver meu cigarro de palha eu fumo, ou de papel, tudo bem, mas, não vou sair mais da rua. Foi Deus que me pôs na rua, eu não vou mais sair da rua.

(Ele) *já vivia há quatro anos. Já era velho, já tinha, era até mais velho do que eu. Sabe com quem ele parecia? Com o B., lembra do B.? Então, era a cara do B., até aquele risadinha e, que o B. tinha (...) eu falei:*

— Eu vou sair daqui.

Aí, uns falavam:

— Ih, dormiu uma noite na rua, não sai mais.

Os fragmentos dos relatos apresentados referem-se à vivência nas ruas de um grupo de velhos que passaram pela Casa-Lar. Nessas narrativas, a mobilidade apareceu como decorrência de um modo de vida que pertencia às ruas. No trajeto percorrido durante a vida dos entrevistados esse trânsito também foi observado: mudaram de cidade e moraram em lugares provisórios, como pensões e alojamentos de trabalho, ou ainda nas próprias ruas. No momento em que esses velhos passaram a viver nas ruas, a não fixação a lugares e pessoas tomou contornos mais intensos, ou seja, apesar de terem relacionamentos ao longo de suas vidas, eles não se mantiveram até a velhice e, além disso, a rede de pessoas conhecidas não impediu que eles fossem viver nas ruas.

Com isso, além do espaço das ruas caracterizar-se como liminar, configura-se no espaço físico no qual transitam em sua trajetória pela sobrevivência, revelando um modo de ser, de viver e, sobretudo, um modo de envelhecer nas ruas.

4.2. As histórias e seus contadores

As histórias contadas pelos sujeitos da Casa-Lar mostram que eles são atores capazes de dispor de recursos para situações novas e inusitadas, mesmo com a chegada do envelhecimento.

Os velhos moradores da Casa-Lar apresentaram, em suas narrativas, detalhes sobre a geografia da cidade. Eles referenciaram sua história em pontos da cidade, mostrando os locais onde dormiam, comiam e os caminhos traçados para chegar em alguma parte. O cotidiano deles incorporou esta dimensão geográfica, uma vez que dependiam da estrutura que a cidade oferecia e sobreviviam a partir dela. A própria concentração dos moradores de rua na região central foi relatada por eles como condição para sobrevivência, pois a maioria das instituições de assistência social e os pontos de rango encontram-se na região central da cidade. Além disso, conformado principalmente por escritórios e estabelecimentos comerciais, o centro apresenta-se com menor probabilidade de serem expulsos durante a noite, ao contrário dos bairros.

Como afirma BOSI (1994), "as lembranças que ouvimos de pessoas idosas têm assento nas pedras da cidade presentes em nossos afetos, de uma maneira bem mais entranhada do que podemos imaginar" (p. 443). As narrativas dos moradores da Casa-Lar tiveram como eixo os pontos de localização da cidade que percorreram e, por vezes, estes pontos entraram no relato como referência e comparação à época em que não estavam nas ruas, como mostrou Manoel:

> *"Eu fiquei, não tem a Escola, não tem uma escolinha, a Escola Mauá? A escola Mauá, aqui no Parque D. Pedro. Não, não é bem no Parque D. Pedro, essa*

avenida, a Rangel Pestana, não tem uma escola, tipo gótico, como chama, gótica, bonita, não tem a escola Mauá? Ali, eu dormia.

(...) Então eu dormi lá perto do Jaceguai. Não tem o Jaceguai? Não tem um viaduto grande ali? Que hoje está cercado? Então, eu dormi ali uma noite.

(...) Eu ficava muito ali, não tinha a sacada da São Francisco? Ficavam as pessoas ali, conversando, e ali o pessoal também dormia de noite, sabia? Uma noite eu até tentei dormir de noite, mas não deu. Na sacada. Não tem aquela sacada embaixo? Aquela entrada, não é bem uma sacada, é uma entrada. Então, eu ficava, não tem o metrô? Antes do metrô não tinha um lugar onde nós entrávamos. Que era como um banco, que não existe mais. Eu ficava ali, às vezes eu ficava até à Luz, até a Luz...

Naquele tempo, pelo pouco tempo que eu passei, o lugar mais perigoso era esse Largo do São Bento e no metrô. No Pátio do Colégio, no Largo do São Bento... aquela Ladeira... Ladeira Porto Geral, para sair lá embaixo, no Parque Dom Pedro, é perigosíssimo. Tinha muito pivete.

(...) Aqui em cima, é perigoso, tudo é perigoso. Ali para sair na São João, perto do Correio, é tudo perigoso, ali dá muito vagabundo de noite. Roubam, roubam.

(...) Na primeira noite eu dormi sem nada, na segunda noite eu arrumei um pedaço de papelão. Ali, perto do antigo Mappin, naquele Mappin da São Bento. No antigo Mappin da São Bento, não tinha um Mappin na São Bento? Conhece? Não lembra não? Era um Mappinho, que tinham aqueles Mappinho. Aliás, foi onde eu primeiro comprei fiado. Foi lá. Então eu estava, era umas dez horas da noite e o cara estava enrolando umas, guardando aquelas caixas para vender. Final do expediente, fim de noite. Aí eu pedi:

— Me dá um pedaço de papelão desses...

Ele falou:

— Quantos você quer?

— Ah, me dá uns três.

Aí me deu. Foi na segunda noite que eu dormi lá. Quando eu cheguei lá aí tinham outros que não tinham, aí eu também dei. Dividi, né?

Na realidade, primeira, segunda noite eu não dormi. Eu só fiquei lá, sentado... na terceira noite eu dormi. Terceira noite, mas dormi muito sobressaltado, no papelão. Aqui não tem banco, não tem cama.

(...) eu fui comer, não lembro o nome da freira... ela dava comida no Parque Dom Pedro... e eu comia. E também tinha aqui no Jaceguai, também dava comida de tarde. Aí eu pegava comida. Tinha que pegar umas latas assim, uns pedaços de garrafa, meia garrafa, no Jaceguai. E também aqui na Achiropita, não tinha a Achiropita? É, eu sei que no primeiro dia que eu fui na Aquiropita eu estava bem trajadinho."

Nesses locais Manoel podia descansar, ainda que em meio a sobressaltos. No caso dos moradores da Casa-Lar, o trânsito pelas ruas fazia com que não pertencessem a lugar algum; estavam longe de qualquer objeto ou vínculo que fizeram parte de suas histórias de vida. Nos primeiros contatos com os eles, pouco contaram das histórias de seu passado, a não ser aquelas comuns, vividas por todos (como as crises econômicas, a falta de trabalho e a passagem pelos albergues).

Uma tentativa de recuperar essas lembranças e de encontrar um fio condutor que ajudasse a resgatar suas histórias foi perguntar a eles, em meio a uma oficina de memória, se carregavam consigo algum objeto antigo, algo que estivesse com eles por longo tempo [55]. A resposta foi um unânime não. Insisti mais uma vez com o mesmo questionamento e a resposta também foi negativa. Olhava um por um e eles diziam que era difícil ter alguma coisa consigo, já que não tinham como carregar muitas coisas e constantemente eram obrigados a se desfazer delas, ou então pior, eram freqüentemente roubados por outros. Após nova insistência, um dos moradores disse que tinha algo que não sabia se serviria, mas era a única que carregava há muitos anos, inclusive pela sua importância: seu RG, o

[55] Ecléa Bosi trata dos objetos biográficos (MORIN, 1969 *apud* BOSI, 1994), que "envelhecem com seu possuidor e se incorporam à sua vida" (p.441) e afirma que, na velhice, os objetos que nos cercam assentam nossa posição no mundo e representam a experiência vivida. E para quem viveu nas ruas e foi despojado de seus bens materiais e simbólicos, o que seriam estes objetos?

documento de identidade. Como eles dependem de instituições e são obrigados a apresentá-lo para ter acesso a qualquer serviço, sempre a guardam consigo e a carregam com cuidado.

Nesse momento, todos lembraram de seus RGs, que era, de fato, o único objeto que lhes pertencia há muito tempo. As identidades se espalharam sobre a mesa, feito história que se conta. Pedi a todos que olhassem as fotos dos colegas. Começaram a comentar sobre as fotos, riram, notaram que um estava moço; outro disse que tinha tirado foto com boné, que "Onde já se viu isso?!"; outro dizia que o colega não havia mudado quase nada; alguns observaram que os outros tinham engordado e brincaram, dizendo que era porque estavam com a vida mansa.

Em seguida, pedi para que virassem o lado da identidade e dessem uma olhada em todas. Recolhi os RGs, verifiquei se tinham nomes de pai e mãe e, coincidentemente, todos tinham. Sorteei uma identidade e falei o nome daquela mãe, perguntando quem era. Imediatamente o filho reconheceu o nome e disse que era sua mãe. Começou a descrevê-la em detalhes, a falar o que fazia junto com ela e as coisas que ela fazia para ele na infância. Fiz isso com todos os documentos e vi a vida ser relatada através de um pequeno papel, apenas pela fala de um nome. Na seqüência fiz o mesmo com o nome dos pais e muitos relataram, por meio de suas histórias, o quanto tinham estado afastados de seus pais, por vezes pelo trabalho que os ocupava em tempo integral, por vezes pela severidade da figura do pai. A mãe apareceu como a figura mais presente e que, de certa forma, era cúmplice, mas sem perder a autoridade. A oficina terminou e vi o quanto eram profundas e repletas as lembranças.

A repercussão desta atividade foi expressa pela importância que os idosos atribuíram ao evento, pois consideraram significativo ter aquele momento de lembrança de

quem eram, de onde vinham e de quem eram seus pais e mães. José, que participou da atividade, afirmou que, depois da oficina, conseguia lembrar exatamente do rosto de sua mãe e da convivência com ela, que julgava estar esquecida. Na sua descrição, ele se sentia novamente alguém.

O desenraizamento (WEIL, 1954) está presente na vida desses idosos. Assim que entraram na Casa-Lar, mantinham uma postura inerte frente aos acontecimentos, chegando a dizer que nada mais lhes importava. No momento em que eles passaram a fazer parte de grupos de discussão por moradia, de conselhos de representação de idosos e de outros eventos em que passaram a ser reconhecidos como parte integrante de um grupo, pode-se dizer que foi resgatado o sentido de sua história.

WEIL (1954) trata o enraizamento como uma das necessidades mais importantes e ao mesmo tempo mais desconhecidas dos homens, pois é uma das mais difíceis de definir. Ainda assim, a autora afirma que o ser humano tem uma "raiz por sua participação real, ativa e natural na existência de uma coletividade, que conserva vivos certos tesouros do passado e certos pressentimentos do futuro"[56] (p.57). A participação natural deve ser entendida como o que é produzido naturalmente pelo meio social e, além disso, cada homem tem necessidade de múltiplas raízes; tem necessidade de receber quase a totalidade de sua vida moral, intelectual, espiritual por meio dos ambientes de que faz parte naturalmente.

O desenraizamento operário, o desenraizamento camponês e da nação foram descritos por WEIL (1954). Quando há supressão de todas as tradições de um lugar, ou

[56] Tradução de BOSI (1994), p.443.

ainda quando há dominação econômica que impõe uma forte influência estrangeira existe a possibilidade de desenraizamento. Quem vive o desenraizamento tem dois comportamentos possíveis: a inércia quase equivalente à morte ou a reprodução de uma atividade que tende a desenraizar. A noção de pertencimento é um dos elementos que mantém o enraizamento.

Paralelamente, BOSI (1994, p.443) afirma que os deslocamentos constantes a que a vida moderna nos obriga não permitem o enraizamento num espaço específico ou numa comunidade. Os velhos da Casa-Lar não tinham um local em que pudessem fixar-se, eles não pertenciam a lugar algum, eram genericamente caracterizados por outros como "população de rua", segmento heterogêneo e destituído de significado para eles.

Os velhos da Casa-Lar não se viam como mendigos, ou ainda como moradores de rua: "Ninguém mora na rua, pois a rua não é lugar para se morar", dizia Manoel quando ouvia falar sobre morar na rua ou sobre moradores de rua. O desenraizamento é desagregador da memória (BOSI, 1994), como foi possível observar nos moradores da Casa-Lar, que tinham suas experiências de vida e suas lembranças entrecortadas em função da passagem pelas ruas.

> *"Entre as famílias mais pobres a mobilidade extrema impede a sedimentação do passado, perde-se a crônica da família e do indivíduo em seu percurso errante. Eis um dos mais cruéis exercícios da opressão econômica sobre o sujeito: a espoliação das lembranças."* (BOSI, 1994, p.443).

FRANGELLA (2004) aponta que a mobilidade, que faz parte da experiência existencial da situação de rua, aciona o desapego material, a efemeridade de relações, a simplicidade e criatividade que adapta condições que são impostas a esses sujeitos. Os

circuitos nômades da cidade criados pela população de rua (MAGNI, 1994 *apud* FRANGELLA, 2004) não configuram culturas autônomas. Estes circuitos são segmentos em relação limiar com o mundo fora das ruas, pois esta população de rua diverge ao mesmo tempo em que depende do circuito que está fora das ruas. Isso permite afirmar que a população de rua faz parte da estrutura social em que vivemos. Assim, os velhos que vivem nas ruas fazem parte de um fenômeno que está relacionado com e, simultaneamente, é criado pela estrutura social.

A opressão e a humilhação foram relatadas constantemente pelos moradores da Casa-Lar. A partir de uma dinâmica de grupo realizada com eles, foi abordado o tratamento destinado a eles pelos albergues, uma das questões mais levantadas nas reuniões iniciais. Com uma dinâmica de teatralização, o grupo foi separado em dois e solicitei para que cada um deles escolhesse uma pessoa para interpretar um papel; um dos grupos elaboraria um personagem idoso que entra no albergue e o outro elaboraria um personagem que trabalhasse no albergue e fosse receber o idoso. A cena era a chegada pela primeira vez em um albergue. Os atores foram escolhidos: um homem e uma mulher. Outro morador fez questão de ser o porteiro do albergue. A mulher interpretou a idosa e o homem, o funcionário. No início, a interpretação foi bastante caricatural, principalmente por quem fazia o funcionário. Houve uma explosão dramática de agressividade vivida pelo personagem do funcionário. Enquanto a cena de humilhação da idosa se desenrolava, todos riam freneticamente. A idosa, no papel de humilhada, carregava uma "sacolinha" com os seus pertences. O funcionário a coagia e tentava ficar com a sacola, intimidando-a a não falar nada, "Senão seria pior!". No auge da cena, solicitei para congelarem e para que os dois "atores" invertessem os papéis. Houve uma surpresa geral. Os risos cessaram e a

mulher, agora funcionária, como num ato de vingança, coagia e humilhava o homem que fazia, então, o papel de idoso, passando imediatamente para a posição de humilhado. Silêncio.

A dinâmica foi pungente e enriquecedora – para eles e para mim. Todos ficaram emocionados e teve início uma sucessão de relatos sobre como se sentiam naquele momento e sobre como se sentiram nas situações semelhantes, mostrando a agressividade que sofreram e o desejo de revanche contra o agressor. Relataram humilhação, perdas e impotência, rompendo um silêncio que se mantinha até aquele momento.

Manoel, em seu relato, também narrou uma situação em que foi tratado de acordo com um papel no qual não se reconhecia, o de mendigo:

> *"Um dia eu fui tomar uma água e eu estava sujo. Aí eu tomei, foi aqui no Brás. Foi no Brás. Fui tomar uma sopa, ali na rua Ipanema. Não tem a rua Ipanema, onde tem uma sopa? Dos espíritas? Eu comi uma sopa ali umas três vezes. Aí eu fui tomar aquela sopa. Depois me deu uma sede, aí quando eu estou chegando ali, não tem o Bresser? Metrô Bresser? Na esquina da rua Ipanema não tem um bar? Na esquina? Aí, pedi um copo d´água. Eu estava muito sujo. O cara me arrumou um copo d´água e eu bebi. Eu falei:*
>
> *— Escuta, dá para o senhor me arranjar mais um?*
>
> *Ele falou:*
>
> *— Mais um copo d´água?! Está com tanta sede assim, bebeu tanto assim?*
>
> *— Não, não bebi.*
>
> *— Você sabia que isso aqui custa dinheiro?*
>
> *— E o senhor sabia que até o mês passado eu paguei conta de água?! E faz tempo. E parece que vai mais conta de água do que o senhor. E acho que eu conheço mais disso do que o senhor. Agora, se o senhor não quiser me dar água...*
>
> *— Não, eu vou te dar a água...*

— Pode me dar que eu estou com sede.

Me deu mais um copo. Mas eu não sei o que tinha na sopa, que me deu mais sede ainda. Eu não sei se foi agitação, aí quando eu chego lá na frente, uma senhora estava lavando o passeio. Era um dia de sábado, falei:

— Senhora, a senhora me deixa tomar dessa água?

— Meu filho, está quente a água.

Falei:

— Mas eu quero essa água.

— Está com tanta sede assim, eu vou buscar lá dentro.

— Não, eu quero essa aí mesmo.

Aí eu bebi, com aquele esguicho mesmo eu bebi. Estava com sede. Aí ela falou:

— Agora, você está mal, não está?

— Estou...

E estava dormindo na rua. Aí ela falou:

— Você quer um prato de comida?

— Quero... Eu quero um prato de comida.

Aí ela foi, ela não trouxe um prato, trouxe uma bacia, uma marmita de alumínio, mas daquelas grandes, que tinha as divisões. Em cima tinha uma baciazinha que eles colocam as coisas. Aí era feijão e arroz embaixo e carne e repolho. Repolho não, chuchu. Aí, eu falei, contei a minha história para ela. Ela pegou cinco reais e me deu na época. Ela falou:

— Ó, tem abrigo por aí, abrigo, albergue...

Eu falei para ela:

— Eu vou procurar.

— Mas senhor, amanhã não, que amanhã aqui é domingo, mas se segunda-feira você quiser comer, vem aqui meio-dia, traga essa mesma marmita que eu ponho comida para você.

Aí eu não fui mais."

GONÇALVES FILHO (1998) define humilhação como um fenômeno psicológico e político e assim, o humilhado atravessa uma situação de impedimento para sua humanidade. Há um despojamento material e simbólico durante a vida de pessoas que se encontram em situação de pobreza, afetando sua condição. Quem sofre essa condição exibe um enrijecimento do corpo a ponto de parecer desabitado. Os moradores da Casa-Lar, após o reconhecimento da instituição, passaram a ser representantes dos idosos em locais públicos. Com isso, eles precisavam freqüentar a Câmara dos Vereadores, o prédio da prefeitura e gabinetes de secretários municipais. Havia uma diferença entre os idosos que se tornavam representantes e os outros que não eram. Quando aqueles eram chamados para reuniões, colocavam a melhor roupa e sua postura formal era diferente do comumente se observava.

Um dos moradores, que se tornou representante no conselho dos idosos, além de mudar sua aparência, também mudou sua forma de falar. Se, anteriormente ele era uma das pessoas que mais se expressava nas reuniões e foi eleito exatamente por este motivo, após ser eleito tornou-se cauteloso, reticente, falava de maneira afetada, como um orador. Os locais públicos em que a presença dos pobres só pode existir como presença de subalternos, gera esse enrijecimento, essa postura que remete à humilhação (GONÇALVES FILHO, 1998).

O ato de caminhar da população de rua produz malhas liminares que percorrem a dinâmica urbana e articulam um meio de vida divergente dos padrões normativos da cidade (FRANGELLA, 2004). Produz-se, desta maneira, um território em movimento, marcado tanto pela transgressão espacial e simbólica da ordem urbana quanto pela imagem estigmatizada de estarem "fora do lugar". Pode-se, portanto, considerá-los em situação liminar.

Os relatos feitos por profissionais que trabalham com população de rua colocam esse grupo à margem, numa situação limite. O idoso acrescenta mais um elemento a este aspecto, pois ele está fora dos padrões geralmente valorados pela sociedade. Uma das supervisoras do projeto da Casa-Lar entrevistada considerava o idoso, principalmente aquele que está nas ruas, como alguém revolucionário, uma vez que entra em choque com todos os padrões comumente valorizados por nossa cultura.

Como afirma GUSMÃO (2003), o velho, como futuro, é uma ameaça e, como tal, a sociedade necessita colocá-lo sob controle e destituí-lo de independência para gerenciar-se e determinar-se socialmente. Assim, as regras criadas dentro da Casa-Lar reproduziram mecanismos de controle social, desconsiderando aqueles velhos como sujeitos de suas histórias e como sujeitos ativos de suas próprias vidas.

Pode-se dizer que os velhos que foram para as ruas e que passaram pela Casa-Lar viveram uma experiência de liminaridade, são sujeitos à margem. No entanto, a marginalidade sempre foi descrita como um estado potencialmente criminoso, o que foi questionado com a incorporação do conceito de liminaridade. Este, por definição, é um elemento essencial da constituição da sociabilidade para uma nova cultura, ou seja, o sujeito precisa estar nesse patamar para poder, primeiramente, deslocar-se de seu mundo e, posteriormente, passar para outro. A passagem pelas ruas exigiu dos moradores da Casa-Lar que deixassem para trás suas histórias para poderem se inserir na nova situação com que se depararam[57], experimentando assim, um novo modo de vida.

[57] A liminaridade, conceito originário da Antropologia, foi definido a partir dos ritos de passagem observados em várias sociedades (DAMATTA, 2000). Em geral, os ritos de passagem possuem três fases: separação, incorporação e a fase liminar, fronteiriça, que é paradoxal e ambígua. Esta última fase, nos ritos de passagem, tem como característica uma mudança em que o ponto de vista é deslocado, configurando situações, processos ou papéis inerentes à própria sociedade em que o rito acontece.

A passagem para o mundo das ruas, para esses idosos, caracteriza uma situação liminar. No entanto, cada um deles pertencia a um mundo diferente das ruas. Esses sujeitos passaram por um processo de invisibilidade social plena (TURNER, 1964, *apud* DAMATTA, 2000), por perda de insígnias, objetos e roupas, bem como pela necessidade de se desfazerem de quem eram, uma vez que não se integravam mais ao mundo do qual eram originários.

Esta é talvez, a peculiaridade inerente a esse grupo de idosos que passou pelas ruas, que torna mais relevante suas experiências. Como idosos, tinham uma história de vida que não fazia parte das ruas. No momento em que essas pessoas passaram a viver em um novo lugar – as ruas – não deixaram de ser o que eram, ao contrário, eram um e outro. Elas tinham um modo de ser e precisavam falar, agir e comportar-se como moradores de rua.

Nesse amplo contexto de vida e vivência, de experiências e desafios, a perspectiva dialética do curso de vida, proposto pela psicologia do envelhecimento, trabalha com o conceito de resiliência, articulado por STAUDINGER et al (1995)[58]. Nessa perspectiva do desenvolvimento, a resiliência refere-se a dois tipos de respostas adaptativas, ou seja, "a manutenção do desenvolvimento normal, apesar da presença de ameaças ou riscos (internos e externos)" e a "recuperação após um trauma" (p.198). A resiliência demonstrada numa situação específica pode mudar de acordo com a circunstância e pode ser entendida como "potencial para a manutenção e a recuperação dos níveis de adaptação normal" (p.198),

[58] Traduzido do original STAUDINGER, Ursula M.; MARSISKE, Michael; BALTES, Paul B. Resilience and levels of reserve capacity in later adulthood: perspectives from life-span theory. *Development and Psychology*, 5, 1993, pp. 541-566, por NERI e GOLDSTEIN.

implicando na presença de recursos que podem ser ativados por quem vive uma determinada situação.

A perspectiva do curso de vida propõe influências que atuam como facilitadoras ou limitadoras nesse processo de desenvolvimento – graduadas por idade, pela história e as não-normativas. As experiências vividas por meio dessas influências podem ser definidas como fatores protetores ou de risco.

Desta maneira, pode-se partir do pressuposto de que os moradores da Casa-Lar passaram por fatores estressantes e, portanto, de risco, mostrando o grau de resiliência deles. Na velhice, é necessário um aumento nesta capacidade de resiliência e "ter que lidar com essas perdas em geral depaupera e até exaure os recursos internos e externos do indivíduo" (STAUDINGER et al, 1995). A situação vivida pelos velhos da Casa-Lar constituiu-se por perdas em várias esferas da vida, tais como relacionamentos familiares e trabalho, estabelecendo uma proporção acentuada em relação aos ganhos, mostrando que sua capacidade adaptativa foi levada ao máximo, aumentando sua resiliência.

A necessidade de adaptarem-se às ruas fez esses idosos adquirirem hábitos que permaneceram durante algum tempo depois da entrada na Casa-Lar. Havia, na instituição, um local específico para eles fazerem as refeições, com mesas, toalhas e todos os utensílios necessários. Com o fornecimento de alimentos pela Secretaria Municipal de Abastecimento, eles passaram a fazer comida para todos, em sistema de escala diária. Um dos idosos, no entanto, não comeu, durante algum tempo, juntamente com os outros. Ele trazia para a casa uma marmita – conseguida nos pontos de rango – para fazer a refeição e sentava na calçada em frente a casa, almoçando lá. Os outros moradores ficaram indignados

com a atitude, uma vez que tinham lugar para comer. Dessa forma, sentiam como um desrespeito à casa, aos moradores e a todos os que tinham se esforçado tanto para "conseguir aquilo para eles" (sic). Após várias e longas conversas e por uma forte pressão do grupo, este morador passou a fazer as refeições com a comida feita na casa, mais por imposição do que por um processo de conscientização e assimilação de “um espaço que era para ser utilizado por ele e para ele”.

Com a entrada na casa, os moradores passaram por uma fase em que engordaram, fazendo com que quem os visitasse, dissesse “Está com a vida boa, hein?”. Posteriormente, alguns voltaram ao peso que tinham, conservando-se magros e outros se mantiveram um pouco acima do peso, mas estabilizaram após algum tempo. Isso se repetiu quando outros idosos entraram na casa. Nesse período, observou-se que alguns moradores “estocaram” bolachas e frutas nos quartos. A despeito deles sempre dizerem que na rua não se passava fome, não existia a certeza de que iriam conseguir comer quando estavam nas ruas, além de não comerem necessariamente bem ou o suficiente. A possibilidade iminente de passarem fome, vivida nas ruas, ainda estava manifesta nessas atitudes.

Houve um processo de transformação destas pessoas ao entrarem na Casa-Lar e, aos poucos foram introduzidos alguns cuidados que eles não tinham, como cortar os cabelos, fazer a barba e colocarem dentaduras. A dificuldade em articular as palavras era resultado da falta de dentes, fazendo com que se calassem, na maioria das vezes. Era nítido quando um deles recebia dentadura: tanto pelo sorriso que não cabia na boca quanto pela sua constância. As palavras, que eram difíceis de entender, ficaram piores ainda no início da

dentadura, mas aos poucos eles conseguiram adaptar a boca aos novos dentes e logo se compreendeu o que queriam dizer.

A transformação que esses idosos sofreram não foi apenas externa, física, das ruas para a Casa-Lar. Eles também transformaram a forma de se posicionar diante de um mundo que os coloca à margem. Investiram-se e foram investidos de novos papéis, encararam o que lhes acontecia de modo a avaliar o que e quem eram, o que e quem eram os outros que com eles compartilharam um processo de organização e de luta por cidadania e direitos. Não sem contradições, uma vez que são sujeitos, não de uma história, mas de muitas histórias. Dentre elas, a de serem sujeitos que se apropriaram dos fatos em movimento e compuseram, a cada momento, a própria história, antes e depois da rua, antes e depois da Casa-Lar e Convivência São Vicente de Paula.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

De acordo com o levantamento bibliográfico que fundamentou o estudo ora apresentado e com a análise que explorou a especificidade da velhice nas ruas, pode-se dizer que população de rua é um segmento heterogêneo, configurando um tema complexo. Além disso, no caso particular dos idosos, apesar de sua relevância, poucos estudos foram desenvolvidos, o que indica a necessidade de novas pesquisas para compreensão de um fenômeno desta natureza.

As pesquisas sobre população de rua, apresentadas no capítulo 2 deste trabalho, mostraram a ausência de uma padronização das faixas etárias em diferentes municípios. A dificuldade em contabilizar os moradores de rua levou a cálculos de estimativas bastante distintas. Ao mesmo tempo, a dificuldade em estabelecer um consenso sobre a definição das faixas etárias indica uma divergência de interesses. Assumir que existe um grande número de pessoas vivendo nas ruas de uma cidade como São Paulo pressupõe a necessidade de definir políticas específicas para abarcar esse problema social. Da mesma forma, definir cortes etários específicos, ou ainda, considerar a singularidade das diversas fases da vida implica em beneficiar ou não um determinado grupo social. Faz-se necessário, portanto, apontar para a falta de atenção aos velhos que vivem nas ruas, principalmente quando comparada ao interesse voltado, por exemplo, para os meninos de rua e para a população adulta em idade produtiva.

Observou-se que população de rua é objeto de interesse de pesquisa, especialmente quando afeta a dinâmica da cidade da qual faz parte, ou ainda quando se atribui ao Estado a

responsabilidade pela mesma. Os censos sobre população de rua, realizados no município de São Paulo, ganharam destaque a partir de 2000, quando foi criada uma metodologia para realizar a contagem. Esse fato reafirma o interesse sobre este grupo social, mostrando também a necessidade de quantificar e exercer um controle sobre seu crescimento e, conseqüentemente, de suas demandas. Desta forma, essas pesquisas podem ser utilizadas para criação de políticas sociais de acordo com critérios que permitem ou não a inclusão dos velhos que vivem nas ruas.

As noções que perpassam o senso comum e o trabalho dos profissionais que atuam com a população de rua afetam duplamente os velhos que vivem nas ruas, uma vez que se alia a idéia de mendicância, vadiagem e perambulação à imagem desvalorizada sobre os velhos. No momento em que esses velhos passaram pelas ruas, transformaram-se em sujeitos sem história e sem passado, únicos responsáveis por sua condição.

O envelhecimento não foi vivenciado da mesma maneira pelos sujeitos que, tendo vivido nas ruas, chegaram à Casa-Lar. Da mesma maneira, a passagem pelas ruas foi vivenciada de modo distinto pelos mesmos. A história pregressa desses idosos é diversa, mas há em comum a referência a um processo de empobrecimento que se acirrou ao longo da vida, sobretudo com a entrada na velhice. Isso permite dizer que, neste contexto, há uma associação entre a velhice e o desamparo, entre a velhice e as ruas, o que os levou a uma situação duplamente marginal.

Ao mesmo tempo, nesta análise, ficou evidente que os idosos que viveram na Casa-Lar promoveram uma visibilidade para esse segmento social, os velhos de rua. Nesse sentido, a criação de uma instituição específica para atendê-los redefiniu seus papéis e seu campo de ação. Pode-se dizer que as dificuldades para realizar tarefas cotidianas pelos

velhos que viviam em albergues e nas casas de convivência serviram como argumento para indicar este como um grupo que necessitava de atendimento especial. Num primeiro momento, isso resultou apenas em uma tentativa de separar, dentro dos albergues, os idosos dos outros moradores de rua, colocando-os em filas à parte. Neste caso, a tentativa significou o isolamento dos idosos e, como tal, tinha efeitos perversos para os próprios sujeitos.

A incorporação da necessidade de um atendimento diferenciado pelas instituições assistenciais e, posteriormente, por profissionais do poder público permitiu a criação de um grupo de discussão com os próprios velhos para tratar de suas condições de vida nas ruas. A forma encontrada por esse grupo de discussão para resolver aquela situação e a conseqüente demanda que vinha desses idosos foi a criação de uma instituição específica destinada a eles, que em princípio não possuía o caráter de ser uma moradia; essa ênfase foi conformada ao longo da interlocução entre os velhos, as assistentes sociais e profissionais que trabalhavam na Secretaria Municipal da Família e Bem-Estar Social – FABES.

Por meio de uma ação política norteada por interesses das diferentes instituições que fizeram parte do processo, foi criada a Casa-Lar e Convivência São Vicente de Paula. As instituições assistenciais que trabalhavam com população de rua tiveram um papel fundamental neste processo, juntamente com a articulação de profissionais da FABES que também incorporaram a necessidade da proposta de atendimento para os idosos de rua.

As ações destinadas à população de rua pela FABES não tinham tradicionalmente um interesse específico sobre os idosos, eram ações generalizadas. Este direcionamento ocorreu, naquele período, por uma ação das funcionárias que passaram a supervisionar a Casa-Lar. Assim, mais do que uma política social, esta se configurou como uma ação

isolada, ainda que comprometida com tal realidade. Isso permite atentar para uma das dimensões restritiva de uma política social que atua, não com a dimensão social que lhe compete, mas em função de demandas imediatas e interesses específicos. Por todo o contexto analisado, observa-se que o velho, em particular, e a velhice nas ruas não se caracteriza como prioridade pública.

Esses idosos passaram por grandes perdas no processo de envelhecimento, o que os fez associar a velhice com o declínio, a "falência". Viver nas ruas e depender de estratégias de sobrevivência pode ser considerado um evento de grande influência em suas vidas. A passagem para as ruas, em seus relatos, inicialmente apareceu como uma vivência abrupta e traumática, confirmando os achados de outros estudos sobre população de rua. No entanto, a narrativa de suas vidas pregressas mostrou que esta situação de rompimento ocorreu de forma gradual e ao longo da vida. Assim, são sujeitos que constituíram uma trajetória num espaço liminar e no trânsito entre uma situação mais formalizada e outra informal, representada pelo mundo das ruas, pelo trabalho informal e pela clandestinidade política.

As formas alternativas para garantir a sobrevivência podem ser entendidas como a capacidade de se adaptarem a uma situação traumática, que foi vivida por eles como ruptura. Isso mostra que, como sujeitos que envelheceram e como velhos, passaram pelas ruas e mostram um alto grau de resiliência, tal como propõe o paradigma do curso de vida, o *life-span*. Viver nas ruas pode ser compreendido como um evento não-normativo, ou seja, não atingiu todos os velhos pertencentes ao grupo etário do qual fazem parte os velhos da Casa-Lar. No entanto, a entrada na velhice, bem como a crise econômica vivida por esses idosos na década de 1990 e a dificuldade em encontrar trabalho para manter sua

sobrevivência são eventos comuns a toda uma geração, permeando também o processo de envelhecimento dos moradores da Casa-Lar.

A experiência de viver na Casa-Lar foi vivenciada pelos moradores entrevistados como um aprendizado, a instituição foi considerada uma "escola de vida". Eles entenderam que naquele espaço, tiveram possibilidades inexistentes enquanto estavam nos albergues e nas ruas; além disso, reconheceram a importância de um projeto daquela natureza para idosos. Porém, os entrevistados fizeram críticas ao modo de funcionamento da instituição, especialmente em relação ao gerenciamento das normas e à diferença de tratamento dispensado pelas funcionárias a alguns moradores. Por sua vez, as regras criadas na Casa-Lar serviram como um mecanismo de readequação que reproduzia o tratamento oferecido à população de rua em geral, ou seja, a forma como eram vistos partia do pressuposto de que eles eram inadequados e precisavam ser reeducados em seu modo de agir e de se comportar.

A criação e aplicação das regras era um tema controverso para os entrevistados: enquanto alguns moradores viram-nas como medida de correição necessária que deveria ser aplicada aos outros moradores da Casa-Lar, os demais, por sua vez, entenderam que era necessário maior flexibilização e enfatizar o processo de conscientização. Além disso, os moradores que não cumpriam as regras fizeram críticas, considerando-as exageradas, pois entendiam que tinham autonomia e idade suficiente para saberem como deveriam comportar-se ou não. Os relatos mostraram que a Casa-Lar ofereceu visibilidade pessoal para alguns moradores, uma vez que se tornaram representantes dos idosos da instituição no Grande Conselho Municipal do Idoso – GCMI – e organizaram um grupo de reivindicação por moradia, o GARMIC.

Os relatos dos moradores da Casa-Lar e a dinâmica de funcionamento observada mostrou uma necessidade, entre os narradores, de diferenciar-se uns dos outros, o que resultou numa classificação que conferia graus distintos de semelhança com a população de rua. Nessa aproximação dos "outros" à imagem do morador de rua, os idosos entrevistados acabaram por reproduzir a noção de que os moradores de rua são vagabundos, desinteressados e acomodados. Sendo assim, os "outros" não tinham perspectivas de mudar de situação e, conseqüentemente, seu destino seria as ruas. A divisão que assim foi gerada, pareceu minar as possibilidades de conscientização e ação política no interior do grupo, destinadas a causas mais gerais que envolvessem os moradores de rua.

A passagem dos moradores da Casa-Lar pelas ruas pode ser entendida de acordo com uma primeira perspectiva, que envolve aspectos históricos, econômicos e sociais. Isso significa que a velhice nas ruas é produto de uma estrutura social específica e pode-se entender que é gerada a partir de interesses diferentes, tornando-se alvo de preocupação social. Por outro lado, os moradores da Casa-Lar relataram aspectos de suas vidas que indicaram uma circulação constante e a vivência de situações que podem se situar no limite entre um modo de ser formal, institucional e o não oficial, lugar onde se encontra o mundo das ruas. A velhice e as ruas, de modo complementar, integram um mundo marginal e transitório, que gera ruídos na ordem política e desafia a ordem instituída a ir além de um reconhecimento sobre suas demandas. No entanto, esta é ainda uma história a ser construída.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

À MARGEM da imagem. Direção: Evaldo Mocarzel. Produção: Ugo Giorgetti. Roteiro: Evaldo Mocarzel e Maria Cecilia Loschiavo dos Santos. SP Filmes de São Paulo, 2003. 72 min.

BARBOSA, Jorge Cordeiro e PAULINO, Simone. **Identidade Perdida**: memórias de um morador de rua. São Paulo: Legnar Informática e Editora, 2003. 196 p.

BASTOS, Elide Rugai. **As Ligas Camponesas**. Petrópolis: Vozes, 1984. 141p.

BOSI, Alfredo. Plural, mas não caótico. In: BOSI, Alfredo. **Cultura Brasileira** – temas e situações. São Paulo: Ática, 1987. pp. 7-15.

BOSI, Ecléa. A pesquisa em memória social. **Psicologia USP**, São Paulo, v.4, n.1/2, pp. 277-284, 1993.

_____. **Memória e Sociedade** – lembranças de velhos. 3. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1994. 484p.

BRASIL. Ministério da Previdência e Assistência Social. Lei 8.742, de 07 de dezembro de 1993. Dispõe sobre a organização da assistência social e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, de 08 de dezembro de 1993, p.18769.

BRASIL. Presidência da República. Lei 8.842, de 04 de janeiro de 1994. Dispõe sobre a política nacional do idoso, cria o Conselho Nacional do Idoso e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, de 5 de janeiro de 1994, p.77.

BRASIL. Presidência da República. Decreto 1.744, de 8 de dezembro de 1995. Regulamenta o benefício de prestação continuada devido à pessoa portadora de deficiência e ao idoso, de que trata a Lei n° 8.742, de 7 de dezembro de 1993, e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, de 11 de dezembro de 1995, p.20309.

BRASIL. Presidência da República. Lei 9.720, de 30 de novembro de 1998. Dá nova redação a dispositivos da Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993, que dispõe sobre a organização da Assistência Social, e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, de 01 de dezembro de 1998, p.1.

BRASIL. Presidência da República. Lei 10.741, de 01 de outubro de 2003. Dispõe sobre o estatuto do Idoso e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, de 03 de outubro de 2003, p.1.

BURSZTYN, Marcel e ARAÚJO, Carlos Henrique. **Da utopia à exclusão**: vivendo nas ruas de Brasília. Rio de Janeiro/Brasília: Garamond/Codeplan, 1997. 111p.

CALVINO, Ítalo. **Marcovaldo ou as estações na cidade**. São Paulo: Companhia das Letras, 1994. 144p.

CAMARANO, Ana A. (coord); BELTRÃO, Kaizô I.; PASCOM, Ana R. P.; MEDEIROS, Marcelo; CARNEIRO, Isabella G.; GOLDANI, Ana M.; VASCONCELOS, Ana M. N.; CHAGAS, Ana M. R.; OSÓRIO, Rafael G. **Como vai o idoso brasileiro?** Rio de Janeiro: IPEA, 1999. 57p. (Texto para discussão 681).

CANTELMO, Fernando. **Andarilhagens na atualidade**: alguns caminhos, caminhantes e caminhadas no final do século XX. 1998. 130f. Dissertação (Mestrado em Psicologia Social) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo – PUC, São Paulo, 1998.

CAPRIGLIONE, Laura e BERGAMO, Marlene. O morador de rua que irritou um bairro e acabou no Pinel. **Folha de São Paulo**. São Paulo, 22, maio. 2005. Cotidiano, p.C10.

CARROCEIROS. Direção: Alexandre Rathsam. Produção: Alexandre Rathsam, Hernandes Cunha e Jacques Demajorovic. São Paulo, SENAC, 2005. 32min. (Acompanha DVD com fotos dos carroceiros).

CAVALHER, Dilmar. Velhos de rua. **Revista Atenção**, São Paulo, ano 3, n.10, p. 78-83, 1997.

DAGNINO, Evelina. Sociedade civil, espaços públicos e a construção democrática no Brasil: limites e possibilidades. In: DAGNINO, Evelina**. Sociedade civil e espaços públicos no Brasil**. São Paulo: Paz e Terra, 2002, pp. 279-301.

DAMATTA, Roberto. Individualidade e liminaridade: considerações sobre os ritos de passagem e a modernidade. **Mana**, Rio de Janeiro, v.6, n.1, pp.7-29, 2000.

DEBERT, Guita G. Pressupostos da reflexão antropológica sobre a velhice. **Textos Didáticos**, Campinas, n.13, pp.7-27, jan. 1998.

DEBERT, Guita G. **A Reinvenção da Velhice**: socialização e processos de reprivatização do envelhecimento. São Paulo: EDUSP/FAPESP, 1999. 272p.

DO OUTRO lado da sua casa. Direção: Paulo Morelli, Marcelo Machado e Renato Barbieri. São Paulo: Produtora Olhar Eletrônico, 1985. 19 min.

FRANGELLA, Simone Miziara. **Corpos Urbanos Errantes**: uma etnografia da corporalidade de moradores de rua em São Paulo. 2004. 361p. Tese (Doutorado em Filosofia e Ciências Humanas) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas-UNICAMP, Campinas, 2004.

GOHN, Maria da Glória M. A pesquisa das ciências sociais – considerações metodológicas. **Cadernos CEDES**, Campinas, SP, n.12, pp.3-14, 1984.

GONÇALVES FILHO, José Moura. Humilhação Social – um problema político em psicologia. **Psicologia USP**, São Paulo, v.9, n.2, pp.11-67, 1998.

GREGORI, Maria Filomena. **Viração**: experiências de meninos nas ruas. São Paulo: Companhia das Letras, 2000. 288p.

GRUPO DE ESTUDOS SOBRE A CONSTRUÇÃO DEMOCRÁTICA. Dossiê: os movimentos sociais e a construção democrática. **Idéias**, Campinas, SP, ano 5(2) / 6(1), pp.7-122, 1998-1999.

GUSMÃO, Neusa Maria Mendes de. Infância e velhice: desafios da multiculturalidade. In: GUSMÃO, Neusa M. M. de (org). **Infância e Velhice**: pesquisa de idéias. Campinas, SP: Papirus, 2003, pp.15-32.

_____. **Os filhos da África em Portugal**: antropologia, multiculturalidade e educação. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais - ICS - Universidade de Lisboa, 2004. 362p.

HESSE, Hermann. **Histórias Medievais**. Rio de Janeiro: Record, 1976. 204p.

HOUAISS, Antônio e VILLAR, Mauro de Salles. **Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2001. 3008p.

HUSSERL, Edmund. **Conferências de Paris**. Lisboa: Edições 70, 1992. 52p. (Textos Filosóficos, nº 32).

LANG, Alice Beatriz da S. G. Vivendo a política em família: São Paulo, 1910-1950. **Textos**, série 2, n. 7, pp. 109-135, 1997.

LEME, Luiz Eugênio Garcez. A Gerontologia e o problema do envelhecimento. Visão histórica. In: PAPALÉO NETTO, Matheus. **Gerontologia**. São Paulo: Atheneu, 1996, pp. 13-25.

LESSA, Carlos; SALM, Cláudio; SOARES, Laura Tavares; DAIN, Sulamis. Pobreza e Política Social: a exclusão nos anos 90. **Revista Praga – estudos marxistas**, São Paulo, n.3, pp. 63-87, set. 1997.

LOPES, Andrea. **Os desafios da Gerontologia no Brasil**. Campinas, SP: Alínea, 2000. 210p. (Coleção Velhice e Sociedade, v.1).

MARICATO, Ermínia. Metrópole, legislação e desigualdade. **Estudos Avançados**, São Paulo, v.17, n.48, pp. 151-167, 2003.

MARTINS, Ana Lucia Lucas. Famílias sob viadutos: imagens da precariedade ou da "vontade de viver". **Cadernos de Antropologia e Imagem**, Rio de Janeiro, v.17, n.2, pp.249-264, 2003.

MARTINS, Maria de Fátima Almeida. **A Caminho da Rua**: o encontro com as redes de assistência e a formação de laços sociais entre moradores de rua em Belo Horizonte. 2001. 217p. Tese de Doutorado - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2001.

NERI, Anita L. Psicologia do envelhecimento: uma área emergente. In: NERI, Anita L. (org.). **Psicologia do Envelhecimento**: temas selecionados na perspectiva do curso de vida. Coleção Viva Idade. Campinas: Papirus, 1995, pp. 13-40.

_____. O curso do desenvolvimento intelectual na vida adulta e na velhice. In: FREITAS, Elizabete V. de; PY, Ligia; NERI, Anita L.; CANÇADO, Flávio A. X.; GORZONI, Milton L.; ROCHA, Sônia M. da. **Tratado de Geriatria e Gerontologia.** Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2002a, pp. 900-913.

_____. Teorias psicológicas do envelhecimento. In: FREITAS, Elizabete V. de; PY, Ligia; NERI, Anita L.; CANÇADO, Flávio A. X.; GORZONI, Milton L.; ROCHA, Sônia M. da. **Tratado de Geriatria e Gerontologia.** Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2002b, pp. 32-46.

_____. **Palavras-chave em Gerontologia.** 2. ed. Campinas, SP: Editora Alínea, 2005. 218p.

PAIS, José Machado. **Vida Cotidiana** – Enigmas e revelações. São Paulo: Cortez, 2003. 272p.

PAPALÉO NETTO, Matheus. O estudo da velhice no século XX: histórico, definição do campo e termos básicos. In: FREITAS, Elizabete V. de; PY, Ligia; NERI, Anita L.; CANÇADO, Flávio A. X.; GORZONI, Milton L.; ROCHA, Sônia M. da. **Tratado de Geriatria e Gerontologia.** Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2002, pp. 2-12.

ROSA, Cleisa M. M. (org). **População de Rua**: Brasil e Canadá. São Paulo: Hucitec, 1995. 240p.

ROUQUAYROL, Maria Zélia e ALMEIDA FILHO, Naomar de. **Epidemiologia & Saúde.** 5. ed. Rio de Janeiro: MEDSI, 1999. 600p.

SALES, Teresa. Raízes da desigualdade social na cultura política brasileira. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, ano 9, n.25, pp.26-37, jun. 1994.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **Um Discurso sobre as Ciências.** 7. ed. Porto: Edições Afrontamento, 1995. 58p.

SÃO PAULO. Governo do Estado de São Paulo; Assembléia Legislativa; Fundação SEADE. **Cadernos do Fórum São Paulo** - Século XXI. Cadernos 2 – Cidadania. São Paulo, dez. 1999. Disponível em: <http://www.al.sp.gov.br/web/forum/cadernos/Cidadania.pdf>, acesso em 23/08/2003.

SÃO PAULO. Secretaria Municipal da Família e Bem-Estar Social. **Projeto da Casa-Lar e Convivência**. 26 abr, 1999 (Ofício nº 041/99).

SCHMIDT, Maria L. Sandoval e MAHFOUD, Miguel. Halbwachs: memória coletiva e experiência. **Psicologia USP**, São Paulo, v.4, n.1/2, pp. 285-298, 1993.

SCHOR, Silvia Maria. Censo dos moradores de rua da cidade de São Paulo. **Boletim Informações FIPE**, São Paulo, n. 241, pp. 26-29, out. 2000.

SCHOR, Silvia Maria. Os moradores de rua na cidade de São Paulo. **Boletim Informações FIPE**, São Paulo, n.279, pp. 26-28, dez. 2003. Disponível em: <http://www.fipe.com/publicacoes/downloads/bif/2003/12_26-28-schor.pdf>. Acesso em: 18 fev. 2004.

SCHOR, Silvia Maria e ARTES, Rinaldo. Primeiro censo dos moradores de rua da cidade de São Paulo: procedimentos metodológicos e resultados. **Economia Aplicada**, São Paulo, v.5, n.4, pp. 861-883, out/dez. 2001.

SERRANO, César E. Gamboa. **Eu mendigo**: alguns discursos da mendicância na cidade de São Paulo. 2004. 135p. Dissertação (Mestrado em Psicologia Escolar e do Desenvolvimento Humano) - Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2004.

SIMÕES JÚNIOR, José Geraldo. Moradores de rua. **Revista Pólis**, São Paulo, n.7, pp. 1-56, 1992.

SOUZA, Herbert de. **A lista de Ailce.** São Paulo: Companhia das Letras, 1996. 139p.

STAUDINGER, Ursula M.; MARSISKE, Michael; BALTES, Paul B. Resiliência e níveis de capacidade de reserva na velhice: perspectivas da teoria de curso de vida. In: NERI, Anita L. (org.). **Psicologia do Envelhecimento**: temas selecionados na perspectiva do curso de vida. Coleção Viva Idade. Campinas: Papirus, 1995, pp. 195-228.

STOFFELS, Marie-Ghislaine. **Os mendigos na cidade de São Paulo** – ensaio de interpretação sociológica. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977. 295p. (Coleção Estudos Brasileiros, v. 21).

TAVEIRA, José Carlos e ALMEIDA, Regina Stela Andreoli de. **O morador de rua de Campo Grande** – condições de vida. Campo Grande: UCDB-Universidade Católica Dom Bosco, 2002. 71p.

THIOLLENT, Michel. **Metodologia da pesquisa-ação**. 3. ed. São Paulo: Cortez/Autores Associados, 1986. 108p.

VIEIRA, Maria Antonieta da Costa; BEZERRA, Eneida Maria Ramos; ROSA, Cleisa Moreno Maffei (orgs). **População de rua**: quem é, como vive, como é vista. 2. ed. São Paulo: HUCITEC, 1994. 181p.

WEIL, Simone. **Raíces del existir**: preludio a una declaración de deberes hacia el ser humano. Buenos Aires: Sudamericana, 1954. 298p.

Anexo

Termo de Consentimento

Está sendo realizada uma pesquisa sobre idosos que permaneceram nas ruas do município de São Paulo. Um levantamento bibliográfico mostrou que existem poucos estudos sobre a faixa etária de idosos que vivem nas ruas, o que indicou a necessidade de aprofundar este tema. Segundo os censos de população de rua realizados em 2000 e 2003, houve um crescimento do número de idosos que vivem nas ruas nos últimos anos e, além disso, identificou-se uma concentração de ações políticas voltadas para população de rua.

Os objetivos desta pesquisa são: verificar como foi a passagem pelas ruas de um grupo de idosos que partilharam a vivência numa moradia provisória em São Paulo, instituição denominada Casa-Lar e Convivência São Vicente de Paula; verificar quais as implicações desta experiência no cotidiano destes idosos; e identificar como foi o processo de implantação desta instituição.

Para chegar aos objetivos da pesquisa, serão feitas entrevistas com moradores e profissionais envolvidos na formulação e implantação da Casa-Lar e Convivência São Vicente de Paula. A entrevista será gravada, desde que tenha autorização do(a) entrevistado(a).

As informações relatadas pelos depoentes são estritamente confidenciais. A entrevistadora compromete-se a não revelar os conteúdos desta conversa exceto a outros(as) pesquisadores(as) que participam da pesquisa, e também se compromete a compartilhar os resultados da pesquisa com os(as) entrevistados(as) após seu término.

O(A) entrevistado(a) tem o direito de recusar-se a conceder a entrevista; no entanto, caso aceite fazê-la, reserva-se o direito de não responder aquelas perguntas que considere inoportunas, como também de interrompê-la no momento em que decidir.

Desta forma, a informação gentilmente cedida pelo(a) entrevistado(a) colaborará para atingir os objetivos da pesquisa. Concordando em realizar a entrevista, qualquer dúvida poderá ser esclarecida no momento em que o(a) entrevistado(a) achar necessário.

Assim, agradeço atenciosamente a colaboração.

Entrevistado: _____

Entrevistadora: Roberta Cristina Boaretto

Local e data: _____ ____/____/_____.